

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES

EXPRESSÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS SERVIÇOS  
DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A  
INTERSETORIALIDADE: desafios e avanços no município do Rio de Janeiro/RJ

NITERÓI, RJ  
2023

RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES

**EXPRESSÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS  
SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A  
INTERSETORIALIDADE: desafios e avanços no município do Rio de Janeiro/RJ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestra em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

Orientador: Prof. Dr. Valter Martins

NITERÓI, RJ  
2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

048a Oliveira Henriques, Rafaela Barbosa de  
Expressões do trabalho do/a assistente social nos serviços  
de atendimento à população em situação de rua e a  
intersectorialidade : desafios e avanços no município do Rio  
de Janeiro/RJ / Rafaela Barbosa de Oliveira Henriques. - 2023.  
167 f.

Orientador: Valter Martins.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Escola de Serviço Social, Niterói, 2023.

1. Serviço social como profissão. 2. Ação intersectorial.  
3. Política Social. 4. Pessoa em situação de rua. 5.  
Produção intelectual. I. Martins, Valter, orientador. II.  
Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social.  
III. Título.

CDD - XIX

RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestra em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Valter Martins (orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica de Castro Maia Senna – Examinadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jane Cruz Prates – Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Evelyn Secco Faqui – Examinadora Suplente  
Universidade Estadual de Londrina

Niterói, RJ

2023

Dedico este estudo aos assistentes sociais do Rio de Janeiro, que persistem cotidianamente na luta pela garantia dos direitos de cidadania da população em situação de rua.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida e por me dar forças durante as dificuldades e limitações enfrentadas no processo de construção desse trabalho. Ao meu esposo, pelo apoio e suporte ao longo dessa caminhada, pela compreensão nos momentos em que estive ausente e por me acolher nos momentos em que mais precisei. A todos os familiares que me apoiaram e torceram por mim e que de alguma forma contribuíram na minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica.

Ao meu orientador, o Professor Valter Martins, pela sua generosidade aceitando ser o meu orientador novamente, apesar da população em situação de rua não ser o foco dos seus estudos. Pelo apoio irrestrito na minha jornada. O seu papel foi essencial para o meu amadurecimento e para a minha inserção no mestrado. Obrigada por todo incentivo. Que mais alunos possam conhecer pessoas como você, humanas e com o coração gigante!

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense e seus ótimos professores por todo conhecimento compartilhado durante a minha formação nesse curso. À Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Senna por aceitar fazer parte dessa banca e pela oportunidade na participação de sua pesquisa com a população em situação de rua de Niterói.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Jane Cruz Prates, pelas contribuições na construção desse trabalho com o seu vasto conhecimento sobre a população em situação de rua no país e por aceitar o convite em participar dessa banca.

Aos meus colegas de turma, por terem sido amigos grandiosos nesse processo. Especialmente à Evelyn por ter aberto os caminhos para que essa pesquisa se tornasse possível.

Às assistentes sociais que atuam nos serviços que atendem a população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro pelo apoio e por aceitarem em participar dessa pesquisa.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa para custeio do Mestrado.

*“Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente, é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”.*

(Marilda V. Yamamoto)

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo identificar de que modo ocorre a prática intersetorial no trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, a fim de fornecer subsídios para o aprimoramento do trabalho profissional. Para tanto, baseia-se em pesquisa bibliográfica, realizada através do levantamento de artigos e livros, publicados sobre o trabalho do/a assistente social, a intersetorialidade e a população em situação de rua; pesquisa documental, realizada pela consulta a legislações, normativas e censos que versem sobre a referida temática e pesquisa de campo, realizada com dez assistentes sociais que atuam ou já atuaram no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, há no mínimo um ano, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados coletados foram transcritos, categorizados e analisados com base nos pressupostos da análise temática. A partir das análises realizadas sobre os dados empíricos, identificou-se que o trabalho intersetorial das assistentes sociais com a população em situação de rua no município, ocorre através da realização de encaminhamentos e parcerias, as quais são estabelecidas predominantemente por meio de uma rede pessoal, criada pelos profissionais dos serviços socioassistenciais. Diante disso, apesar da Política Municipal para População em Situação de Rua, apresentar a intersetorialidade, como estratégia para a sua implementação e ter avançado na realização de ações intersetoriais para atender a população em situação de rua, ainda são poucas as iniciativas de integração e diálogo entre os setores, a nível de gestão e que predominam as ações realizadas pelos profissionais na execução dos serviços. Ademais, foi possível identificar, com base nos registros das entrevistadas e na literatura especializada na temática, cinco principais desafios que tem limitado a realização do trabalho intersetorial, entre as assistentes sociais participantes desta pesquisa, com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, como: as formas de gestão e implementação das políticas sociais brasileiras; a ausência e/ou a precarização dos serviços socioassistenciais; a centralidade atribuída a política de Assistência Social; a presença da lógica do “favor” e da “culpabilização” no atendimento à população em situação de rua e as condições de trabalho das assistentes sociais. Para enfrentar esses desafios, é fundamental, que os/as assistentes sociais, somem forças com os movimentos sociais e com os profissionais de outras categorias que compartilham dos princípios e compromissos estabelecidos pelo projeto ético-político, na luta em defesa do acesso universal das pessoas em situação de rua às políticas sociais; e que a gestão municipal atue efetivamente na mobilização dos setores para a oferta de serviços e ações à essa população. Destarte, percebe-se como necessária, a realização de mais pesquisas com essa temática, que incluam profissionais das diversas políticas sociais e de outras categorias, contribuindo para a ampliação do debate, dada a sua relevância.

**Palavras-chave:** Trabalho; Assistente Social; Intersetorialidade; População em Situação de Rua; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

This dissertation aims to identify how the intersectoral practice occurs in the work developed by social workers in assisting the homeless population in the city of Rio de Janeiro, in order to provide subsidies for the improvement of professional work. For that, it is based on bibliographical research, carried out through the survey of articles and books, published on the work of the social worker, the intersectorality and the homeless population; documentary research, carried out by consulting legislation, regulations and censuses that deal with the aforementioned theme and field research, carried out with ten social workers who work or have worked in assisting the homeless population in the city of Rio de Janeiro, there is in the least one year, through semi-structured interviews. The collected data were transcribed, categorized and analyzed based on the thematic analysis assumptions. Based on the analyzes carried out on the empirical data, it was identified that the intersectoral work of social workers with the homeless population in the municipality occurs through referrals and partnerships, which are predominantly established through a personal network, created by professionals from social assistance services. In view of this, despite the Municipal Policy for the Homeless Population, presenting intersectorality as a strategy for its implementation and having advanced in carrying out intersectoral actions to assist the homeless population, integration and dialogue initiatives are still scarce between sectors, at the management level and that the actions carried out by professionals in the execution of services predominate. Furthermore, it was possible to identify, based on the records of the interviewees and the specialized literature on the subject, five main challenges that have limited the performance of intersectoral work, among the social workers participating in this research, with the homeless population in the city of Rio de Janeiro, such as: ways of managing and implementing Brazilian social policies; the absence and/or precariousness of social assistance services; the centrality attributed to the Social Assistance policy; the presence of the logic of “favor” and “blame” in assisting the homeless population and the working conditions of social workers. To face these challenges, it is essential that social workers join forces with social movements and professionals from other categories who share the principles and commitments established by the ethical-political project, in the fight to defend universal access for people homeless people to social policies; and that municipal management act effectively in mobilizing sectors to offer services and actions to this population. Thus, it is perceived as necessary to carry out more research on this topic, which includes professionals from different social policies and other categories, contributing to the expansion of the debate, given its relevance.

**Keywords:** Work; Social Worker; Intersectorality; Homeless Population; Rio de Janeiro.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – A rede de serviços socioassistenciais para a população adulta em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 2 – Organização das Coordenadorias de Assistência Social – CAS.

## LISTA DE SIGLAS

AP	Área Programática
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS – AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CAS	Coordenadorias de Assistência Social
Centro Pop	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CNAR	Consultório Na Rua
CPRJ	Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro
CRAF	Central de Recepção de Adultos e Famílias
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CIAMP-Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NEPAD	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas
ONGs	Organizações Não - Governamentais
PSR	População em Situação de Rua
PMPR	Política Municipal para a População em Situação de Rua
PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO PRELIMINAR</b> .....	21
1.1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO .....	22
1.1.1 A intersectorialidade como instrumento de trabalho do/a assistente social nas políticas sociais.....	28
1.2. O TRABALHO INTERSETORIAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	35
1.2.1 As particularidades da população em situação de rua no Brasil .....	40
<b>2 A INTERSETORIALIDADE E O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</b> .....	46
2.1 A INTERSETORIALIDADE A PARTIR DO OLHAR DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS .....	48
2.2 A POLÍTICA NACIONAL E A POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RIO DE JANEIRO: o papel do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Ciamp-Rua, para o desenvolvimento da intersectorialidade no município. ....	54
2.3 A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO .....	60
2.4 A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO INTERSETORIAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO.....	71
2. 5 O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO....	86
<b>3 OS IMPASSES E DESAFIOS: LIMITES AO TRABALHO INTERSETORIAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</b> .....	92
3.1 AS FORMAS DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	92
3.2 A AUSÊNCIA E/OU A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS .....	99
3.3 A CENTRALIDADE ATRIBUÍDA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL . <b>Erro! Indicador não definido.</b>	

3.4 A PRESENÇA DA LÓGICA DO “FAVOR” E DA “CULPABILIZAÇÃO” NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS CONCEPÇÕES SOBRE ESSA POPULAÇÃO: os dois lados da mesma moeda .....	112
3.5 A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA INTERFACE COM A INTERSETORIALIDADE .....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	130
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	136
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	149
<b>APÊNDICE B – TCLE</b> .....	158
<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA</b> .....	162

## **INTRODUÇÃO**

A presente dissertação de mestrado está vinculada à área de concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social e à linha de pesquisa: Formação e trabalho profissional na política social do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (PPGPS-UFF), e visa analisar como ocorre o trabalho intersetorial de assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, bem como os desafios que enfrentam.

A intersetorialidade no âmbito do atendimento à população em situação de rua é um tema que acompanha a minha trajetória acadêmica desde a graduação em Serviço Social. O interesse por esse tema surgiu através da experiência proporcionada pelo estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, realizado no Centro de Referência Especializada para população em Situação de Rua (Centro Pop), em Campos dos Goytacazes, no ano de 2016, e também da produção do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “A Intersetorialidade nas Políticas Sociais: um estudo sobre a Política Nacional para População em situação de Rua e os desafios à sua materialização”, defendido em 2017.

Durante a elaboração do projeto de pesquisa, para o trabalho de conclusão de curso, o objetivo inicial era abordar discussões referentes a intersetorialidade e o trabalho do assistente social no Centro Pop de Campos dos Goytacazes/RJ. Para tanto, seria necessário, realizar a

pesquisa de campo, através de entrevistas com os/as assistentes sociais inseridos neste espaço. Contudo, surgiram alguns desafios que inviabilizaram a realização desta pesquisa, tais como: a mudança da gestão, em decorrência do período eleitoral na cidade de Campos, além do vínculo de trabalho precário dos/as assistentes sociais do Centro Pop. Nesse sentido, como o objetivo era abordar temas referentes à população em situação de rua, optou-se por analisar a intersectorialidade na Política Nacional para População em Situação de Rua - Pnpr (2009) e os desafios à sua efetivação, tendo como premissa os dados produzidos durante a realização do estágio em Serviço Social.

Com a possibilidade da realização do mestrado em política social na Universidade Federal Fluminense de Niterói/RJ em 2021, decidi retomar a discussão sobre a intersectorialidade e o trabalho do/a assistente social no atendimento à população em situação de rua, por ser um tema de extrema relevância social e científica e de meu interesse pessoal. A princípio o objetivo era realizar uma pesquisa bibliográfica devido a pandemia de Covid-19.

A partir da inserção no mestrado, da mudança de endereço residencial de Campos dos Goytacazes/RJ para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, e da flexibilização das regras de restrição para deter o coronavírus, o objetivo da pesquisa foi ampliado, a fim de analisar como a intersectorialidade ocorre no trabalho desenvolvido pelas/os assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ, deslocando o foco da pesquisa, de apenas um serviço socioassistencial, para realizar a pesquisa de campo com as/os assistentes sociais dos serviços socioassistenciais que mais atendem esse segmento no município.

As análises desenvolvidas neste estudo sobre o trabalho intersectorial dos/as assistentes sociais com a população em situação de rua, têm como ponto de partida, a compreensão de sua condição como classe trabalhadora, e assim inserido/a nos processos de trabalho coletivo das instituições as quais trabalha, visto que “o processo de trabalho em que se insere o assistente social não é por ele organizado e nem é exclusivamente um processo de trabalho do assistente social, ainda que nele participe de forma peculiar e com autonomia ética e técnica” (IAMAMOTO, 2000, p. 106).

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, demandada pelo estado e pela classe dominante para enfrentar e regular às expressões da questão social<sup>1</sup>, em um primeiro momento por meio das instituições assistenciais e

---

<sup>1</sup> A questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais, que são inerentes a sociedade capitalista. Tem o seu início numa produção cada vez mais social, enquanto a apropriação dos meios de produção e dos frutos do trabalho é cada vez mais privada. (IAMAMOTO, 2001). Além disso, expressa o processo de formação e

posteriormente pela execução das políticas sociais junto à classe trabalhadora. O que expressa o seu caráter contraditório, visto que “participa tanto do processo de reprodução dos interesses do capital, quanto das respostas às necessidades e interesses da classe trabalhadora” (NUNES, 2011, p. 50-51). Essa polarização condiciona e molda o exercício profissional das/os assistentes sociais.

Isso não significa que a/o assistente social, no seu exercício profissional não pode ir na contramão dos interesses capitalistas e das determinações institucionais, pelo contrário, a partir da sua autonomia relativa, ele pode fortalecer o seu potencial para impulsionar a luta por direitos e mudar os rumos do seu trabalho, na direção de atender as demandas dos usuários dos serviços (IAMAMOTO, 2010).

Nesse sentido, o assistente social, enquanto um profissional que possui um projeto ético-político comprometido com a defesa dos direitos de cidadania, “tem um papel importante a desempenhar no processo de ampliação e consolidação de ações” (TRINDADE, 2015, p. 230) que contribuam para a garantia do acesso das pessoas em situação de rua aos direitos humanos e sociais preconizados pela Pnpr (2009). O que só será possível através de políticas sociais públicas intersetoriais, dada a sua complexidade e as suas múltiplas determinações<sup>2</sup>.

Por esse viés, a temática da intersectorialidade vem ganhando espaço no debate contemporâneo sobre as políticas sociais, diante do agravamento das expressões da questão social e da insuficiência do sistema de proteção social brasileiro em atender às demandas da população por acesso a direitos sociais.

Ademais, ela ganha destaque como uma estratégia capaz de superar a setorização e a fragmentação presentes historicamente na gestão e implementação das políticas sociais no Brasil, “concebidas e organizadas para serem implementadas isoladamente, sem que haja planejamentos conjuntos e ações articuladas.” (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020, p. 8).

No entanto, tais diretrizes para a gestão das políticas sociais ganham força sob a ótica neoliberal, nela as políticas públicas são pensadas para serem focalizadas, pontuais, precárias e de caráter compensatório. Nessa perspectiva, o Estado assume um papel “neutro” de legislador e árbitro, desenvolvendo apenas ações complementares ao mercado. Sua intervenção deve

---

desenvolvimento do proletariado e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado e uma intervenção para além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

<sup>2</sup> Dentre esses determinantes estão: “o desemprego, o subemprego, a dependência química, a violência doméstica, a discriminação de gênero, e de etnia, o não acesso à saúde, a educação, a habitação” (PIZZATO, 2012, 76-77), a perda e a fragilidade dos vínculos familiares e comunitários, dentre outros.

restringir-se a regular as relações sociais e ao planejamento e à implementação de políticas que operem numa ótica residual e fragmentada, voltada apenas para os extremamente pobres. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Nesse cenário, os moldes de gestão das políticas sociais, especialmente aqueles de combate à pobreza têm se transformado nos últimos anos (SANTOS, 2011). Essa transformação é desenvolvida com o desenho das novas políticas e programas sociais de combate e enfrentamento da pobreza e busca no conceito de intersectorialidade construir um trabalho articulado entre a rede de serviços sociais para o atendimento integral do cidadão.

Surge dessa manifestação da política social o desafio de implementação da intersectorialidade, isto é, “a necessidade de os diferentes setores atuarem de forma integrada e inclusiva na implementação destas políticas, compartilhando recursos, metas e desenvolvendo estratégias conjuntamente a partir das experiências já vivenciadas” (SANTOS, 2011, p. 16).

Contudo, apesar do debate sobre a intersectorialidade ganhar destaque nesse contexto, os processos de precarização e desmonte das políticas sociais impostos pelo capitalismo neoliberal, restringem o seu potencial estratégico às ações pontuais e focalizadas, destituídas das perspectivas de integralidade e totalidade.

Esses processos afetam profundamente as condições de trabalho da/o assistente social, impondo desafios para a realização de um trabalho intersectorial no atendimento à população em situação de rua<sup>3</sup>, na direção impressa pelo projeto ético-político profissional, que se expressam “no dilema histórico entre causalidade e teleologia, entre as condições materiais e historicamente dadas para a realização de seu trabalho e a intencionalidade, o “pôr” teleológico de sua atividade” (ALVES, 2015, p. 195).

Diante da conjuntura atual, onde temos vivenciado nos últimos cinco anos, um retrocesso no campo das políticas sociais voltadas para a população em situação de rua, com ações inexistentes ou ineficazes, – a despeito do crescimento desse contingente populacional<sup>4</sup> e

---

<sup>3</sup> A população em situação de rua é definida pelo Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua (Pnpr), como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Decreto nº 7053/2009 Artigo 1º, Parágrafo Único).

<sup>4</sup> De acordo com o estudo: “Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) realizado pelo Ipea, com base nos dados de 2019 do Censo anual do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas), a população em situação de rua cresceu 140% desde 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março de 2020, e com a crise econômica exacerbada pela pandemia do coronavírus, a tendência é aumentar. (IPEA, 2020).

do aumento da sua vulnerabilidade<sup>5</sup> com a pandemia do coronavírus – o estudo da temática do trabalho da/o assistente social na interface com a intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua, é relevante e necessário, visto que, o trabalho intersetorial e articulado e a complementaridade dos serviços das políticas sociais, possuem o potencial de contribuir para a qualidade de vida, melhorando sensivelmente as condições de vida da população, e para o atendimento integral das necessidades dos sujeitos usuários das políticas sociais. (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020).

Além disso, a Pnpr (2009), ao longo de seu escopo, apresenta a intersetorialidade como um eixo fundamental para a sua efetivação como uma política social, garantidora de direitos não contributivos e direcionada para a ampliação do acesso da população em situação de rua às políticas sociais, deslocando “da Assistência Social a responsabilidade exclusiva no atendimento a este segmento, quando percebe a pessoa em situação de rua como um sujeito que possui direitos constitucionais” (ARGILES, 2012, p. 63).

A intersetorialidade não está desconectada do trabalho de profissionais do Serviço Social, por esse viés, elenca-se as categorias de estudo, o trabalho do/a assistente social com a intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua, por sua relevância, por ser um profissional que possui um projeto ético-político que estabelece o compromisso da profissão com a universalidade das políticas sociais e com a defesa e a garantia dos direitos de cidadania, e por ser um dos profissionais mais atuantes e presentes na execução das políticas sociais, além, das possibilidades da intersetorialidade contribuir para a consolidação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

A realização de um trabalho intersetorial, norteado pelo projeto ético-político pressupõe um compromisso político dos assistentes sociais, enquanto sujeitos coletivos, que partilham vontades históricas determinadas, dentre as quais é importante ressaltar, o fortalecimento do processo da intersetorialidade das políticas e da construção de redes de suporte social, como pilares fundamentais para a realização de um trabalho profissional que assuma a sua dimensão política e a sua condição de prática educativa e de fortalecimento de vínculos familiares e sociais (MARTINELLI, 2011).

O estudo da temática da intersetorialidade no âmbito do trabalho do/a assistente com a população em situação de rua, também possui relevância científica, diante da lacuna

---

<sup>5</sup> Carneiro e Veiga (2004) *apud* Janczura (2012) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica, e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam.

bibliográfica existente sobre o tema, e das colaborações a serem trazidas para o trabalho profissional das/os assistentes sociais nas políticas sociais que atendem a população em situação de rua, na perspectiva da garantia do seu acesso aos direitos de cidadania.

O objetivo principal deste estudo, concentrou-se em identificar de que modo ocorre a prática intersetorial no trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, a fim de fornecer subsídios para o aprimoramento do trabalho profissional. Para tal, buscou-se levantar o debate atual sobre o trabalho desenvolvido por assistentes sociais na interface com a intersetorialidade, junto à população em situação de rua; conhecer como é realizado o trabalho intersetorial de assistentes sociais e a sua importância, no atendimento à essa população no referido município e explorar os impasses e desafios para o desenvolvimento de um trabalho intersetorial pelos/as assistentes sociais, participantes do estudo, com a população em situação de rua.

Com relação aos aspectos metodológicos, para a construção desta dissertação, foi utilizado como método de abordagem o materialismo histórico-dialético, visto que, busca na totalidade mediações para compreender o singular, isto é, busca analisar o objeto no contexto social, político e econômico em que ele se insere, suas particularidades, relações e conexões, tendo como premissa, a realidade como algo que está em constante transformação (RICHARDSON, 2012). Além disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de tipo exploratória<sup>6</sup>, pautada em análise empírica, documental e bibliográfica.

Optou-se pela pesquisa qualitativa porque é a abordagem que mais se adequa aos objetivos da pesquisa, possibilitando uma melhor compreensão e análise do fenômeno social a ser estudado. De acordo com Richardson (2012, p.90) “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”. Ou seja, essa modalidade de pesquisa preocupa-se em compreender e analisar “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p.32).

Para a realização da análise bibliográfica, foi feito um levantamento de referências teóricas publicadas em artigos e livros que debatem sobre o trabalho intersetorial do/a assistente social no atendimento à população em situação de rua.

---

<sup>6</sup> A pesquisa exploratória tem como objetivo realizar uma primeira aproximação com o tema a ser estudado, visando proporcionar uma maior familiaridade, identificando sua real importância e o “estágio em que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto” (SANTOS, 2007, p. 28).

A análise documental, segundo Richardson (2012, p. 230) “consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”, tendo como objeto as manifestações e ideias registradas a partir dos fenômenos sociais. Para a realização desta análise, os dados foram coletados nas fontes escritas, que compreendem: legislações, normativas e censos que versem sobre a temática da intersectorialidade, do trabalho do/a assistente social e da população em situação de rua.

Os dados empíricos foram coletados através da realização de entrevistas semiestruturadas com 10 assistentes sociais que atuam ou já atuaram no atendimento à população em situação de rua, no município do Rio de Janeiro, há no mínimo um ano, no período entre janeiro e março de 2023, quando a coleta de dados foi realizada. Ao todo, foram 19 horas e 10 minutos de entrevistas realizadas.

O número de amostra escolhido foi definido tomando como base as instituições que atendem a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. As instituições e serviços socioassistenciais que foram selecionados pertencem as políticas sociais de Assistência Social e de Saúde (Consultório na Rua) e a rede complementar – Organização Não Governamental - ONG (Instituto Lar) e NEPAD (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas). As políticas sociais supracitadas e o Instituto Lar possuem ações mais avançadas, de maior proporção e maior alcance voltadas para esse segmento, no município. O NEPAD apesar de não se enquadrar nesse quesito, por ser um serviço que está em processo de estruturação, possui relevância por ser referência no tratamento da dependência química na região central do município.

Inicialmente, o número de participantes pretendidos eram 14, contudo, surgiram alguns obstáculos ao longo da pesquisa que impossibilitaram a realização das 14 entrevistas, tais como: houve duas desistências devido a incompatibilidade da agenda das profissionais com a participação na pesquisa e o atraso nos trâmites do Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde, o qual inviabilizou a participação das duas profissionais do Consultório Na Rua.

Para realização das entrevistas semiestruturadas com as 10 assistentes sociais, foi elaborado um roteiro contemplando os objetivos propostos pela pesquisa, e as três categorias analisadas, o trabalho de assistentes sociais, a intersectorialidade e a população em situação de rua, conforme expõe Gerhardt; *et al.* (2020, p. 72), ao destacar que, na entrevista semiestruturada, “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”.

Antes de dar início a coleta dos dados, o projeto de pesquisa foi submetido para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal Fluminense, via Plataforma Brasil em setembro de 2022, e aprovado pelo Parecer nº 5.821.172 em dezembro do mesmo ano. Além disso, todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que incluiu o consentimento para gravação de áudio, a fim de preservar as suas identidades e privacidades.

Após a aprovação pelo Comitê de Ética, foi solicitada uma autorização junto às instituições nas quais as profissionais estão inseridas, para a participação da pesquisa. Obtida as autorizações, foi realizado um agendamento com as profissionais para a realização das entrevistas. Em seguida a sua realização, as entrevistas foram transcritas e os dados coletados categorizados e analisados com base nos pressupostos da análise temática.

De acordo com Richardson (2012, p. 243) a análise temática é uma técnica de análise de conteúdo que “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira”. Complementando, Minayo (2014, p. 316), comentam que é um método utilizado para identificar e analisar temas dentro dos dados, “cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objeto analítico visado”.

O processo de análise dos dados coletados ocorreu da seguinte maneira: primeiro os dados foram organizados e explorados através de diversas leituras; segundo os dados serão codificados, classificados e agregados, sendo organizados em categorias teóricas ou empíricas; no terceiro e último passo, os resultados obtidos foram tratados e interpretados (GERHARDT *et al.* 2009).

Os resultados obtidos serão devolvidos através da entrega de uma cópia desta dissertação a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro/RJ e a cada uma das participantes desta pesquisa.

Quanto ao perfil profissional das participantes, os dados apontaram que: 100% (10) são do sexo feminino; 90% (9) possuem pós-graduação, e desse total, 33,3% (3) são mestres e 77,7% (7) são especialistas; 70% (7) são trabalhadoras da Política de Assistência Social; 20% (2) são trabalhadoras de uma Ong e 10% (1) da política de Educação; 80% (8) estão inseridas no setor público. Sobre o tipo de contrato, 70% (7) das entrevistadas são contratadas pelo regime estatutário; 10% (1) através de contrato temporário por tempo determinado e 20 % (2) são voluntárias.

No tocante ao tempo de trabalho com a população em situação de rua, os dados apontam que 80% (8) possuem um tempo de trabalho inferior a 15 anos e apenas 20% (2) trabalham com

esse público há mais de 15 anos. A carga horária de 60% (6) das profissionais participantes, está em consonância com a Lei 12.317, instituída em 2010 que estabeleceu a carga horária de 30 horas semanais, para assistentes sociais. Já os extremos com carga horária inferior a 20 horas e com 40 horas semanais aparecem com o mesmo percentual de 20% (2).

Como forma de organização dos resultados obtidos, esta dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado: *O trabalho do/a assistente social e a intersectorialidade no atendimento à população em situação de rua: um estudo preliminar*, aborda de forma introdutória, a partir dos estudos realizados pela literatura especializada na temática, o trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais, na interface com a intersectorialidade, junto à população em situação de rua, destacando as análises realizadas sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, como uma especialização do trabalho coletivo e inscrito na divisão sociotécnica do trabalho e sobre a intersectorialidade como um instrumento de trabalho do/a assistente social nas políticas sociais.

Além disso, expõe elementos importantes para a realização do trabalho intersectorial dos/assistentes sociais com a população em situação de rua, na perspectiva do atendimento integral das suas demandas e da garantia do acesso amplo dessa população aos seus direitos sociais, com base nas legislações profissionais do Serviço Social; e apresenta dados da pesquisa nacional e estudos realizados sobre o perfil e as particularidades da população em situação de rua.

Dando continuidade, o segundo capítulo, intitulado: *A Intersectorialidade e o trabalho do Serviço Social nas políticas sociais junto à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro*, expõe como ocorre o trabalho intersectorial de dez assistentes sociais com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Para tanto, apresenta os aspectos relevantes para compreensão do conceito de intersectorialidade, a partir das concepções das participantes da pesquisa empírica e destaca: o papel do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), para o desenvolvimento da intersectorialidade no atendimento à população em situação de rua; os serviços que compõe a rede socioassistencial que atende a referida população no Rio de Janeiro; como é realizado o trabalho intersectorial dos/as assistentes sociais com esse segmento populacional e as particularidades que permeiam o perfil dessa população no município.

O terceiro capítulo, intitulado: *Os impasses e desafios: limites ao trabalho intersectorial dos/as assistentes sociais com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro*, destaca os limites colocados para a realização do trabalho intersectorial, entre as assistentes

sociais participantes desta pesquisa, com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Com base nos registros das entrevistadas e na literatura especializada na temática, aborda elementos importantes para a compreensão, de como as formas de gestão e implementação das políticas sociais brasileiras; a ausência e/ou a precarização dos serviços socioassistenciais; a centralidade atribuída a política de Assistência Social; a presença da lógica do “favor” e da “culpabilização” no atendimento à população em situação de rua e as condições de trabalho das assistentes sociais, são fatores que dificultam a efetivação da intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Por último, as considerações finais reiterando algumas observações e apontamentos essenciais para o debate acerca do trabalho intersetorial de assistentes sociais com a população em situação, na perspectiva da garantia do acesso aos direitos de cidadania

Como apêndices apresentam-se o roteiro de entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizados na realização da pesquisa. E em anexo, o parecer do Comitê de Ética em relação ao projeto de pesquisa apresentado.

## **1 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO PRELIMINAR**

O presente capítulo tem por objetivo realizar análises preliminares sobre o serviço social e o trabalho desenvolvido, na interface com a intersectorialidade, junto à população em situação de rua, a partir dos estudos realizados pela literatura especializada na temática.

O primeiro item apresenta as análises realizadas sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, como uma especialização do trabalho coletivo e inscrito na divisão sociotécnica do trabalho.

Além disso, traz a concepção de trabalho utilizada pela tradição marxista, destacando as características assumidas pelo trabalho na sociedade capitalista, especialmente pelo trabalho do/a assistente social, limitado pelas condições objetivas e subjetivas da sua condição como trabalhador assalariado.

O segundo item, desenvolve análises sobre a intersectorialidade como um instrumento de trabalho do/a assistente social nas políticas sociais, apresentando o contexto em que esse instrumento passou a receber destaque no debate sobre a implementação e a gestão das políticas sociais, e o seus rebatimentos nas conceituações da intersectorialidade, sua operacionalização, e no trabalho realizado pelos/as assistentes sociais.

O terceiro item, expõe elementos importantes para a realização do trabalho intersectorial dos/assistentes sociais com a população em situação de rua, na perspectiva do atendimento integral das suas demandas e da garantia do acesso amplo dessa população aos seus direitos sociais, com base nas legislações profissionais do Serviço Social.

O quarto e último item, apresenta dados da pesquisa nacional e estudos realizados sobre o perfil e as particularidades da população em situação de rua, ressaltando as suas principais características, tais como: a sua heterogeneidade; as múltiplas determinações do fenômeno; a sua relação com a estrutura social capitalista; a situação de rua como expressão da questão social e as diversas violações de direitos sofridas por esse público.

## 1.1 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO

O trabalho é a ação que medeia a relação do homem com a natureza, visando transformá-la em bens necessários para a sua subsistência, isto é, para satisfazer as suas necessidades, tanto as que provém do estômago, quanto da fantasia. Ao agir sobre a natureza e transformá-la, o homem também transforma a si mesmo, desenvolvendo as potencialidades que nela existem e submetendo as suas forças ao seu próprio domínio (MARX, 2011).

Complementando, Lessa (2007) afirma que o trabalho é uma ação teleologicamente posta. Isto é, o homem realiza a sua ação, orientada para um fim. Essa ação é projetada na sua consciência antes de ser executada e transformada em objeto. Sendo assim, nas palavras de Marx (2011, p. 188), “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já esteve presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente”. É o objetivo que o homem deseja alcançar, que vai determinar, “como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade”.

No entanto, a natureza impõe limites à vontade humana, condicionando a sua ação, às “determinações ontológicas do setor da natureza a ser transformado” (LESSA, 2007, p. 136), demonstrando que o homem não pode transformar a matéria natural, além daquilo que as suas propriedades permitirem e que existem barreiras na natureza que nenhuma sociedade pode ultrapassar.

Isso significa que o homem tem o poder de decidir através da sua capacidade teleológica, como vai realizar o seu trabalho e o que fazer com o objeto produzido, mas, as condições concretas limitam a sua interferência na evolução do objeto após colocá-lo no meio social em que vive (LESSA, 2007).

É através dessa relação do homem com a natureza, que surge o ser social, tendo em vista que o homem ao transformar a natureza, através da mediação da consciência e das relações sociais, de uma forma totalmente oposta à realizada pelas plantas e os animais, também transforma a sua própria natureza social, permitindo “a constante construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante e contraditório” (LESSA, 2007, p.145).

Assim sendo, o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana, no sentido em que ao mediar a transformação da natureza pelo homem, produz os meios de produção e os meios de subsistência, vitais para a existência de qualquer sociedade, e para a sua reprodução (MARX, 2011; LESSA, 2007).

Por esse viés, parafraseando Lessa (2007, p. 145-146), “o desenvolvimento humano não é o desenvolvimento biológico do animal *Homo sapiens*, mas sim a evolução das relações que os homens estabelecem entre si para garantir a sua reprodução social, o desenvolvimento das formações humanas”.

As relações sociais são um produto da humanidade, e dessa forma podem ser transformadas e abolidas por ela. É nessa perspectiva que deve ser compreendida a destruição do feudalismo, e em consequência o desenvolvimento do capitalismo, como um produto das ações humanas ao longo da história (LESSA, 2007).

Na sociedade capitalista, o trabalho assume um sentido diferente, passa a estar subordinado ao capital, sendo vital, não somente como um meio para satisfazer as necessidades humanas, mas também para produzir e acumular valor (IAMAMOTO, 2010).

Nesse sentido, Marx (2011, p.194) afirma que na produção de mercadorias, “os valores de uso” – capacidade e utilidade de um produto para satisfazer as necessidades sociais e históricas dos indivíduos -, “só são produzidos porquê e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” - relação quantitativa, que permite a troca de mercadorias com características diferentes -. O que determina o valor de troca, é o tempo de trabalho humano, abstraído das suas qualidades concretas – trabalho concreto -, socialmente necessário para produzir determinada mercadoria.

O autor acrescenta que, o capitalista não deseja apenas produzir valor de uso e valor de troca, mas também mais-valia, ou seja, ele “quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para a sua produção” (MARX, 2011, p. 194). Para tal, além de se apropriar da mercadoria produzida pelos sujeitos, - enquanto dono do valor de uso da sua força de trabalho, direito adquirido através da compra em troca do pagamento de um salário -, o capitalista também se apropria de parte do tempo de trabalho do trabalhador, visto que, o salário que recebe, não corresponde ao valor que produz.

Sendo assim, o modo de produção capitalista se assenta na exploração da força de trabalho, como meio para adquirir e acumular riqueza, e na alienação, tendo em vista que, o produto do trabalho realizado pelo trabalhador não lhe pertence, e sim ao capital, que é o proprietário da sua força de trabalho e de tudo o que ela produz (IAMAMOTO, 2010).

Por esse viés, Iamamoto (2002, p.56) comenta que um determinado modo de produção dos meios de subsistência, “supõe também determinado modo de cooperação entre os agentes envolvidos, determinadas relações sociais estabelecidas no ato de produzir, as quais envolvem o cotidiano da vida em sociedade”. Nesse sentido, “o grau de desenvolvimento da divisão social

do trabalho, expressa o grau de desenvolvimento das forças produtivas” (IAMAMOTO, 2002, p. 56).

Cada nível da divisão social do trabalho, está relacionado a uma forma de se apropriar do trabalho e dos produtos. Na sociedade capitalista assentada na propriedade privada, “o trabalho humano é expressão da atividade humana num contexto de alienação e a divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação” (IAMAMOTO, 2010, p. 419-420).

À medida que as forças produtivas se desenvolvem, sustentadas pelo capital:

[...] o processo de trabalho passa a ser realizado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores e meios de trabalho, verificando-se ao mesmo tempo, um parcelamento das atividades necessárias à realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores (IAMAMOTO, 2010, p. 419).

Em suma, a divisão social do trabalho remete as situações sociais concretas em que os sujeitos, enquanto pessoas livres e privadas produzem valores de trocas, sendo a condição da existência desse valor. O valor de troca é inerente a sociedade capitalista, e rege toda a produção. Nesse contexto, a tendência é que a relação direta do trabalhador com o produto final do seu trabalho desapareça e a produção seja totalmente dependente das relações sociais capitalistas, ampliando e complexificando as necessidades sociais (IAMAMOTO, 2002).

Além disso, a divisão social do trabalho cresce gradualmente e se complexifica, conforme o atendimento às necessidades sociais ocorre pela via do mercado, ou seja, mediada pela “produção, troca e consumo das mercadorias” (IAMAMOTO, 2002, p. 55).

Vale ressaltar, que as mudanças nas formas de produção e organização da divisão social do trabalho na sociedade capitalista, não afetam somente o espaço do trabalho, mas também trazem impactos para a organização da vida em sociedade, interferindo nas relações sociais estabelecidas entre os indivíduos.

No contexto do capitalismo monopolista, a divisão social do trabalho “adquire novas cores e tonalidades [...] atribuindo particularidades às manifestações da ‘questão social’” (IAMAMOTO, 2002, p.75) e criando novas necessidades sociais.

Nesse sentido, profissões e ofícios surgem para responder a essas necessidades sociais, que surgem ao longo da história, no contexto da produção e reprodução das relações sociais.

Dentre essas profissões, está o Serviço Social, que no Brasil, surge na década de 1930 no contexto do processo de industrialização e urbanização do país e de acirramento das expressões da questão social.

Deste modo, a partir do momento em que a questão social é reconhecida pelo Estado, exigindo a sua intervenção na relação entre o capital e o trabalho, surge à necessidade do Serviço Social, demandado pelo Estado e o mercado, para dar respostas as expressões da questão social, através de instituições assistenciais e em seguida pela execução das políticas sociais junto à classe trabalhadora.

O Serviço Social surge vinculado aos interesses das elites econômicas e políticas, como uma alternativa profissional capaz de contribuir para a ampliação e consolidação do processo de industrialização do país, visto que emerge “como uma das estratégias para o controle, o disciplinamento e a reprodução da classe trabalhadora face aos esforços que uniram o Estado e a Igreja Católica, em consonância com a expansão do capitalismo no país” (FORTI, 2013, p. 89).

O Serviço Social enquanto profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, e assim participante dos processos de trabalho de reprodução social no contexto do capitalismo monopolista, contribuindo para a reprodução das relações sociais e atendendo a demandas que não provém da profissão e nem do público que atende (YAZBEK, 2009).

Complementando, Iamamoto (2002, p.88) comenta que:

O Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.

A inserção do Serviço Social no processo de reprodução da sociedade capitalista, nos leva a compreender o trabalho profissional como:

[...] atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social à prática profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais; [...] como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional (IAMAMOTO, 2002, p. 88).

Yazbek (2009) destaca que essas duas características do trabalho profissional do assistente social, formam uma unidade contraditória, contribuindo para que em muitas situações haja um desencontro entre as intenções do assistente social, o trabalho realizado e os resultados produzidos. Vale considerar, que o assistente social, enquanto trabalhador assalariado inserido

nas relações sociais antagônicas e contraditórias que permeiam a sociedade capitalista, não pode fugir dessa realidade.

Nesse sentido, é importante salientar que o Serviço Social, é uma profissão polarizada pelos interesses e conflitos de classe em relação, tendo em vista que participa tanto dos processos de reprodução dos interesses de manutenção da ordem capitalista, como das respostas às necessidades sociais da classe trabalhadora (YAZBEK, 2009).

Além disso, o trabalho do assistente social, como trabalhador assalariado, possui uma dupla dimensão, que não pode ser desconsiderada. Iamamoto (2010, p. 421) traz essa análise:

[...] o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: (a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relação com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo de tempo de trabalho social médio – possibilitando que esse trabalho adquira um caráter social.

Raichelis (2011, p. 425) salienta que, para que a força de trabalho especializada do assistente social entre em ação é necessário que o profissional disponha dos meios e instrumentos de trabalho, que por sua vez são propriedades das instituições empregadoras, que os coloca à disposição do assistente social “para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional”.

Esse processo impõe algumas restrições ao trabalho do assistente social, visto que, como trabalhador assalariado não possui total autonomia para realizá-lo conforme a sua vontade, e nem tem o poder de definir as prioridades, nem a maneira pela qual objetiva realizar o seu trabalho. O que revela uma tensão entre a direção social do trabalho do assistente social, imprimida pelo projeto ético-político e as condições concretas dos espaços ocupacionais (RAICHELIS, 2011).

Isso não significa que o assistente social, no seu exercício profissional não pode ir na contramão dos interesses capitalistas e das determinações institucionais, pelo contrário, a partir da sua autonomia relativa, ele pode fortalecer o seu potencial para impulsionar a luta por direitos e mudar os rumos do seu trabalho, na direção de atender as demandas dos usuários dos serviços (IAMAMOTO, 2010).

Além disso, a contradição inerente às relações sociais, isto é, os interesses sociais antagônicos que refletem no espaço institucional, disputando pela hegemonia e pela direção

social do trabalho do assistente social, ao mesmo tempo que “permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação” (YAZBEK, 2009, p. 5).

Nesse sentido, “as necessidades sociais e aspirações dos segmentos subalternos, que são o público-alvo do trabalho profissional, podem potencializar e legitimar os rumos impressos ao trabalho do assistente social, na contramão das definições oficiais” (IAMAMOTO, 2010, p. 422).

Para tanto, é necessário que o assistente social exercite a sua autonomia relativa, e ratifique a sua capacidade de análise do exercício profissional cotidiano, reconhecendo, conforme afirma Mota (2017, p. 51):

a) iniciativas que evidenciem posturas que neguem a sociabilidade e a mercantilização do atendimento das necessidades humanas; b) processos de democratização de decisões; c) conquistas e possibilidades do exercício de direitos; d) reconhecimento de sujeitos, reivindicações e lutas sociais que tornam mais concreto o entendimento dos indivíduos e da classe trabalhadora em sua heterogeneidade; e) mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação de consciência crítica da população usuária. Em resumo: a identificação de aspectos da realidade que foram ou poderiam ser tensionados pela ação do Serviço Social.

Mota (2017, p. 51) ainda comenta que o profissional de serviço social realiza um movimento, em que as expressões da questão social, situações alvo da sua intervenção, “também são objeto do conhecimento e de intervenção política, extrapolando o raio de ação da atividade profissional e expondo a relação com a totalidade historicamente construída”, o que permite o desvelamento das conexões entre as particularidades do espaço ocupacional do assistente social e as determinações do contexto macropolítico da sociedade brasileira, “ou seja, entre os processos de reprodução social e as possibilidades de seu tensionamento, organicamente articuladas a outro projeto de sociedade”.

Isso demanda do profissional, “competência teórico-metodológica para ler a realidade e conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação” (IAMAMOTO, 2018, p. 82).

Complementando, Iamamoto (2018, p. 82), sinaliza que o exercício profissional requer do assistente social:

[...] competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional.

Além disso, é importante ressaltar que, os projetos de trabalho profissional devem estar alinhados aos princípios e diretrizes do projeto ético político, construído de forma hegemônica pela categoria profissional a partir da década de 1980, tendo em vista que é no trabalho cotidiano, nas situações particulares com as quais o assistente social se depara no exercício profissional, que é fundamental:

[...] demonstrar [...] a viabilidade do projeto ético-político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais e profissionais. E avançar uma legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional (IAMAMOTO, 2012, p. 36).

Por esse viés, Iamamoto (2012, p.44-45) ressalta que a viabilização do projeto ético-político “supõe o reconhecimento das condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto”.

Além de reconhecer, é necessário que o assistente social desvende “os fetiches desses tempos presididos pelas finanças, elucidando os ‘segredos da realidade’” (IAMAMOTO, 2018, p. 83-84), para direcionar o seu trabalho, tendo como horizonte o fortalecimento e a ampliação da luta, da conquista e da manutenção dos direitos de cidadania da classe trabalhadora no Brasil (IAMAMOTO, 2018).

### 1.1.1 A intersetorialidade como instrumento de trabalho do/a assistente social nas políticas sociais

A legitimação e institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, também está intrinsecamente relacionada à criação e ao desenvolvimento das políticas sociais, como instrumento da intervenção do Estado “no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas” (YAZBEK, 2009, p. 9), o que expressa a contradição que permeia a implementação das políticas sociais na sociedade capitalista.

Yazbek (2009, p. 9-10) acrescenta que o reconhecimento da cidadania de segmentos da classe trabalhadora pelo Estado através da instituição das políticas sociais, ampliou a área de

ação do Serviço Social para além dos trabalhos de ação social realizados sob a orientação da Igreja Católica, e alargou as bases sociais de seu processo de formação. Além disso, a profissão passa a assumir “um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais”.

Nesse sentido, é importante destacar que “a conquista da cidadania através da implementação das políticas sociais é sempre o resultado concreto de uma relação de forças das classes em luta pela institucional das relações de força estabelecidas historicamente entre as classes e mediatizadas pelo Estado” (FLEURY, 1986, p. 7)).

A origem e o desenvolvimento de uma política social são em certa medida uma expressão contraditória dessas relações, “sendo ao mesmo tempo fator determinante no curso posterior desta mesma relação entre as forças sociais fundamentais” (FLEURY, 1994, p. 43).

Enquanto um conceito permeado por contradições, a política social deve ser compreendida como um campo de disputa, visto que nela confluem e convergem interesses contraditórios. Ou seja, as políticas sociais “são o resultado da luta de classes, e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” (FALEIROS, 1987, p. 46).

Por esse viés, a política social no capitalismo, igualmente ao Estado que a conduz, é “uma relação que transita entre interesses antagônicos do capital e do trabalho para contraditoriamente atendê-los em conformidade com o poder de fogo de cada, em sempiterno processo de correlação de forças” (PEREIRA, 2020, p. 34), tendo em vista que nem o Estado, nem a política social poderiam se manter se atendessem apenas os interesses das classes dominantes.

Nisso reside o antagonismo fundamental da política social capitalista, não pode ser plenamente positiva para o capital e nem para o trabalho. Além disso, revela a sua essência, enquanto uma relação eminentemente dialética (PEREIRA, 2020).

Vale ressaltar, que o paternalismo e a repressão, características presentes nas políticas sociais em sua origem, se refletirão nas décadas posteriores em políticas sociais ineficientes, com pouco impacto sobre as condições de vida dos cidadãos e cada vez mais subordinadas às políticas econômicas. O que também trará rebatimentos para as condições e para as relações de trabalho dos assistentes sociais (YAZBEK, 2009; IAMAMOTO, 2018).

Além disso, a fragmentação presente historicamente na gestão e implementação das políticas sociais também traz implicações para o exercício profissional dos assistentes sociais, tendo em vista que, “são concebidas setorialmente como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação, numa apreensão parcializada da realidade social.

Conseqüentemente, as ações profissionais acabam por se fragmentar, assumindo um caráter pontual e localizado.” (YAZBEK, 2009, p. 10).

Nesse sentido, Bellini *et al.* (2014) afirma que para o enfrentamento da fragmentação e da focalização das políticas sociais, tem-se intensificado nos últimos anos, especialmente após a promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988, o debate sobre a intersectorialidade, visando contribuir para a consolidação dos direitos garantidos pela Constituição.

A intersectorialidade será compreendida aqui a partir da concepção apresentada por Bellini *et al.* (2014, p. 5), como “um modelo de gestão que visa romper com a fragmentação das políticas sociais, trazendo inclusive uma transformação de conceitos, ações e maneiras de pensar a prestação de serviços sociais e a relação que se dá entre esta prestação de serviços, o Estado e os cidadãos”.

Além disso, ela também será concebida como a integração entre os diferentes setores das políticas públicas, englobando o planejamento, execução, monitoramento e avaliação, a fim de realizar ações em conjunto, com o objetivo de atender de forma integral as necessidades sociais dos cidadãos, - compreendendo-os em sua totalidade -, e promover a garantia e ampliação dos direitos sociais (MEDEIROS; LIRA, 2015; MONNERAT; SOUZA, 2015; SANTOS, 2011).

Contudo, apesar do debate sobre a intersectorialidade surgir nesse contexto de implementação das políticas sociais públicas, pautada pela universalização do acesso, - um princípio constitucional -, este debate ganha força num contexto de avanço do ideário neoliberal (OLIVEIRA; MARTINS, 2018).

Nesse sentido, a reforma do papel estatal, realizada nesse contexto de implantação do neoliberalismo, como uma das estratégias assumidas pelo capitalismo monopolista e financeirizado, caminha na direção contrária ao que foi preconizado pelo dispositivo constitucional, desmantelando e transformando as políticas sociais universais e redistributivas em políticas sociais focalizadas, pontuais, precárias e de caráter compensatório, que apenas visam minimizar os efeitos da desigualdade social no Brasil.

Complementando, Almeida e Alencar (2015, p. 166) comentam que o compromisso das políticas públicas com a consolidação da cidadania, está ameaçado, “pois passam a ser submetidas a uma racionalidade mercantil, que retira dos serviços sociais sua dimensão de direito”.

Alves (2015, p. 193), por sua vez, acrescenta ao debate que:

As políticas sociais sofrem os rebatimentos da reorganização do capital para o enfrentamento da crise, assim, há uma ampliação da participação do setor privado no

provimento das necessidades sociais, reforçando o processo de mercantilização dos serviços sociais (redes mínimas de proteção social na saúde, educação e assistência social).

Além disso, de acordo com Yamamoto (2018, p. 73), a privatização e o desmonte das políticas sociais públicas, possuem duas principais frentes: primeiro, a realização de “ações filantrópicas e de benemerência e de ‘programas focalizados de combate à pobreza’”, transferindo a responsabilidade estatal com a intervenção nas expressões da questão social para o terceiro setor. Segundo, “expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais capitalistas — os seguros de saúde, o “negócio da educação”, os fundos de pensão etc., que transformam as políticas públicas e serviços correspondentes em nichos de lucratividade”.

Nesse contexto, a intersetorialidade, ressignificada pelo neoliberalismo passa a ser defendida também, como uma “proposta de intervenção baseada na interação entre o Estado, as empresas privadas e a sociedade civil organizada” (BREVILHERI; BASSI; PASTOR, 2015, p. 6-7), estimulando a “responsabilização do mercado e da sociedade civil pelo provimento da proteção social, como agentes responsáveis pela oferta dos serviços públicos, pela execução das políticas sociais” (OLIVEIRA; MARTINS, 2018, p. 4).

Apesar da participação da sociedade civil na execução das políticas sociais, ser incentivada e valorizada no contexto da desresponsabilização do Estado pela intervenção nas expressões da questão social, é importante ressaltar que a sociedade civil não é um grupo homogêneo, com interesses comuns, pelo contrário, é um campo permeado pelos interesses contraditórios em disputa na sociedade capitalista. Sendo assim, existem diversas organizações da sociedade civil, que prestam serviços sociais, na perspectiva de contribuir para o acesso aos direitos de cidadania pelos grupos subalternizados, dentre os quais se encontra a população em situação de rua.

Complementando, Montaño (2003, p. 274) aponta que:

[...] fala-se de “organizações da sociedade civil” ou do “terceiro setor” e com isso equaliza-se, numa mesma categoria, um conjunto heteróclito e contraditório de setores, não apenas diversos, mas fundamentalmente antagônicos. Na sociedade civil estão presentes organizações tanto dos trabalhadores, de “excluídos”, das chamadas “minorias”, dos defensores de direitos humanos, da mulher, da criança e do adolescente, do meio ambiente, mas também comparecem representantes do capital [...].

De igual modo, a intersetorialidade deve ser compreendida, como um conceito polissêmico e dialético, assim como as políticas sociais, dotado de possibilidades e

significações e permeado por contradições, visto que, estas são inerentes à sociedade capitalista (OLIVEIRA; MARTINS, 2018).

Nesse sentido, o assistente social, ao utilizar a intersetorialidade como uma estratégia técnica e política para dar respostas às demandas dos usuários das políticas sociais, precisa ter clareza de qual direção está imprimindo ao seu trabalho profissional, tendo em vista, que ela pode representar tanto uma resposta meramente gerencial e administrativa, orientada pela racionalização dos recursos e pela privatização das políticas sociais, quanto um meio de contribuir para a universalização das políticas sociais públicas e para o atendimento integral das necessidades dos cidadãos (OLIVEIRA; MARTINS, 2018).

Esse tensionamento entre a defesa da universalização dos direitos sociais e a mercantilização e refilantropização da intervenção nas expressões da questão social, - projetos políticos e institucionais antagônicos -, que permeia as políticas sociais e conseqüentemente a intersetorialidade, traz grandes rebatimentos para as condições e relações de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2018).

Complementando, Alencar e Granemann (2009, p. 167) comentam que:

Toda essa dinâmica configura uma nova realidade profissional à medida que a tendência de privatização e pauperização da política social face às exigências da contrarreforma do Estado brasileiro são objetivadas no âmbito institucional-organizacional responsáveis pela sua operacionalização e execução. Os impactos para o trabalho profissional são imediatos e fortemente condicionados pelos parâmetros institucionais, dadas as exigências colocadas pelas agências empregadoras e pela realidade do formato do conjunto de programas sociais.

Esses processos de precarização das políticas sociais, espaços ocupacionais privilegiados do assistente social, dificultam o enfrentamento às expressões da questão social, reproduzindo no “âmbito institucional do trabalho profissional condições limitadas para a autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política do exercício profissional” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167).

A privatização e o desmonte das políticas sociais públicas, aliadas a precarização do trabalho também afetam as respostas interventivas dadas pelos assistentes sociais às requisições que lhes são feitas, levando o profissional a dar respostas de forma imediata, despidas de criticidade e problematizações das expressões da questão social e “restritas ao processo de percepção instrumental e superficial da realidade social” (ALVES, 2015, p. 195).

Além disso, alteram-se as demandas e requisições, ou seja, o conteúdo do trabalho do assistente social, tendo em vista que, essas profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira vem passando, “desdobram-se em um maior aprofundamento da questão social, o que

traz grandes modificações nas condições de vida e trabalho dos usuários das políticas e serviços sociais” (FRANCISCO, 2020, p. 156).

Por esse viés, Yazbek (2009, p. 17) acrescenta ao debate que:

Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de mudanças nas bases da ação social do Estado, as manifestações da "questão social", matéria-prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assumem novas configurações e expressões, entre as quais destacamos a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente: são questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. Situações que representam para as pessoas que as vivem, experiências de desqualificação e de exclusão social, e que expressam também o quanto a sociedade pode "tolerar" e banalizar a pobreza sem fazer nada para minimizá-la ou erradicá-la.

A autora ainda aponta que, essas novas configurações da questão social e a conjuntura atual do sistema capitalista colocam “para o Serviço Social contemporâneo novas demandas e competências, quer no nível de conhecimentos, quer no plano concreto da intervenção e negociação política no âmbito das Políticas Sociais” (YAZBEK, 2009, p. 18-19), compelindo o profissional a redefinir suas estratégias e procedimentos.

A intersectorialidade é uma das estratégias que pode e deve ser utilizada pelo assistente social como um instrumento de trabalho, para dar respostas mais efetivas às variadas expressões da questão social, além de contribuir “para a ampliação do acesso das famílias a programas, projetos e serviços, para o fortalecimento da cidadania e ampliação dos direitos” (RODRIGUES; FONSECA; FIQUEIREDO, 2016 p.1) e para a efetivação do compromisso dos assistentes sociais com a integralidade do atendimento às necessidades sociais dos cidadãos e com a universalidade das políticas sociais.

Esse compromisso dos assistentes sociais com a universalidade das políticas sociais e consequentemente com a cidadania, é um compromisso ético-político, estabelecido pelo Código de Ética Profissional do Serviço Social instituído pela Resolução Cfess n. 273, de 13 de março de 1993 e que compõe o Projeto Ético-Político, em alguns de seus princípios fundamentais:

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993).

Contudo, autores como Costa (2010); Prata; Delfino; Gomes (2017), apontam que a fragmentação, a focalização e a seletividade que permeiam as políticas sociais na era neoliberal, impõem limites ao trabalho intersetorial dos assistentes sociais, que acaba se restringindo a ações pontuais e fragmentadas perante às situações específicas, e desprovidas de uma perspectiva de totalidade.

Por esse viés, Medeiros e Lira (2015, p. 4) comentam que a materialização da intersetorialidade, é um desafio “que requer compromisso e vontade dos diversos sujeitos envolvidos, além de uma atuação técnica, um direcionamento também ético e político, envolvendo o processo formativo, buscando assim viabilizar o acesso aos serviços, a garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania”.

Diante disso, um desafio se coloca para o assistente social na atualidade: contribuir para que os princípios estabelecidos pelo projeto ético-político se concretizem no seu cotidiano de trabalho e não se transformem apenas em ideias abstratas desconectadas da realidade concreta (RODRIGUES; FONSECA; FIQUEIREDO, 2016).

Vale ressaltar que, apesar do/a assistente social ter um papel importante a desempenhar no desenvolvimento de ações intersetoriais no seu espaço de trabalho, “a intersetorialidade não pode ser vista como iniciativa individual de profissionais ou equipes, requer decisões institucionais e políticas nos níveis de planejamento e de execução que rompam com a cultura política da setorialização [...]” (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020, p. 9).

Os autores acrescentam que a intersetorialidade e a complementariedade dos serviços das políticas sociais, são desafios permanentes para os gestores municipais, estaduais e federais, exigindo uma nova forma de olhar para a realidade social, através da realização de mudanças nas práticas organizacionais, que só ocorrerão quando as organizações transformarem sua cultura e seus valores.

Cfess (2009, p. 17), destaca que para que o assistente social realize um trabalho intersetorial orientado pelo projeto ético político, é necessário:

[...] leitura crítica da realidade e capacidade de identificação e análise das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores, em defesa dos seus direitos, formulação e construção coletiva, em conjunto com os trabalhadores, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.

Além disso, a articulação dos assistentes sociais com os movimentos de luta e organização dos trabalhadores e com profissionais de outras categoriais que compartilham dos princípios e compromissos estabelecidos pelo projeto ético-político, é fundamental para o fortalecimento da intersectorialidade nos seus espaços de trabalho, a fim de contribuir para a integralidade e universalidade do acesso às políticas sociais e para a consolidação da cidadania dos diversos segmentos sociais das classes subalternas.

## 1.2. O TRABALHO INTERSETORIAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população em situação de rua, é um dos segmentos sociais atendidos pelo Serviço Social, e é o seu público-alvo em diferentes espaços sócio-ocupacionais De acordo com o Conselho Regional de Serviço Social – Cress/RJ (2019, p. 20) os assistentes sociais no trabalho desenvolvido junto à população em situação de rua, “têm como competência realizar análises e intervenções qualificadas na realidade, cujas demandas se apresentam de forma fragmentada, emergenciais e imediatizadas”. Através do planejamento, o profissional desenvolve seu projeto de intervenção que o orienta nas atividades cotidianas, tais como: “o desenvolvimento de programas e serviços sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades [...] de seus usuários, visando garantir o seu acesso a direitos sociais” (AZEVEDO, 2021, p. 45).

Vale ressaltar que, a população em situação de rua, faz parte dos sujeitos que ao longo da história estiveram destituídos do *status* de cidadão, e invisíveis aos olhos do Estado, sendo recentemente reconhecida como sujeito de direitos através da instituição da Política Nacional para População em Situação de Rua – Pnpr, pelo decreto nº 7053/2009, onde se lê:

Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica (BRASIL, decreto nº 7053/2009, art. 7º, incisos I e IX).

A conquista desses direitos vai ao encontro dos direitos preconizados pela Constituição Federal de 1988, que materializou o sistema de proteção social, pautado na Seguridade Social, visando a universalização da cidadania. Mais de vinte anos depois, como resultado das lutas

travadas pelos movimentos sociais e grupos defensores dos direitos da população em situação de rua, esse segmento é incluído como público alvo da proteção social, na ótica do direito.

Para consolidar o acesso da população em situação de rua aos seus direitos de cidadania, por meio dos serviços e programas que integram as políticas públicas, a Pnpr (2009), apresenta a intersetorialidade como um dos eixos estruturantes para a sua efetivação, visto que, traz em seu escopo, mais precisamente, em seu Artigo 6º, duas diretrizes: “a articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do distrito federal” e a “integração das políticas públicas em cada nível de governo” (BRASIL, Decreto nº 7053/2009, art.6º, incisos III e IV), sendo “preconizada como uma potência para conferir aos usuários dos serviços uma assistência integral e eficaz” (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 78).

Nesse sentido, a Pnpr (2009), apresenta a intersetorialidade como uma estratégia para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos da população em situação de rua nas diferentes políticas públicas, de maneira a compor uma rede que garanta a efetividade e a qualidade dos serviços ofertados (OLIVEIRA; MARTINS, 2018).

Além disso, a Pnpr propõe a integração das políticas sociais de proteção social, desde as que compõem o pilar da seguridade social regidas pela Constituição Federal, além de incorporar a educação, o trabalho e renda, a habitação, a moradia, a cultura, o esporte, o lazer e segurança alimentar e nutricional, como mecanismos garantidores de segurança e pleno atendimento às demandas da população em situação de rua no Brasil (OLIVEIRA; MARTINS, 2018).

Sendo assim, a intersetorialidade é apresentada na Pnpr (2009), como um dos seus eixos fundamentais, para a sua concretização como política social garantidora dos direitos não contributivos, visando à ampliação do acesso da população em situação de rua aos seus direitos, visto que, uma política social por si só não é capaz de garantir o acesso ou efetivar todos os direitos demandados por essa população, “assim como não responde por todas as necessidades sociais que assolam a população nas variadas dimensões da vida social” (MEDEIROS; LIRA, 2015, p. 5).

Diante da complexidade e dos múltiplos determinantes que envolvem o fenômeno da situação de rua, enquanto uma das expressões da questão social, Ferro (2012, p. 37) afirma que a intersetorialidade é de suma relevância “para promover o resgate da autoestima e permitir a reinserção habitacional, laboral e afetiva dessas pessoas”, e também “é a única estratégia capaz de oferecer possibilidades efetivas de saída das ruas”, no sentido em que, o atendimento a esse segmento, realizado de uma forma fragmentada e somente através de uma política social, “só

pode dar um sentido compensatório à exclusão, sendo uma modalidade paliativa sem a capacidade de apresentar saídas à situação” de rua.

Por esse viés, é fundamental que o/a assistente social inclua a intersetorialidade como instrumento de trabalho, na sua intervenção profissional junto à população em situação de rua, realizando um trabalho conjunto e integrado com os demais profissionais que estão inseridos no espaço institucional em que atua e articulado com os profissionais de outras áreas, tendo em vista que um trabalho voltado para a garantia de direitos e pautado pelos princípios éticos da cidadania e da democracia, só pode ser consolidado “no interior de políticas sociais públicas e na perspectiva da intersetorialidade das ações” (CRESS\RJ, 2019, p. 5). O assistente social ao movimentar-se pela perspectiva intersetorial das políticas sociais, precisa de atenção para não reproduzir a racionalidade da burocracia e da organização em detrimentos do conhecimento profissional.

O desenvolvimento da intersetorialidade no âmbito das políticas sociais que atendem à população em situação de rua, também requer compromisso ético de cada ator que as operam, o que inclui também, além dos/as assistentes sociais, os profissionais de outras áreas e os gestores, visto que “a postura ética dos gestores e o clima ético da organização podem estimular ou reprimir o desenvolvimento de uma política social ativa” (ALMEIDA, 2007, p. 118-119)

O compromisso dos assistentes sociais com a defesa e a garantia dos direitos de cidadania, está previsto em alguns dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional (1993), tais como: “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993).

Além disso, a Cartilha dos Direitos das Pessoas em Situação de rua, elaborada pelo Ministério Público do Distrito Federal em 2018, com o objetivo de orientar e sensibilizar todas as pessoas que estão envolvidas no atendimento a esse segmento, aponta que, para que haja o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos da sua própria história é necessária uma atuação profissional livre de preconceitos e acolhedora (BRASIL, 2018).

Diante disso, é de suma importância, que o assistente social:

Ao atuar em atendimentos ou contatos sociais com a população em situação de rua, procure intervir de forma respeitosa e humanizada, com o objetivo de assegurar que tenham acesso aos mesmos direitos que todos os outros cidadãos, levando em consideração o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero e identidade de gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2018, p. 10).

O Cress/RJ (2019, p. 4), também reforça que a realização de ações que implicam em “recolhimento forçado”, despejo e outras ações violentas contra pessoas em situação de rua, marcados em um contexto de sucateamento de serviços que atendam a este grupo populacional, visando à atenção a seus direitos”, é completamente contrário ao exercício profissional ético de assistentes sociais.

Além disso, o Código de Ética Profissional (1993) estabelece nos artigos sexto, alínea a, e quarto, alínea c. que é vedado ao assistente social no exercício do seu trabalho profissional: “exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses e acatar decisão institucional que fira os princípios do Código”.

Nesse sentido, o/a assistente social deve se questionar, a cada demanda institucional que lhe é colocada: “em que medida estou atuando para garantir direitos? Esta ação é violadora ou tem algum potencial para violar direitos humanos? Ou ainda: as ações requisitadas são arbitrarias e autoritárias? [...]” (CRESS/RJ, 2019, p. 4). A minha atuação profissional está levando em consideração os princípios norteadores do projeto ético político da profissão?

Complementando, o Cress/RJ (2019, p. 5) ressalta que, é de suma relevância que “junto à recusa em relação a ações arbitrarias, haja a apresentação de outras possibilidades de atuação junto à população atendida, como articulações intersetoriais e baseadas em uma ótica de integralidade do cuidado”.

Diante disso, o trabalho do assistente social no atendimento às necessidades sociais da população em situação de rua, enquanto uma das expressões da questão social, deve ter como norte os princípios e valores do projeto ético-político da profissão, e ser comprometido com um trabalho profissional crítico-reflexiva, planejado, sistematizado e intersetorial, atuando na direção de contribuir para a efetivação da Pnpr, como uma política pública garantidora dos direitos de cidadania desse segmento.

A população em situação de rua, além de ser alvo de ações repressivas e arbitrarias, também vivencia inúmeros processos de discriminação e preconceitos, que relegam esse segmento à margem dos espaços sociais (OLIVEIRA, 2021).

O assistente social, como um profissional inserido nos espaços públicos e privados que atendem a essa população, pode contribuir para um atendimento humanizado e universal, pautado no respeito à dignidade humana e às diferenças de raça, classe, gênero etc., e para a luta contra práticas marcadas pela discriminação e pela negligência, que acabam obstaculizando o acesso da população em situação de rua aos seus direitos (OLIVEIRA, 2021).

Por esse viés, a luta contra os processos de discriminação, violências e preconceitos, que marcam a trajetória da população em situação de rua no Brasil, está em consonância com as demandas cotidianas do assistente social, visto que, o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) também estabelece como um de seus princípios o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993), materializando o Serviço Social, como uma profissão comprometida, com a luta contra toda forma de discriminação e opressões que possa impedir o acesso desse público aos seus direitos, com a defesa dos direitos de cidadania, e com a mediação das demandas por serviços, ações e benefícios das políticas sociais, que atendam de forma integral às suas demandas e necessidades.

A atuação intersetorial no atendimento à população em situação de rua, requer do/a assistente social um acolhimento qualificado e sensível as suas demandas e particularidades, além de ouvidos habilitados e prontos a ouvir, e um trabalho profissional voltado para a construção e ampliação da cidadania (ABREU; SALVADORI, 2015; QUERINO, 2018).

O atendimento integral das demandas da população em situação de rua, também requer “a criação de sistemas e fluxos de comunicação, o planejamento e as definições de estratégias entre as diversas estruturas e agentes públicos e privados [...]” (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020, p. 10).

Além disso, é papel do/a assistente social incentivar e mobilizar a participação da população em situação de rua nos espaços institucionais, apoiando as suas lutas e resistências cotidianas, e considerando suas visões de mundo, seus anseios, suas concepções, as situações que vivem e suas necessidades, para que as ações realizadas atendam de forma efetiva as suas demandas.

Yazbek (2014, p. 687), acrescenta ao debate que nas diferentes situações com as quais o/a assistente social se depara no seu trabalho cotidiano, é preciso que ele/a expresse que caminha profissionalmente junto aos usuários dos serviços, “sem deixar de lado os que vão mais devagar’ levando em conta o papel estratégico da comunicação e da informação para mostrar que não se está só na luta”.

Por esse viés, o Cress/RJ (2019, p. 6) afirma que:

No planejamento das ações é importante prever estratégias de incentivo à participação institucional e mobilização de sujeitos atendidos, além da articulação profissional com outras categorias, movimentos sociais, entidades e conselhos que tenham afinidade com os princípios éticos da profissão, a fim de empreender defesas e posicionamentos

coletivos, haja vista que o Serviço Social não é uma profissão isolada no mundo e do contexto em que se dá o exercício profissional.

Esse trabalho articulado com outras categorias profissionais das diversas políticas sociais, movimentos sociais, fóruns e conselhos, é fundamental no atendimento às demandas e necessidades da população em situação de rua, visto que, a intersetorialidade, “configura-se na resposta mais adequada frente à complexidade dos problemas sociais, às necessidades individuais e coletivas dos sujeitos, bem como, sua qualidade de vida, na certeza de que uma política social isolada não consegue resolver sozinha os problemas com os quais essa população se depara” (AZEVEDO, 2021, p. 48).

Por esse viés, é perceptível a importância e o quanto a intersetorialidade têm a contribuir para o trabalho do assistente social no atendimento à população em situação de rua, tendo em vista que os seus objetivos caminham para uma mesma direção, o atendimento integral das necessidades sociais dos cidadãos, e a garantia do acesso universal aos direitos sociais.

### 1.2.1 As particularidades da população em situação de rua no Brasil

A existência de pessoas em situação de rua é fruto do processo de acumulação capitalista, constituindo-se uma das expressões “das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E como tal é expressão incontestada da questão social” (SILVA, 2006, p.89-90).

Diante disso, este fenômeno enquanto uma “expressão radical da questão social na contemporaneidade, [...] materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação de vida” (SILVA, 2006, p.90). Tendo em vista que, à medida em que o capital produz e acumula riquezas, expande e acumula também pauperismo e miséria.

Complementando, Marx (1980 *apud* MONTAÑO, 2012, p. 279) afirma que “[...] quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação e quanto maior essa massa, tanto maior o pauperismo.”

Tiengo (2016) comenta que a existência de uma superpopulação relativa excedente com relação à demanda do capital por força de trabalho é um produto necessário ao processo de acumulação capitalista e vital para a sua existência, tendo em vista que, uma maior produção com o menor número de trabalhadores, gera uma maior acumulação.

Por esse viés, Silva (2006, p. 75) afirma que:

Assim, o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital [...]. Portanto a reprodução da população em situação de rua ocorre no processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo.

De acordo com Marx (2011) a superpopulação relativa pode assumir quatro formas diferentes: flutuante; latente; estagnada e o lumpemproletariado que é a sua camada mais baixa.

Na primeira os trabalhadores vivem momentos onde trabalham, depois deixam de trabalhar e mais tarde voltam a conseguir inserção no mercado de trabalho. No segundo, estão os migrantes do campo para as cidades, enquanto no terceiro grupo estão aquelas pessoas que apesar de inseridas no exército ativo de trabalhadores, seus trabalhos são irregulares (TIENGO, 2016, p.35)

O lumpemproletariado por sua vez, se situa no pauperismo, e é composto por pessoas aptas para o trabalho, mas que não conseguem ser inseridas no mercado de trabalho; órfãs e por pessoas incapacitadas para o trabalho, sejam por serem idosos, estarem enfermos ou por possuírem deficiências que não os permitem trabalhar (SILVA, 2006; TIENGO, 2016).

A população em situação de rua é constantemente localizada pela literatura especializada no tema, como componente do lumpemproletariado, devido à sua identificação com a pobreza extrema, e com o fato de alguns utilizarem como estratégia de sobrevivência a mendicância e a caridade pública; e da forma estagnada, por exercerem trabalhos precários e irregulares. No entanto, se o fenômeno é uma síntese de múltiplas determinações e uma das suas principais características é a heterogeneidade, será que podemos indicar a população em situação de rua como participante de apenas uma das formas da superpopulação relativa? (SILVA, 2006; TIENGO, 2016).

Concordamos com Tiengo (2016), que em suas análises, afirma que tendo em vista, a diversidade dos fatores e as múltiplas expressões da questão social presentes no fenômeno, é inadequado apontar que a população em situação de rua se situa apenas em uma das formas da superpopulação relativa: flutuante; latente; estagnada e o lumpemproletariado.

Rosa (2005 *apud* TIENGO, 2016) em sua pesquisa com pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, traz relatos que apontam essa realidade. Em um dos relatos a pessoa

sinaliza que quando não conseguia trabalho na cidade em que residia, mudava de cidade à procura de emprego, o que se repetiu por diversas vezes, demonstrando que essa pessoa viveu a experiência de flutuar pelo mercado de trabalho, ora estava empregado, ora estava desempregado. Esse é um exemplo de uma pessoa que antes de estar em situação de rua, passou pela forma flutuante.

Complementando, Tiengo (2016, p. 38) ressalta que, “alguns relatos de pessoas em situação de rua que vivem essa forma trazem a flutuação de ser atraído e repellido ao trabalho formal, alternando a moradia nas ruas, com a saída dela. Quando é repellido vai para a situação de rua e quando atraído consegue um local e sai das ruas”.

Outro relato da mesma pesquisa, aponta para a existência da forma latente, em que a pessoa revela que entre os seis e doze anos de idade trabalhou na roça dos pais, “assim como muitos outros relatos de pessoas que foram para as ruas ao migrar do campo para as cidades em busca de trabalho, apontando claramente para a forma latente” (TIENGO, 2016, p.39).

A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2008, apontou que uma grande parcela da população em situação de rua compõe a forma estagnada, visto que, 70,9 % são trabalhadores informais, onde 27,5% atuam como catadores de material reciclável; 14,1% flanelinhas; 6,3% trabalham em setores da construção civil; 4,2% na área de limpeza e 3,1% trabalham como carregadores e estivadores. Além disso, a pesquisa apontou que 47,7% nunca teve carteira assinada ou não trabalhava no setor formal há muito tempo e apenas 1,9 % estava trabalhando com carteira assinada (OLIVEIRA, 2017).

Apesar de serem frequentemente consideradas pelo imaginário social como improdutivas, preguiçosas e vagabundas, a referida pesquisa também apontou que apenas 15,7% dos entrevistados praticavam a mendicância como principal meio para a sobrevivência. Deste modo, caracterizar essa população como mendigos e pedintes é uma concepção errônea e equivocada, visto que se trata de uma população de trabalhadores, apesar de estarem situados no setor informal (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011; KRENZINGER; ANSARI; GUINDANI, 2017).

Diante disso, ao nosso ver e conforme sinaliza Tiengo (2016, p. 39) a população em situação de rua compõe a superpopulação relativa em todas as suas formas. “Ora flutuante, latente, estagnada e ora lumpemproletariado, tudo depende do contexto de cada trajetória de vida”.

Vale ressaltar que apesar do trabalho ser central para compreender a formação e a ampliação do fenômeno população em situação de rua, no contexto da sociedade capitalista marcada pela exploração e pela desigualdade, os fatores que levam o indivíduo à situação de

rua são múltiplos e se interrelacionam, não devendo ser pensados a partir de um único determinante.

Complementando, Tiengo (2016, p.38) comenta que “associada à perda do trabalho há diversos outros fatores, tais como o desentendimento com familiares, a perda de laços afetivos importantes por causa da morte de um parente ou cônjuge, a utilização de álcool e outras drogas, a migração, o sofrimento psíquico, dentre outros”.

No tocante aos fatores que desencadeiam a situação de rua, a pesquisa nacional apontou como principais: o alcoolismo e/ou o uso das drogas (35,5%), problemas de desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%) (OLIVEIRA, 2017).

A população em situação de rua deve, portanto, ser entendida, como um fenômeno de múltiplas determinações, ou seja, existe uma variedade de fatores que levam as pessoas a ficarem em situação de rua, que abarcam:

[...] fatores estruturais, (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.), fatores biográficos, ligados a história de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, uso frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem etc.) e [...] fatos da natureza ou desastres das massas – terremotos, inundações e etc. (SILVA, 2009, p.105).

Nessa perspectiva, compartilhamos das análises de Tiengo (2016, p. 44) e “reafirmamos que o âmago do problema é o modo de produção capitalista. Afinal, os valores do consumo, da intolerância a diversidade, da mercantilização de tudo atravessa o conjunto das relações de poder, dominação, subjugação e exploração”.

Uma característica da população em situação de rua, importante de ser destacada, é a condição de pobreza extrema, que é apontada por Silva (2006, p. 100), como “uma categoria central que vincula esse fenômeno à estrutura da sociedade capitalista como um fenômeno produzido socialmente, no contexto da produção de uma superpopulação relativa [...] para atender às necessidades de expansão do capital.”

Compactuamos neste trabalho, com o conceito de pobreza extrema utilizado pela autora, que o compreende como “a condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas” (SILVA, 2006, p.100). Acrescido por Martins (2022, p. 79) como produto de um “sistema econômico, baseado na expropriação e na exploração para garantir lucro, associado à repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais que institui um processo excludente, gerador e reprodutor

da pobreza”. Não é nosso interesse com esse destaque, afirmar que essa é uma característica exclusiva da população em situação de rua, nem a apontar como o único e principal fator que determina a situação de rua.

A heterogeneidade, conforme já apontamos aqui, é a característica que mais se destaca nas pesquisas e estudos realizados sobre o tema, demonstrando que a situação de rua é um fenômeno permeado por múltiplas determinações e que não é formado por um grupo homogêneo, mas, por uma população composta de pessoas com origens, interesses, vinculações sociais e situações socioeconômicas diferenciadas.

Para formular políticas públicas adequadas às necessidades e demandas desse segmento populacional, a pesquisa nacional traçou o seu perfil socioeconômico. Os resultados da pesquisa apontaram que existiam 31.922<sup>7</sup> adultos em situação de rua, o que equivale a 0,061% da população dos municípios pesquisados; uma população predominantemente composta por homens (82%); 53% dos entrevistados possuem entre 25 e 44 anos, portanto integram a população economicamente ativa, 52,6% recebiam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais; 95% dessa população não estudava no momento da realização da pesquisa; 75% sabiam ler e escrever, sendo que 48,4% possuíam o ensino fundamental incompleto; 88,5% não recebiam benefícios governamentais e 67% são negros, o que expressa a desigualdade racial existente no país, reforçada cotidianamente pela estrutura desigual e perversa da sociedade capitalista brasileira. (OLIVEIRA, 2017).

Ademais, a questão racial é constantemente sinalizada como um fator agravante das vulnerabilidades, das violências e violações de direitos, visto que a discriminação racial é potencializada pela combinação com a situação de rua e com os preconceitos e estigmas que sofre.

Além da questão racial, existe também a questão de gênero. Por ser uma população majoritariamente composta por homens<sup>8</sup>, as mulheres acabam recebendo um atendimento desigual, com menos vagas nos abrigos e albergues, comparado às que são destinadas aos homens. A vivência da situação de rua também é diferente, as mulheres são mais vulneráveis a violações de direitos e violências, “por serem ‘da rua’ e por serem mulheres” (KREZINGER; ANSARI; GUINDANI, 2017, p. 27).

---

<sup>7</sup> Vale reafirmar que uma estimativa realizada pelo IPEA em 2019, apontou que a população em situação de rua cresceu 140% desde 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março de 2020 (IPEA, 2020).

<sup>8</sup> A pesquisa nacional apontou que apenas 18% das pessoas entrevistadas eram mulheres.

As pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de álcool e drogas, também “são alvos fáceis de discriminação e violência, assim como dos recolhimentos compulsórios ou forçados” (KREZINGER; ANSARI; GUINDANI, 2017, p. 31).

Por esse viés, uma outra característica da população em situação de rua apontada por Silva (2006, p.92), “é o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade”. A violência física e simbólica que essa população sofre com frequência, seja por parte da sociedade em geral ou por parte do poder público, dão notoriedade a esse preconceito. Constantemente, as pessoas em situação de rua são alvos de agressões, roubo de pertences etc., além de serem previamente consideradas como: “vagabundos”, “mendigos”, “drogados”, “loucos”, “bandidos”, “preguiçosos”, pessoas que estão na rua por que querem etc. Os estudos e pesquisas realizados sobre o tema apontam, conforme já sinalizamos aqui, que essas noções não refletem a realidade (SILVA, 2006; TIENGO, 2016; KREZINGER; ANSARI; GUINDANI, 2017).

Apesar de serem reconhecidas no âmbito legal como sujeitos de direitos, as pessoas em situação de rua, ainda são alvo de políticas higienistas, repressivas e deficitárias. São ações que reforçam o preconceito e a discriminação dessa população, dificultando a efetivação dos seus direitos de cidadania.

## **2 A INTERSETORIALIDADE E O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

O presente capítulo, tem como objetivo analisar como ocorre o trabalho intersetorial de dez assistentes sociais com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Para tanto, apresenta aspectos relevantes para a compreensão do conceito de intersetorialidade, a partir das concepções das participantes da pesquisa empírica e destaca: o papel do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), para o desenvolvimento da intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua; os serviços que compõe a rede socioassistencial que atende a referida população no Rio de Janeiro; como é realizado o trabalho intersetorial dos/as assistentes sociais com esse segmento populacional e as particularidades que permeiam o perfil dessa população no município.

As profissionais estão inseridas nos principais serviços e instituições que atendem a população em situação de rua no município, que comportam os serviços da política de Assistência Social - Centro Pop; Abrigo Institucional; Subsecretaria de Programas para a População em Situação de Rua e da Rede complementar – Organização Não Governamental (Instituto Lar) e o NEPAD (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas).

O Rio de Janeiro, capital do estado que possui o mesmo nome, e capital do Brasil até os anos 1960, é um município da microrregião do Rio de Janeiro. Situado na margem ocidental da baía de Guanabara, possui uma área de 1.200,329km<sup>2</sup>, dividida em trinta e três distritos e cinco áreas programáticas, e com uma densidade demográfica de 5.265,82hab/km<sup>2</sup> (IBGE).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), em um censo realizado em 2010, o Rio de Janeiro possuía uma população de 6.320.446 habitantes, constituindo-se um dos dez aglomerados urbanos mais populosos do planeta. Segundo o censo, 51,2 % se declararam brancos, 11,4% pretos, 36,5% pardos e 0,1% indígenas. A proporção de pessoas economicamente ativas com relação a população total foi de 34,7 % e o percentual da população que possuía o rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo foi de 31,4 %.

Com relação a educação, a taxa de escolarização na idade de 6 a 14 anos foi de 96,9%. O número de pessoas com 15 ou mais anos, que não sabem ler e escrever, foi 147.549, destes 64,5 % são negros e pardos (IBGE).

Já com relação a economia o Produto Interno Bruto – (PIB), per capita em 2019, segundo dados do IBGE foi de 52.833,25 R\$, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Idhm) em 2010 foi de 0,799 e a incidência de pobreza calculada em 2003 foi de 23,85% (IBGE).

O Rio de Janeiro também é um dos dois centros econômicos mais importantes do país, suas principais atividades econômicas são: comércio, turismo, serviços, construção civil e indústria. Por ser uma cidade de caráter predominantemente urbano, as atividades agropecuárias são pouco expressivas. Segundo dados do Ibge, em 2020, a cidade possuía lavouras temporárias de batata-doce; cana-de-açúcar e mandioca e lavouras permanentes de abacate; caqui; banana; coco-da-baía e maracujá. Já na pecuária, possuía pequenos rebanhos de animais bovinos; ovinos; bubalinos; caprinos; equinos; suínos; galináceos; e de codornas e contava com uma pequena produção de mel de abelhas.

Apesar de possuir belas paisagens e diversas atrações culturais, um dos grandes problemas enfrentados pelo Rio de Janeiro, é a violência urbana. A repressão e as ações violentas utilizadas para enfrentar o tráfico de drogas e a criminalidade levaram a morte de 1.247 pessoas entre janeiro e julho de 2022, somente na região metropolitana do estado, onde está situada a capital.<sup>9</sup>

Esse cenário vem se agravando ao longo dos anos, devido ao descaso do estado com as comunidades no Rio de Janeiro desde os anos 1960, período de intensa migração que não foi acompanhado de um programa de moradia adequado para as pessoas que chegavam em busca de melhores condições de vida, contribuindo para a expansão das comunidades no Rio de Janeiro. Além disso, o surgimento das facções criminosas e das milícias, que realizam diversas disputas pelo controle dos territórios, contribuem para um maior agravamento desse quadro, colocando os moradores em situações constantes de medo e insegurança<sup>10</sup>.

Esses elementos também são um reflexo do processo histórico de constituição da cidade do Rio de Janeiro, que desde o final do século XIX, “já denunciava a exclusão social e a forte concentração de renda e patrimônio” (PORFIRIO, 2014, p. 31). A manutenção da estrutura social desigual e excludente, que contribuiu para que negros libertos, pós abolição da escravidão, habitassem as ruas, se traduz na conjuntura atual no contraste entre a vida miserável e precarizada dos habitantes das comunidades e da população em situação de rua “e a elegância e o luxo de um pequeno e seletivo grupo de privilegiados” (PORFIRIO, 2014, p. 32).

---

<sup>9</sup> Disponível em: [www.ispvisualizacao.rj.gov.br](http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br) Acesso em 30/08/2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/violencia-no-rio-de-janeiro-desafio-do-estado-e-vencer-o-trafico.htm#:~:text=Para%20que%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20chegasse,repressivas%20e%20eleitorais%20sem%20efeito> Acesso em 30/08/2022

## 2.1 A INTERSETORIALIDADE A PARTIR DO OLHAR DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS

De acordo com Bellini *et al.* (2014, p. 5) o debate sobre a intersetorialidade tem aumentado nos últimos anos “na busca de respostas para a efetividade das políticas públicas e para o enfrentamento da característica focal de políticas sociais”.

Além disso, Bronzo (2010, p. 128), comenta que, “os modelos de bem-estar social emergentes valorizam a perspectiva da integralidade da gestão”, tendo em vista que a segmentação e a setorização presentes na gestão das políticas sociais, já não fornecem mais respostas adequadas aos desafios atuais.

A autora acrescenta que:

A intersetorialidade responderia assim não somente a um requisito de ordem substantiva, relativo à natureza da pobreza, mas estaria também articulada a uma exigência no âmbito técnico e institucional, como estratégia adequada ao aumento da eficácia das políticas e como resposta aos desafios colocados para as políticas de proteção social, em especial as de combate à pobreza. A maior eficácia deste instrumento reside na sua capacidade de ser mais aderente e responsivo quanto às demandas e necessidades identificadas. Programas e ações centradas nas necessidades das famílias, indivíduos e grupos supõem e requerem, para sua operacionalização, uma gestão que supere a fragmentação (BRONZO, 2010, p. 128).

Não é demais lembrar que a intersetorialidade será compreendida neste trabalho, a partir da concepção trazida por Bellini *et al.* (2014, p. 5), como:

[...] um modelo de gestão que visa romper com a fragmentação das políticas sociais, trazendo inclusive uma transformação de conceitos, ações e maneiras de pensar a prestação de serviços sociais e a relação que se dá entre esta prestação de serviços, o Estado e os cidadãos.

Vale ressaltar, que ao definir uma concepção para a intersetorialidade, não é o nosso intuito apontá-la como um conceito estático e linear. A intersetorialidade deve ser compreendida como um conceito complexo e dialético e que “apresenta vários significados, e a complexidade inicia desde o seu entendimento e interpretação, que costumam ser confundidos com outros termos, revelando ambiguidades e incoerências” (MEDEIROS; LIRA, 2014, p.943).

Essa confusão da intersetorialidade com outros termos, aconteceu em dois momentos durante a realização da pesquisa, ao perguntar as entrevistadas sobre as suas concepções sobre a intersetorialidade:

“Bom, a execução da política, o trabalho profissional em equipe. É isso o que seria, um trabalho em equipe mesmo. Uma política em equipe, acontecendo em equipe.

*Acho que a visão ampla do direito da pessoa, usuária, enfim. Interprofissional também. Não só entre assistentes sociais” (Entrevistada 1).*

*“Intersetorialidade é a gente entender que o indivíduo, ele precisa, ele é único, mas ele precisa de saberes específicos para que a gente consiga atender de forma adequada a essa pessoa. Então, o serviço social, ele não dá conta de todas as demandas desse indivíduo e a gente precisa compartilhar com as outras categorias o acompanhamento dessa pessoa para que a gente, de fato, consiga fazer essa promoção social, essa reinserção”. (Entrevistada 7).*

Apesar de trazerem em suas falas, aspectos importantes sobre a intersetorialidade, tais como o seu potencial para contribuir para o acesso amplo dos sujeitos aos seus direitos e para o atendimento integral das suas demandas, percebe-se que há uma confusão da intersetorialidade com a interdisciplinaridade.

Mesmo que haja semelhança entre os termos, os significados são diferentes e não devem ser confundidos, visto que, confundir os conceitos, pode ocasionar confusão também na sua operacionalização, o/a profissional pode estar realizando um trabalho interdisciplinar e na sua visão pensar que estar realizando um trabalho intersetorial. Isso pode dificultar a realização de um trabalho intersetorial de fato, nos espaços institucionais.

Para Monnerat e Souza (2015, p. 10) é fundamental que a interdisciplinaridade e a intersetorialidade ocorram concomitantemente e de forma articulada, para atender de forma integral as necessidades dos sujeitos. De acordo com as autoras, deve-se “buscar no paradigma da interdisciplinaridade uma análise global dos problemas e na estratégia de gestão intersetorial a promoção de práticas sociais mais eficazes, almejando o alcance de efeitos sinérgicos em situações complexas”. Isso é confirmado pela fala da *entrevistada 10*:

*“Porque se você trabalha com os princípios do SUS, que tem a atenção integral como um grande princípio, um grande norteador, a atenção integral nada mais é do que interdisciplinaridade mais intersetorialidade. Um sujeito é multifacetado, você não tem como dar conta só de uma determinada categoria e um determinado serviço.”*

Por esse viés, Machado (2010) acrescenta ao debate que a intersetorialidade como um novo modo de gestão das políticas públicas, possibilita o enfrentamento de questões complexas, devendo promover um impacto significativo na vida das pessoas. Além disso, possibilita superar a fragmentação com que as políticas sociais foram implementadas e geridas nas últimas décadas, indicando uma nova forma de intervir nas expressões da questão social.

Complementando a autora afirma que as transformações que ocorreram na sociedade nos últimos anos, provocaram uma complexificação das expressões da questão social, além de produzirem novas formas dela se expressar, o que tornou ação setorial incapaz de solucioná-las e o conhecimento fragmentado incapaz de explicá-las.

Yazbek (2014) concorda com Machado (2010) ao apontar que a intersetorialidade é talvez o único caminho que possibilite o enfrentamento das expressões da questão social, devido à sua complexidade e às suas múltiplas determinações.

A *entrevistada 2* traz essa compreensão em sua fala, ao afirmar que a intersetorialidade é a articulação entre:

*“[...] diversos setores, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos relacionados às questões sociais.”*

Para intervir de forma efetiva nas expressões da questão social, é fundamental que a articulação entre os setores ocorra a partir da compreensão do sujeito como um todo. Nesse sentido, Santos (2011) comenta que a intersetorialidade precisa ser compreendida como um modelo de gestão, que tem como base o atendimento integral do cidadão e sua família, compreendendo-o como um sujeito em sua totalidade, na oferta dos serviços públicos e acesso a direitos sociais.

Além disso, de acordo com Machado (2010) para que o atendimento as demandas e necessidades dos sujeitos ocorra de forma integral, o objeto da ação intersetorial, deve movimentar e interessar aos outros setores. Para tanto, deve haver respeito às particularidades e diferenças de cada setor, pois de outro modo, não há possibilidade de ação conjunta e nem de construção de propósitos. Além disso, se cada setor individualmente não desenvolve ações direcionadas ao objeto da intervenção, não há possibilidade de atuação intersetorial.

A *entrevistada 6*, sinaliza essa necessidade em sua fala, ao afirmar que o papel da rede é o de complementar os serviços e acrescenta:

*“Porque o sujeito não é da secretaria de assistência. Nem é só da saúde. Ele é um sujeito da rede. Então a importância de cada um cumprir o seu papel. E construir essa estratégia no atendimento daquele sujeito. Que estamos acompanhando. É fundamental. Secretaria não faz um trabalho sozinha. Saúde não faz um trabalho sozinha. Ainda que a saúde e assistência sejam os que mais se aproximam. O que mais tem parceria por conta da própria realidade das pessoas. A gente gostaria que outros serviços se integrassem mais. Mas é fundamental. Se cada um cumprir o seu papel na relação com esse sujeito. O trabalho evolui mais rápido.”*

A mobilização dos diversos setores para a construção de ações conjuntas perpassa pela pactuação e pela construção de objetos de intervenção e objetivos comuns. Nessa perspectiva, Pereira (2014, *apud* MEDEIROS; LIRA, 2015, p. 5), comenta que a intersetorialidade enquanto uma estratégia de gestão, também deve ser compreendida como: “instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social

compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas”.

A necessidade da construção de objetivos comuns entre os setores, é apontada pela fala da *entrevistada 04*, ao apresentar a sua concepção sobre a intersetorialidade:

*“É esse trabalho, essa troca. Que eu te dei de exemplo. Eu daqui, em contato com o Cras, com o Creas, essa troca que a gente faz, mas com o mesmo objetivo, atender uma demanda, de solucionar uma situação”.*

Nessa perspectiva, Monnerat e Souza (2015, p.10) comentam que:

[...] o ponto forte da proposta da intersetorialidade é a possibilidade de se construir uma visão de complexidade dos problemas tendo como requisito o aporte de diferentes acúmulos setoriais. Trata-se, pois, de construir objeto e objetivos comuns, o que difere das propostas que se traduzem na mera sobreposição ou justaposição de ações setoriais.

Essa compreensão da intersetorialidade é confirmada pela *entrevistada 03* em sua fala, ao sinalizar que a intersetorialidade:

*“[...] é a junção dos saberes e a necessidade de trabalhar em conjunto. Como a corrente mesmo [...]. O meu está coadunado com o do outro, com o do outro. Isso volta para mim. Isso vai passando por mim e passa por todos os outros também. Quando eu não entendo isso dessa forma, que a coisa está encaixada, está casada, mas não está amarrada, porque se eu amarrar eu emperro o processo, é... flui. Agora, não é um saber acima do outro. É a posição de par, iguais. Igual casamento. Não tem um acima do outro. É par. O interesse do outro tem que ser o meu interesse. A dificuldade do outro eu tenho que entender e passar a ser a minha dificuldade também, e o que eu vou contribuir para a superação disso. Isso é um movimento constante [...]. Então, a coisa tem que ser casada. Então, eu entendo a intersetorialidade desta forma. Se for para um mandar no outro, não é intersetorialidade, que é a deficiência do serviço público”.*

Sendo assim, intersetorialidade não é repasse de responsabilidades, mas um trabalho que deve ser construído em conjunto. Nesse sentido, Santos (2011, p. 26) contribui na análise da intersetorialidade, ao situá-la como:

[...] um modelo de gestão de políticas públicas que se baseia basicamente na contratualização de relações entre diferentes setores, onde responsabilidades, metas e recursos são compartilhados, compatibilizando uma relação de respeito à autonomia de cada setor, mas também de interdependência.

A autora ainda afirma que a definição das metas e estratégias da prática intersetorial no âmbito de uma política pública precisa ser clara, para que não se incorra em uma guerra, sobre as competências e responsabilidades de cada setor, e o trabalho intersetorial acabar indo numa direção contrária a proposta.

A pactuação e construção de estratégias para a realização da atuação intersetorial requer diálogo, capacidade de realizar ajustes para solucionar o problema principal, objeto da ação dos diversos setores (SANTOS, 2011).

A importância do diálogo para a promoção da articulação entre os setores, é mencionada nas falas das *entrevistadas 5, 9 e 10*:

*“Normalmente a gente faz os encaminhamentos, a gente conversa com os outros setores. Porque senão a gente não teria essa troca. A gente precisa ter uma articulação bem amarradinha. Porque, como eu te disse, a gente trabalha com uma população que é muito difícil. Então, a gente evita estar encaminhando por encaminhar. Então, antes de qualquer encaminhamento, a gente faz essa reunião. A gente faz essa conversa, a gente pactua determinadas coisas para que essa intersetorialidade, que é o que eu estou pensando. Que essa interlocução entre os setores, que ela possa acontecer [...] então, eu entendo a intersetorialidade não só como chover de encaminhamento e vai lá. É um caminho que foi construído. Se não... hoje eu já peguei bastante coisa pronta, graças a Deus. Mas, assim, porque já vem sendo construído ao longo de todo centro pop. Porque senão o nosso trabalho não teria nem como. Então, é isso. Essa articulação com os setores de forma bem-organizada” (entrevistada 5).*

*“O trabalho da rede é um trabalho complexo, eu acho que você vai construindo no processo de trabalho, um trabalho de rede não é simplesmente você pegar e encaminhar o cara, e mandar o cara lá que ele vai acessar algum...” (entrevistada 9).*

*“A intersetorialidade, para mim, é um dos princípios fundamentais do SUS, das diretrizes, você não tem como trabalhar sozinha, você precisa estar conectada às outras unidades, às outras instituições, à rede, uma rede, e aí assim, eu penso muito a intersetorialidade no trabalho compartilhado, de estar junto, porque a gente quer, é muito fácil a gente cair naquela, até por conta da demanda de trabalho que se tem nas unidades, você cair naquela coisa do encaminhamento, de só identificar a demanda, identificar qual é a instituição, fazer o encaminhamento, seja por escrito ou até mesmo por telefone, mas uma coisa fria, prescritiva, e que às vezes o usuário nem vai chegar nesse lugar que você está encaminhando, mas que você está tendo a super sensação que você está sendo intersetorial ali, que você está agregando e você não está” (entrevistada 10).*

Deste modo, a intersetorialidade não se restringe a realização de encaminhamentos para os diversos setores como um fim em si mesmo. É a articulação com os setores, baseada no diálogo e na pactuação de parâmetros para o atendimento a um determinado público. Um trabalho complexo que é construído e reconstruído no decorrer do tempo.

Segundo, Medeiros e Lira (2014, p.941), é importante ressaltar que:

Ainda que a intersetorialidade se mostre, ou torne-se mais explícita nas suas potencialidades e possibilidades na realidade local, nas dinâmicas e interações institucionais e populacionais, é importante compreender que isso não se dá isoladamente. Embora existam questões mais concretas, visualizadas por meio de ações no contexto das instituições locais, a intersetorialidade é permeada por relações e decisões que passam pelo âmbito institucional, e também por outras instituições que não necessariamente localiza-se na área de abrangência de um mesmo território. Existem ainda as relações entre a gestão no âmbito das Secretarias, Ministérios, e demais esferas de governo.

As *entrevistadas 3 e 9*, apresentam em suas falas essa compreensão da intersectorialidade, “como parte de um processo de gestão mais amplo que envolva articulação desde a definição de prioridades, planejamento, monitoramento e avaliação” (MEDEIROS; LIRA, 2014, P. 943), e não somente restrita ao âmbito operacional.

*“Se não for uma decisão do gestor maior, eu não estou falando de secretário, estou falando de prefeito, estou falando de governo, estou falando de câmara de vereadores, estou falando daqueles que fiscalizam, que legitimam e que têm poder sobre as outras pastas” (entrevistada 3).*

*“Eu acho que a política precisa falar do que é de fato você ser intersectorial. Não é só dois setores que estão um do lado do outro. Cada um com seu objetivo. Eu acho que a gente precisa ter uma política para que isso aconteça. Isso precisa vir muitas vezes de cima. Não de núcleos. Acho que isso precisa vir da gestão” (entrevistada 9).*

Sposati (2004, *apud* MEDEIROS; LIRA, 2014) acrescenta ao debate que, para consolidar uma gestão compartilhada, é necessário que haja nos diversos modelos de gestão, ferramentas de gestão intersectorial vinculadas à descentralização e a territorialização, que expressem a oferta de serviços, programas e projetos das políticas sociais na esfera territorial, para a efetivação dos direitos sociais.

Por esse viés, Monnerat e Souza (2015, p. 9), comentam que “[...]a definição de um território comum para a ação das diferentes políticas setoriais é condição primeira para promover a intersectorialidade”, tendo em vista que, a articulação entre os setores, vai depender dentre outros fatores, dos serviços disponíveis em um determinado território.

O reconhecimento do território como um eixo para a proteção social, possibilita a aproximação do poder público desses espaços, onde as pessoas vivenciam as expressões da questão social, e por isso precisa de atenção e proteção. Desse modo, as políticas de proteção social, para intervirem de forma efetiva nessas expressões, precisam ser planejadas, a partir dos indicadores produzidos nesse território, qual é o perfil da população, suas necessidades, se acessam às políticas públicas *etc.* (KOGA; ALVES, 2010).

As *entrevistadas 6, 9, 10*, apontaram em suas falas a importância de conhecer a rede, os serviços ofertados no território, os atores sociais que trabalham nesses serviços, e os atores também conhecerem o trabalho realizado nos espaços institucionais dessas profissionais. Além disso, a *entrevistada 10*, sinalizou em sua fala que:

*[...] a intersectorialidade, ela precisa funcionar a partir de discussões de casos, a partir da complexidade do caso, porque também nem todo caso vai demandar você fazer uma conversa, um estudo de caso, mas para população em situação de rua, grande parte sim, existem casos que são super complexos e que você vai precisar sim*

*que esteja ali numa reunião, numa clínica da família, um creche, a própria CAP presente para poder estar ali também tendo essa responsabilidade do ponto de vista de gestão de território.*

Nessa perspectiva, Bronzo (2010) destaca que uma atuação orientada para o território, é imprescindível como um meio estratégico para dar respostas efetivas no enfrentamento e superação da pobreza, a fim de adequar os serviços ofertados às demandas e necessidades sociais existentes.

A autora ainda acrescenta que, para que sejam ofertadas políticas públicas ajustadas às condições e limitações locais é de suma importância que haja uma rede de serviços. A concepção de rede, prevê “uma retaguarda de serviços e apoio, capaz de ser mobilizada pelos agentes públicos e combinados diante de cada situação específica”. Para que sejam dadas respostas adequadas e efetivas a essas situações, é necessário que sejam disponibilizados “serviços, programas e ações governamentais e não governamentais, que possam funcionar como elementos de um “cardápio” a ser montado sob medida para atender às necessidades das famílias, indivíduos e grupos [...]” (BRONZO, 2010, p. 132).

## 2.2 A POLÍTICA NACIONAL E A POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RIO DE JANEIRO: o papel do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Ciamp-Rua, para o desenvolvimento da intersetorialidade no município.

De acordo com Bellini *et al.* (2014, p. 1-2), a política pública é compreendida “como diretriz que orienta conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidos e que têm como finalidade o enfrentamento de questões consideradas públicas”. Dentre as políticas públicas, estão as políticas sociais, que, geralmente, estão relacionadas às garantias e direitos sociais fundamentais, assegurados na Constituição Federal de 1988 no art. 6º. Para concretizar esses direitos, as políticas sociais são regulamentadas por legislações específicas e executadas por setores no aparato estatal.

Vale ressaltar que, a conquista dos direitos de cidadania por meio da implementação das políticas sociais é o resultado das relações complexas e antagônicas estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, no contexto das lutas de classes que permeiam o processo de produção e reprodução do sistema capitalista (BELLINI, *et al.* 2014).

Não é demais lembrar que a política social enquanto um conceito permeado por contradições, deve ser compreendida como um campo de disputa, tendo em vista que, ao mesmo tempo que atende e privilegia os interesses das classes dominantes, incorpora os interesses e necessidades das classes subalternas a partir de suas lutas e conquistas (HENRIQUES, 2022).

Sendo assim, a partir do protagonismo e das lutas dos movimentos sociais e grupos defensores dos direitos da população em situação de rua foi construída e instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua (Pnpr), através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

A instituição da referida política, representa um avanço para o atendimento à população em situação de rua, no sentido em que reconhece essa população como sujeitos de direitos e estabelece responsabilidades para as diversas políticas públicas, transferindo da política de Assistência Social a responsabilidade única pela garantia do acesso aos direitos sociais desse público.

Além disso, abre caminhos para a ampliação de ações voltadas para a população em situação de rua, no âmbito dos municípios, ao determinar em seu segundo artigo, que a Pnpr seja implementada “de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio” (BRASIL, 2009, Art. 2º). Contudo, o decreto não definiu como seria realizada a adesão dos estados e municípios a Pnpr e se haveria um incentivo ou financiamento para tal.

Nesse sentido, a implementação de políticas voltadas para a população em situação de rua nos estados e municípios, acaba ficando à mercê da vontade política dos gestores locais, o que pode influenciar na atuação do Estado junto a esse segmento populacional.

Esse fato pode ser percebido pelo retardamento da implementação de uma política municipal no Rio de Janeiro, que só foi instituída em 2018 pela Lei 6350, quase dez anos após a instituição da política nacional. A semelhança da Pnpr, a política municipal também estabelece que será implementada de forma descentralizada, mas não define no corpo da lei e não foi publicada uma legislação posterior descrevendo como isso seria feito, apenas indica que seriam alocados recursos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua, mas também não determina qual seria o montante desses recursos (RIO DE JANEIRO, 2018).

Nessa perspectiva, apesar da descentralização ser um avanço importante para a gestão e implementação das políticas públicas, visto que, aproxima os serviços dos territórios em que vivem seus usuários,

[...] a descentralização de responsabilidades entre os entes federados não acompanhou as esferas tributárias e fiscais. Tal fator compromete consequentemente a autonomia, a cooperação e a intersetorialidade, tendo em vista que é o governo federal aquele que concentra a maior parte dos recursos públicos e poder de decisão sobre as demais estruturas federativas (BESERRA, 2021, p. 150).

Diante disso, somente descentralizar a gestão e a implementação das políticas públicas não é suficiente, é necessário que o governo federal garanta aos demais entes federativos condições institucionais e financeiras, para que isso se reflita na melhoria das condições de vida da população em situação de rua.

Além da descentralização, a política municipal também apresenta como estratégia para a sua implementação a intersetorialidade, ao determinar que ela ocorra de forma “articulada com as Secretarias e com as entidades da sociedade civil referenciadas ao Creas e Centro Pop” a fim de “assegurar à população em situação de rua o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (RIO DE JANEIRO, 2018, Art. 9º e Art. 6º, parágrafo I).

Nessa direção e em consonância com a política nacional, a política municipal também propõe a articulação das políticas públicas federais, estaduais e municipais e entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Único de Saúde - SUS. No entanto, do mesmo modo que a Pnpr, a política municipal, assim como não define como seria realizada a articulação entre as Secretarias e quais seriam as responsabilidades de cada uma na oferta de serviços para a população em situação de rua, também não estabelece quais seriam os meios e parâmetros para a integração entre os entes federativos e entre o Suas e o SUS (RIO DE JANEIRO, 2018).

Isso deixa subentendido, que a política foi instituída sem intenção política de que fosse concretizada na íntegra, mas para satisfazer uma pressão popular. É importante destacar, que não se trata aqui de desconsiderar o avanço que representa a existência de uma política municipal voltada para a população em situação de rua, no entanto, a garantia dos direitos de cidadania dessa população não pode ficar restrita ao âmbito legal, é necessário avançar ainda mais para concretizá-los, na perspectiva da atuação intersetorial, tendo em vista que a oferta de serviços de forma isolada e fragmentada não é suficiente para atender e dar conta da diversidade das demandas da psr.

Nessa perspectiva, é fundamental a articulação dos dois eixos estruturantes propostos pela política municipal, a descentralização e a intersetorialidade, a fim de assegurar uma

atenção integral às necessidades da população em situação de rua, tendo como base o território no qual às desigualdades sociais são vivenciadas.

Complementando, Junqueira; Inojosa e Komatsu (1997, p. 24), comentam que:

Os conceitos de intersetorialidade e descentralização aproximam-se, na medida em que este último é compreendido como a transferência do poder de decisão para as instâncias mais próximas e permeáveis à influência dos cidadãos e o primeiro diz respeito ao atendimento das necessidades e expectativas desses mesmos cidadãos de forma sinérgica e integrada. Ambos devem considerar as condições territoriais, urbanas e de meio ambiente dos micros espaços que interagem com a organização social dos grupos populacionais.

Sendo assim, face à complexidade e aos múltiplos determinantes que envolvem o fenômeno da situação de rua, enquanto uma das expressões da questão social, a intersetorialidade entre as políticas sociais é de suma importância para que haja o planejamento e análise conjuntos, de estratégias que atendam de forma integral as demandas da psr (SANTOS, 2011).

Devido a sua relevância para a implementação de ações para esse público, a intersetorialidade é um dos maiores desafios para a implementação da política municipal, diante da fragmentação das políticas públicas voltadas para o atendimento da psr e das “características e perfis desta população, as quais revelam demandas que perpassam pelo universo das políticas sociais e que necessitam de cada esfera governamental” (ARGILES, 2012, p. 63).

Para enfrentar esse desafio, a política municipal instituiu em seu artigo décimo, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), como um meio de estabelecer uma gestão integrada, corresponsável pela atenção integral aos cidadãos. Ele tem como atribuições, dentre outras:

[...] acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua; desenvolver, em conjunto com os órgãos municipais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal para a População em Situação de Rua; propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas municipais para o atendimento da população em situação de rua; acompanhar a implementação da Política Municipal da População em Situação de Rua, em âmbito local e organizar, periodicamente, encontros para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua (RIO DE JANEIRO, 2018, Art. 12º, parágrafos II, III, IV, VII e VII).

Além disso, o Ciamp-Rua é um espaço que contribui para que a gestão pública municipal, articulada com a sociedade civil, proponha ações que assegurem a efetiva implementação da política municipal, enquanto uma política intersetorial garantidora de direitos de cidadania (OLIVEIRA, 2022).

O Ciamp- Rua deve ser composto paritariamente por vinte membros e seus respectivos suplentes, sendo dez representantes da sociedade civil<sup>11</sup> e dez representantes do poder público<sup>12</sup>. Poderão participar como convidados um representante do Ministério Público do Rio de Janeiro e um representante do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De acordo com a legislações, os membros do Comitê, serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos e entidades a que pertencem, e designados por ato do Prefeito.

A instituição do Comitê Intersetorial Municipal, é indispensável para o desenvolvimento da intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua, visto que, “trabalhar intersetorialmente envolve a criação de espaços comunicativos e de negociações, que inclusive consigam gerenciar conflitos para que finalmente, se possa chegar com maior potência, a algum resultado” (MACHADO, 2010, p.1).

Complementando Paz e Taboada (2010 *apud* BREVILHERI; BASSI; PASTOR, 2015, p. 4) destacam que:

A atuação intersetorial requer o esforço de planejamento e diálogo de diferentes áreas, não se baseia em decisões pessoais, mas sim profissionais, institucionais e políticas. Para isso é necessário investir em mecanismos que favoreçam a articulação, comunicação e relacionamentos e mudar a cultura organizacional, no sentido de estabelecer novas bases de relacionamento entre órgãos e agentes públicos, possibilitando a adesão dos profissionais envolvidos para o trabalho cooperativo e compartilhado.

A relevância do Ciamp- Rua, também é apontada pelas *entrevistadas 1, 6, 7 e 8* em suas falas:

*“[...] é importante, porque, é aquela questão, que até que pop rua fala muito, não fale da gente sem a gente[...]. E aí quando você pensa num comitê intersetorial, você imagina em profissionais trabalhando para pessoas em situação de rua. São profissionais que não estão em situação de rua que estão trabalhando para isso. E aí, até onde eu sei, tem pessoas em situação de rua também[...]. É como se tivesse a esfera governamental e a esfera da sociedade civil, tipo um conselho. E aí, isso é importante porque... assim, todo... Qualquer coisa que existe, você precisa passar por*

<sup>11</sup> Os representantes da sociedade civil devem ser distribuídos da seguinte forma: quatro representantes de entidade de atendimento a pessoas em situação de rua, sendo um representante atuante no segmento da criança e do adolescente; três representantes de organizações que promovam a defesa de direitos e/ou a pesquisa sobre população em situação de rua, sendo um representante atuante no segmento da criança e do adolescente e três representantes do Município do Rio de Janeiro, indicados pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, sendo um representante atuante no segmento da criança e do adolescente (RIO DE JANEIRO, 2018, Art. 11°, parágrafo II, alíneas a, b e c).

<sup>12</sup> O poder público terá um representante de cada um dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação; Secretaria Municipal de Emprego, Desenvolvimento e Inovação; Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente; Secretaria Municipal da Casa Civil; Secretaria Municipal de Cultura; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Defensoria Pública da União (RIO DE JANEIRO, 2018, Art. 11°, parágrafo I, alíneas a-j).

*uma avaliação. E você precisa monitorar, e você precisa entender, você precisa avaliar, você precisa ver o que está acontecendo, você precisa fiscalizar. E o nosso direito também, enquanto cidadãos, é o controle social. Então, assim, eu vejo de uma forma muito importante [...] (Entrevistada 1).*

*“Fundamental. Porque o comitê intersetorial, em primeiro lugar, ele tem que ser paritário, formado pelo governo, representante do governo, representante da sociedade civil, e da população, da própria população em situação de rua, dentro daquela máxima de não fale de nós sem nós. Então, se o comitê se reúne conforme está colocado, tanto no decreto como na lei Maria Lúcia Pereira, se reúne paritariamente, vai pensar nas políticas públicas dirigidas a esse segmento. Num debate político fundamental das necessidades, das dificuldades e das possibilidades. [...] Porque aí vão ser setores pensando e propondo e fazendo propostas políticas como eu falei, para a população em situação de rua. Mas a partir também do olhar das necessidades deles, que compõem o comitê. Por isso que deve ser paritário” (Entrevistada 6).*

*“Sim, a importância é primordial, porque a partir dessa criação você consegue garantir que as coisas que são planejadas, que elas consigam ser executadas de fato, que não fiquem à mercê das mudanças de governo, de partido. Então você garante um mínimo, você assegura um mínimo de proteção aos programas, aos projetos” (Entrevistada 7).*

*“Eu acho que esse comitê de extrema importância, esse comitê tem a fala também, tem a associação das pessoas em situação de rua. Então, tem a fala deles também, tem o que eles estão pensando em relação a isso. Então, é todo mundo junto e misturado. Eu não sou a dona da verdade, nem você, nem fulano, nem o que mais você quer, mas que a gente possa pensar junto todo mundo. Todo mundo tem o seu papel, a academia tem o seu papel, os gestores têm o seu papel, os usuários têm o seu papel, todo mundo tem o seu papel nessa história” (Entrevistada 8).*

A partir das falas das entrevistadas, podemos perceber que o Comitê Intersetorial Municipal, ao prever a participação de representantes a participação dos movimentos sociais da população em situação de rua, possui um outro diferencial que é a articulação de pessoas que se autorrepresentam, seja por estarem em situação de rua ou por já terem estado nessa situação (OLIVEIRA, 2022).

Sendo assim, a criação desse comitê com formação paritária entre Estado e sociedade civil, é um importante passo na inclusão da população em situação de rua, nas discussões sobre as decisões a serem tomadas pelo Estado para a implementação de serviços, programas e projetos no âmbito das políticas públicas para esse segmento populacional (OLIVEIRA, 2022).

Além disso, parafraseando Pizzato (2012, p. 83), “todos esses espaços que os movimentos passam a ocupar são de extrema importância para que os direitos da população em situação de rua sejam garantidos e efetivados com a sua plena participação”.

Apesar do Ciamp-Rua, ser fundamental para a promoção da articulação entre as políticas públicas voltadas para à população em situação de rua, com a sua participação social, passados três anos da sua instituição, o município do Rio ainda não implementou e não há previsão de quando e se será implementado. O que limita o desenvolvimento de um trabalho intersetorial,

no atendimento das demandas dessa população, visto que, um trabalho que depende tanto dos profissionais, como das formas organizacionais de gestão e planejamento, acaba ficando sobre a responsabilidade dos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços. Conforme sinaliza a *entrevistada 7*:

*“[...] a gente está sempre buscando parcerias intersetoriais, o trabalho intersetorial para a gente poder tentar atender as demandas, porque a população em situação de rua, nós da assistência atendemos, mas é uma questão da Secretaria de Habitação, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Trabalho e Emprego, da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Esporte e Cultura, tem muitos outros parceiros aí para serem responsabilizados. Embora a gente não tenha ainda conseguido colocar esse comitê intersetorial em andamento, a gente procura ter práticas intersetoriais”*

Diante das dificuldades encontradas, os/as profissionais dos serviços que atendem a população de rua, elaboram estratégias, para garantir o acesso amplo dessa população aos seus direitos de cidadania. Isto posto, vale ressaltar, que é indispensável a implementação do Ciamp-Rua no Rio de Janeiro, para a mobilização das demais políticas públicas na oferta de serviços comprometidos com a atenção integral à população em situação de rua.

### 2.3 A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO

O atendimento à população em situação de rua no âmbito das políticas públicas é recente. Ao longo da história as ações desenvolvidas para atender esse segmento, se detinham a ações higienistas e repressivas e ações pontuais e assistencialistas para o atendimento das necessidades imediatas (ARGILES; SILVA, 2011; FREITAS, 2016).

No Rio de Janeiro, de acordo com Dantas (2007, p. 67), a assistência a população em situação de rua era caracterizada:

*[...] pela descontinuidade dos programas implementados, atuação não suficientemente integrada entre os diferentes setores governamentais envolvidos, tensa relação do governo com as organizações da sociedade civil e tendência ao exercício de práticas punitivas e de isolamento. Persistem ainda ações de caráter paliativo e higienista e a implementação de ações pautadas pela perspectiva da segurança pública, com a retirada forçada da população para abrigos e albergues.*

Diante disso, é importante destacar que, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (Pnas) em 2004, por meio da resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho

Nacional de Assistência Social (Cnas), vai ser um passo de suma importância para o reconhecimento da população em situação de rua, enquanto sujeito de direitos, visto que, prevê o atendimento a esse segmento, na proteção social especial, ao mencionar que:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social<sup>13</sup>, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras (BRASIL, 2004, p. 37).

Complementando, Serafino (2014, p. 57) comenta que antes da Pnas, já existiam abrigos para a população em situação de rua no Rio de Janeiro, mas que após a sua promulgação, “os serviços de assistência social da cidade foram redefinidos e reorganizados para adequá-los à normativa de 2004”, proporcionando melhorias no acolhimento ofertado.

Vale ressaltar, que apesar de a população em situação de rua, ao longo dos anos ser atendida predominantemente pela política de Assistência Social, ela não pode ser considerada como a única política responsável pela garantia do acesso aos direitos de cidadania desse público, dada à sua complexidade e multideterminação.

Serafino (2014), acrescenta ao debate que, a melhoria realizada na estrutura dos serviços voltados para a população em situação de rua, no período de 2004 a 2008, foi pequena, visto que esses serviços não eram prioridades para a gestão municipal e como não eram prioridades, os investimentos realizados foram poucos.

Além disso, em 2009, com a eleição do prefeito Eduardo Paes, houve um aumento nas ações de cunho repressivo, que recolhiam indiscriminadamente as pessoas das ruas, separando-as dos seus pertences e dos seus locais de referência. Essas ações ocorriam através de um projeto chamado Rio Acolhedor<sup>14</sup>, que era gerenciado na época pela Secretaria de Ordem Pública (SERAFINO, 2014).

De acordo com Serafino (2014, p. 57) “essas medidas agravam ainda mais as condições de vida da população de rua, fato que requer a necessidade de ajudas, cada vez mais

---

<sup>13</sup> A Pnas considera em condições de vulnerabilidade e risco pessoal e social “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (BRASIL, 2004, p. 33).

<sup>14</sup> Entre os anos 2015 e 2016, o Rio Acolhedor que era uma unidade de acolhimento para 350 adultos, passou por um processo de reformulação e foi transformado em 8 Unidades de Reinserção Social, com capacidade para 48 pessoas em cada (RIO DE JANEIRO, 2016).

diversificadas, exigindo mais tempo para as intervenções de assistência social, dificultando a saída dessas pessoas das ruas”.

No âmbito nacional, em 2009 foi instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua, através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Esta política reconhece legalmente as pessoas em situação de rua como portadora de direitos de cidadania e estabelece que esses direitos sejam efetivados por meio da garantia do acesso aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (BRASIL, 2009).

Em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos da política nacional, o Rio de Janeiro promulgou em 2018, a Lei nº 6350, que instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua - Pmpr, referência para a implementação de serviços direcionados para esse público.

A tabela a seguir apresenta as instituições que compõe a rede de serviços sociais que atendem a população adulta em situação de rua do Rio de Janeiro.

<b>Tabela 1 A rede de serviços socioassistenciais para a população adulta em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro.</b>	
<b>Area Programática</b>	<b>Serviços</b>
<b>AP 1 – Centro</b>	Centro Pop <sup>15</sup> Bárbara Calazans; CREAS <sup>16</sup> Simone de Beauvoir; Unidade de Reinserção Social Plínio Marcos <sup>17</sup> ; Unidade de Reinserção Social Irmã Dulce <sup>18</sup> ; Quatro Unidades do Albergue Mais Tempo <sup>19</sup> ; Hotel Acolhedor Estadual Centro; Programa Segurança Presente; Instituto Lar; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Álcool e Drogas (NEPAD); Projeto Menina Moça Mulher; Consultório na Rua (CNAR) CMS <sup>20</sup> Marcolino Candau (AP 1.0); CNAR CF <sup>21</sup> Nélio de Oliveira (AP 1.0); Fundação Leão LXIII – Estadual; Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ) – Estadual.
<b>AP2 – Zona Sul e Grande Tijuca</b>	Uma Unidade do Albergue Mais Tempo <sup>22</sup> ; Hotel Acolhedor Estadual Catete; CREAS Arlindo Rodrigues; CREAS Maria Lina De Castro Lima; CAPS III Franco Basaglia (AP 2.1); CAPS III Maria do Socorro Santos (AP 2.1); CAPS AD Mané Garrincha (AP 2.2); CAPS II UERJ – Estadual (AP 2.2); CAPS AD II Centro-Rio – Estadual (AP 2.1); CNAR CMS Helio Pellegrino (AP 2.2); Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Cáritas RJ; Fundação Santa Cabrini – Estadual; Projeto RUAS.
<b>AP3 – Zona Norte</b>	Centro Pop Ateliê Cidadão José Saramago; Central de Recepção de Adultos e Famílias (CRAF) Tom Jobim; Detran Méier; CREAS Janete Clair; CREAS Nelson Carneiro; CREAS Stella Maris; CREAS Professora Márcia Lopes; CREAS Wanda Engel Aduan; CREAS João Hélio Fernandes Veites; Unidade de Reinserção Social Ilha do Governador <sup>23</sup> ; CAPS II Carlos Augusto da Silva Magal (AP 3.1); CAPS II Ernesto Nazareth (AP 3.1); CAPS III Fernando Diniz (AP 3.1) ; CAPSad III Miriam Makeba (AP 3.1); CAPS III João Ferreira Filho (AP 3.1); CAPS III Clarice Lispector (AP 3.2); CAPS III Torquato Neto (AP 3.2); CAPS III EAT Severino dos Santos (AP 3.2); CAPSad III Raul Seixas (AP 3.2); CAPS II

<sup>15</sup> Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

<sup>16</sup> Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

<sup>17</sup> Unidade de acolhimento para homens.

<sup>18</sup> Unidade de acolhimento para mulheres.

<sup>19</sup> Três unidades são para homens e uma para a população LGBTQIA+.

<sup>20</sup> Centro Municipal de Saúde.

<sup>21</sup> Clínica da Família.

<sup>22</sup> Unidade para mulheres.

<sup>23</sup> Unidade para Homens e Mulheres.

	Dircinha e Linda Batista (AP 3.3); CAPS II Rubens Corrêa (AP 3.3); CAPSad III Paulo Portela (AP 3.3); CNAR Jacarezinho; CNAR Manguinhos (AP 3.1); CNAR Acari (AP 3.3); CNAR CF Felipe Cardoso (AP 3.1); Comunidades Terapêuticas.
<b>AP4 – Barra e Jacarepaguá</b>	CREAS Daniela Perez; Unidade Municipal de Reinscrição Social Maria Tereza Vieira <sup>24</sup> ; Unidade de Reinscrição Social Aroldo Costa <sup>25</sup> ; CAPS III Arthur Bispo do Rosário (AP 4.0); CAPS III Manoel de Barros (AP 4.0); CAPSad III Antônio Carlos Mussum/UAACacildis (AP 4.0); Comunidades Terapêuticas.
<b>AP5 – Zona Oeste</b>	CREAS Professora Aldaíza Sposati; CREAS Zilda Arns Neumann; CREAS João Manoel Monteiro; CREAS Padre Guilherme Decaminada; Unidade de Reinscrição Social Realengo <sup>26</sup> ; Unidade de Reinscrição Social Rio Acolhedor Paciência <sup>27</sup> ; CAPS III Lima Barreto (AP 5.1); CAPS II Neusa Santos Souza (AP 5.1); CAPS II Pedro Pellegrino (AP 5.2); CAPS III Profeta Gentileza (AP 5.2); CAPS II Simão Bacamarte (AP 5.3); CAPSad II Júlio César de Carvalho (AP 5.3); CNAR CMS Sávio Antunes (AP 5.3); CNAR CF Faim Pedro (AP 5.1); CNAR CF Everton de Souza Santos (AP 5.2); Comunidades Terapêuticas.

Fonte: Elaboração própria; com base nos sites da prefeitura do Rio de Janeiro: [www.rio.rj.gov.br/documents/91261/ee876300-13fb-4e95-b024-309c6e54c126](http://www.rio.rj.gov.br/documents/91261/ee876300-13fb-4e95-b024-309c6e54c126); <https://saude.prefeitura.rio/unidades-de-saude/caps/> e nas entrevistas semiestruturadas.

Na Tabela 1, foram apresentadas instituições de diversas políticas públicas e de Organizações Não-Governamentais (Ongs) que estão disponíveis para atender a população em situação de rua em suas diversas particularidades e demandas.

Vale ressaltar que apesar de existirem várias instituições nas áreas programáticas<sup>28</sup>, elas não cobrem o território como um todo, visto que, são áreas territoriais de grandes dimensões e que são divididas em subáreas.

Sendo assim, para melhor organização dos seus serviços, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, dividiu o território em dez Coordenadorias de Assistência Social – CAS. A tabela a seguir apresenta as CAS e os serviços que existem em cada uma.

**Tabela 2 Organização das Coordenadorias de Assistência Social – CAS**

CAS	Serviços
<b>Centro (1ª CAS)</b>	1 Creas, 1 Centro pop, 2 Unidades de Reinscrição Social e 4 unidades do Albergue Mais Tempo.
<b>Vila Isabel, Grande Tijuca e Zona Sul (2ª CAS)</b>	2 Creas e 1 unidade do Albergue Mais Tempo
<b>Engenho Novo (3ª CAS)</b>	1 Creas.
<b>Bonsucesso (4ª CAS)</b>	2 Creas, 1 Centro Pop, 1 Unidade de Reinscrição Social e 1 Central de Recepção de Adultos e Famílias
<b>Madureira (5ª CAS)</b>	1 Creas.
<b>Irajá (6ª CAS)</b>	2 Creas.
<b>Jacarepaguá (7ª CAS);</b>	1 Creas, 2 Unidades de Reinscrição Social e 1 Central de Recepção de Adultos e Famílias.
<b>Bangu (8ª CAS);</b>	1 Creas e 1 Unidade de Reinscrição Social.

<sup>24</sup> Unidade para famílias.

<sup>25</sup> Unidade para adultos e idosos. Esta unidade também funciona como Central de Recepção.

<sup>26</sup> Unidade para homens adultos de 18 a 59 anos.

<sup>27</sup> Unidade para Homens e Mulheres. Esta unidade também funciona como Central de Recepção.

<sup>28</sup> As áreas da pesquisa empírica foram a AP1 e a AP5.

<b>Campo grande (9ª CAS)</b>	1 Creas.
<b>Santa Cruz (10ª CAS).</b>	2 Creas, 1 Unidade de Reinserção Social e 1 Central de Recepção de Adultos e Famílias.

Fonte: Elaboração própria; com base no site da prefeitura do Rio de Janeiro: [www.rio.rj.gov.br/documents/91261/ee876300-13fb-4e95-b024-309c6e54c126](http://www.rio.rj.gov.br/documents/91261/ee876300-13fb-4e95-b024-309c6e54c126) e nas entrevistas semiestruturadas.

No total são 14 Creas<sup>29</sup>, 2 Centros Pop, 3 Centrais de Recepção, 5 Unidades do Albergue Mais Tempo<sup>30</sup> e 7 Unidades de Reinserção Social<sup>31</sup>. Devido ao número de pessoas em situação de rua na cidade, conforme foi identificado pelo último censo, dois centros pop não são suficientes para atender essa população, o que é confirmado pela fala da *entrevistada 6*:

*“Agora, nos falta um centro pop, que inclusive diminuiria até a carga de trabalho do próprio Creas, porque o Creas tem vários programas, um deles é abordagem. Então, se nós tivéssemos o centro pop, por exemplo, seria mais um serviço no território”.*

Os Centros Pop, as Centrais de Recepção e os Albergues são coordenados pela Subsecretaria de Programas para a População em Situação de Rua, criada em 2022, que também coordena e executa o Serviço Especializado de Abordagem Social<sup>32</sup> 24 horas.

Sobre o Serviço de Abordagem Social, é importante ressaltar que há situações em que existe uma colaboração entre as secretarias de Assistência Social e a de Ordem Pública para a realização de ações em conjunto, como é apontado pela *entrevistada 3*:

*“[...] com a criação da subsecretaria, o prefeito pediu um trabalho... que a guarda, a saúde e a secretaria de ordem pública estivessem em conjunto. Então, todo dia, à noite, nós temos atuação com um profissional da saúde, com alguns profissionais da ordem pública e com alguns profissionais da guarda municipal, porque a guarda municipal está dentro da ordem pública”.*

<sup>29</sup> O Creas, integrante do Sistema Único de Assistência Social (Suas), é numa unidade pública estatal da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, dentre elas a situação de rua.

<sup>30</sup> É a unidade que oferta acolhimento social na modalidade de albergue, no regime de pernoite, para as populações adulta e idosa. Modalidade prevista para pessoas adultas que estejam em fase de consolidação de um processo de autonomia pessoal e financeira e que necessitam de um tempo maior para a reinserção social sustentável. Fonte: <https://carioca.rio/servicos/informacao-sobre-acolhimento-institucional-de-adultos-familias-idosos-e-criancas-adolescentes-centrais-de-recepcao/>

<sup>31</sup> São unidades que oferecem acolhimento social na modalidade 24h para crianças, adultos, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade com vínculos familiares rompidos e quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento. Fonte: <https://carioca.rio/servicos/informacao-sobre-acolhimento-institucional-de-adultos-familias-idosos-e-criancas-adolescentes-centrais-de-recepcao/>

<sup>32</sup> De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, o Serviço Especializado em Abordagem Social, constitui-se um serviço ofertado de forma continuada e programada, a fim de assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. (BRASIL, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009).

Devido ao histórico negativo das atuações da secretaria de Ordem Pública com a população em situação de rua no Rio de Janeiro, é preciso tomar cuidado para que agentes que devem promover a garantia de direitos e o atendimento humanizado não sejam participantes e coniventes com ações repressivas e higienistas. Além disso, o gestor municipal deve estar atento para que não sejam realizadas ações pela segurança pública que prejudiquem o trabalho social de outros setores com essa população, conforme sinalizam as *entrevistadas 3 e 7*:

*“[...] nós temos desafios de termos hoje um TAC, que é um termo de ajuste de conduta que está defasado com o público que eu tenho hoje na rua, onde eles amarraram o trabalho do ordenamento urbano à secretaria, como se o ordenamento urbano tivesse ligado somente à população de rua e não é. Então, assim, não tem que atuar só se assistência estiver. Então, assim, são coisas distintas. Eles amarraram a pasta” (Entrevistada 3).*

*“O primeiro desafio é a gente se aproximar daquela pessoa, a construção do vínculo é um desafio, porque você precisa estabelecer uma relação de confiança com o usuário dentro de um município em que a gente sabe que a gente tem uma descrença da população em situação de rua em relação aos órgãos municipais por conta das ações truculentas para tirar pessoas em situação de rua. Então, isso já é uma coisa que dificulta a nossa aproximação, porque o usuário não sabe diferenciar quando é o técnico da assistência que quer fazer um trabalho processual ou quando é um profissional que está ali só para pedir para ele sair da calçada”.*

O Centro Pop é uma unidade de referência da Política de Assistência Social, integrante da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal criada pelo Decreto nº 7053/2009 que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), ele é responsável por ofertar o Serviço Especializado Para a População em Situação de Rua<sup>33</sup>.

De acordo com as *entrevistadas 5, 7 e 8*, o Centro Pop Bárbara Calazans, possui uma equipe formada por cinco assistentes sociais, dois psicólogos e um assessor jurídico e oferta os seguintes serviços: o atendimento social e através da escuta qualificada, e do planejamento realizado em conjunto com o usuário é feito os encaminhamentos para os demais serviços sociais, de acordo com as demandas apresentadas; espaço para banho; inclusão no Cadastro Único; orientações sobre benefícios e programas governamentais; telefone para ligação e

---

<sup>33</sup> O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, constitui-se um serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, a fim de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009).

contato com familiares; atividades em grupo; projeto de inclusão digital<sup>34</sup>; projeto batuca pop<sup>35</sup>; oficinas de redução de danos; acautelamento de documentos e distribuição de lanches.

Os serviços ofertados são fundamentais para o atendimento das demandas e necessidades da população em situação de rua. No entanto, não estão disponíveis serviços básicos, como espaço para guarda de pertences e o acesso à alimentação não é recorrente<sup>36</sup>, e quando ocorre não é suficiente conforme apontam as *entrevistadas 5 e 7*.

*Documentos, a gente até acautela os documentos, mas pertences, não. E alimentação a gente também vive com doação. Então, hoje, por exemplo, hoje teve almoço. Coisa não é corriqueira, não é todo dia que tem almoço. Mas se a gente recebe, a gente repassa. Doação de roupa, isso a gente faz. Mas não é nada institucionalizado. Conforme a gente também recebe a doação, a gente vai distribuindo para eles (Entrevistada 5).*

*[...] a quantidade de lanches que hoje é ofertada para a gente é muito pequena, pelo fluxo de pessoas que a gente atende aqui” (Entrevistada 7).*

O acesso aos Albergues Mais Tempo e as Unidades de Reinserção Social é solicitado nos Creas e Centros Pop, que realizam os encaminhamentos para as Centrais de Recepção que fazem a distribuição para as unidades com vagas disponíveis. Uma dessas unidades é a URS Realengo.

A Unidade de Reinserção Social Realengo, é uma unidade de acolhimento para homens adultos, com capacidade para 50 pessoas. Possui uma equipe técnica formada por dois assistentes sociais e dois psicólogos e oferta os seguintes serviços: o atendimento social e através da escuta qualificada, e do plano de desenvolvimento individual realizado em conjunto com o usuário é feito os encaminhamentos para os demais serviços sociais e a interlocução com a rede, de acordo com as demandas apresentadas e com o perfil dos usuários; inclusão na rede de saúde do território; acompanhamento psicossocial; projeto de retorno ao mundo do trabalho<sup>37</sup> e rodas de conversa.

No âmbito estadual, existe o Programa Hotel Acolhedor, lançado em 2021, com duas unidades, uma no Centro e outra no Catete, com capacidade para 300 leitos cada. Os serviços

---

<sup>34</sup> “Esse trabalho é muito importante, porque a gente explicava noções básicas de como ligar o computador, como entrar em uma rede social, como entrar na internet, como ter uma rede social, como se comunicar com os amigos, para tentar promover um reencontro dessas pessoas com referências, tanto familiares quanto de amizade” (Entrevistada 7).

<sup>35</sup> “Uma oficina de percussão para os usuários, e canto, às vezes a gente coloca videoquê para eles poderem cantar, poderem fazer alguma atividade” (Entrevistada 7).

<sup>36</sup> A oferta desses serviços está prevista pela Tipificação (2009).

<sup>37</sup> Nesse projeto é discutido com os acolhidos “a questão dos princípios dentro de um trabalho, como por exemplo respeito à autoridade, respeito aos colegas de trabalho, a questão da assiduidade, pontualidade, gestão dos recursos, a questão da relação com a chefia” (Entrevistada 6).

ofertados são: pernoite; espaço para banho; jantar e café da manhã; roupas de cama e banho; kits de higiene; atendimento psicossocial e encaminhamentos para os demais serviços sociais conforme as demandas apresentadas pelos usuários.

Além disso, existe a Fundação Leão LXIII, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que possui postos de atendimento distribuídos nos diversos municípios e que tem como objetivo assistir aos grupos populacionais de baixa renda, através de programas sociais e de apoio à saúde, a fim de contribuir para o aumento da qualidade de vida, para a integração social e o resgate da cidadania. Como também, prestar assistência social direcionada às pessoas em situação de rua, por meio de unidades de atendimento especializado ao cidadão, complementando a ação municipal, inclusive em situações de calamidade pública, na área da assistência social e apoio comunitário.<sup>38</sup>

Na área do trabalho e da qualificação profissional, o governo estadual também possui a Fundação Santa Cabrini, órgão vinculado à Secretaria de Administração Penitenciária, que tem como objetivo garantir o acesso da população em cumprimento de pena ou egresso do sistema penitenciário, à assistência psicossocial, à qualificação profissional e ao exercício de atividade laborativa, visando o resgate da sua cidadania, sua reintegração ao mercado de trabalho e ao convívio familiar em sociedade<sup>39</sup>.

Na área da Saúde, o governo estadual dispõe do Cprj, que é um Centro de Atenção Integrado de Saúde Mental sob a administração da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro, órgão da SES-RJ. Criado em agosto de 1998, o centro conta com espaços que buscam o tratamento interdisciplinar de pessoas com transtornos mentais graves em um ambiente ocupado por arte, música e teatro, e conta com uma equipe de profissionais altamente qualificados<sup>40</sup>.

No âmbito da Política Social pública de Saúde, a prefeitura do Rio conta com 18 Centros de Atenção Psicossocial (Caps<sup>41</sup>) para adultos, sendo 11 na modalidade de atendimento 24 horas, incluindo finais de semana (Caps III) e 7 na modalidade de atendimento diário (Caps II) e 6 Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (Caps-ad) - dois deles com unidades de acolhimento adultos (UAA), sendo que dois deles são Caps-ad II e quatro são Caps-ad III.

---

<sup>38</sup> Fonte: <http://www.leaoxiii.rj.gov.br/projetos.asp>

<sup>39</sup> Fonte: <https://santacabrini.rj.gov.br/institucional/>

<sup>40</sup> Fonte: <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2019/09/centro-psiquiatico-do-rio-de-janeiro-completa-21-anos-com-musica-e-arte>

<sup>41</sup> Os Caps são unidades para atendimento de pessoas com transtorno mental severo e persistente, e/ou com transtorno mental decorrentes do uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas que precisam de acompanhamento intensivo. São realizados atendimentos individuais, em grupo, com familiares, visitas domiciliares e oficinas terapêuticas, trabalhando na lógica da redução de danos, da desinstitucionalização e reabilitação psicossocial. Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/unidades-de-saude/caps/>

Existem também outras duas unidades da rede estadual, sendo uma na modalidade Caps II e a outra na modalidade Caps-ad II.<sup>42</sup>

Além dos Caps-ad, na área da saúde mental, o município também possui o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Nepad/Uerj). O Nepad é ligado ao Centro Biomédico da Uerj e é referência em prevenção, pesquisa e no tratamento para dependentes de drogas e seus familiares. O Núcleo conta com uma equipe interdisciplinar, com psicólogos, psiquiatras, médicos e uma assistente social e oferece atendimento gratuito para moradores do estado com problemas relacionados ao uso de drogas como álcool, cocaína, crack, maconha, tabaco<sup>43</sup>.

De acordo com a *Entrevistada 10*, o serviço ofertado funciona da seguinte maneira: o paciente ao chegar ao núcleo, passa pelo acolhimento e depois é encaminhado para o grupo de recepção, onde é planejado o seu processo de tratamento. Além do acompanhamento psicológico e psiquiátrico, os pacientes também contam com o atendimento social, que através da acolhida e da escuta qualificada, realiza os encaminhamentos para os demais serviços e benefícios sociais e a articulação com a rede.

Ainda na área da Saúde, o município também possui 8 equipes de Consultório na Rua, distribuídas pelas cinco áreas programáticas. O Consultório na Rua, é um serviço que foi instituído pela Política Nacional de Atenção Básica, aprovada por meio da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, com o objetivo de ampliar o acesso da população em situação de rua à rede de atenção e ofertar de maneira mais oportuna atenção integral à saúde (BRASIL, 2012).

Na área da documentação civil, a cidade conta com um Posto de Atendimento Especializado para Identificação Civil exclusivo para a população em situação de rua e vulnerabilidade social, o Detran Méier. Inaugurado em 2014, a partir da parceria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com o Detran, o posto funciona de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h, emitindo documentação básica, como identificação civil, 2ª via de documentos e busca de registro de certidões de nascimento e casamento<sup>44</sup>.

No tocante às ONGs, o município possui dentre outras, o Projeto Menina Moça Mulher, o Instituto Lar e o Projeto Ronda Urbana de Amigos Solidários (Ruas). O Projeto Menina Moça Mulher é um projeto do Instituto Carlos Chagas, que oferece Assistência social, jurídica, de

---

<sup>42</sup> Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/unidades-de-saude/caps/>

<sup>43</sup> Fonte: <https://www.uerj.br/agenda/19912/>

<sup>44</sup> Fonte: [https://www.detran.rj.gov.br/\\_monta\\_aplicacoes.asp?doc=8272&cod=14&tipo=exibe\\_noticias&pag\\_noticias=true](https://www.detran.rj.gov.br/_monta_aplicacoes.asp?doc=8272&cod=14&tipo=exibe_noticias&pag_noticias=true)

saúde e direitos humanos a mulheres maiores de 12 anos em situação de rua ou outros tipos de vulnerabilidade social<sup>45</sup>.

O Instituto Levante, Ande e Recomece (LAR) é uma organização sem fins lucrativos, que oferece suporte para o processo de reinserção social das pessoas em situação de rua, a fim de resgatar a dignidade, a cidadania, e a identidade social dessa população. O instituto conta com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados, todos voluntários. Os serviços ofertados são gratuitos e diversos, como: atendimento psicossocial; terapia ocupacional; arte terapia; musicoterapia; atendimento jurídico; alcóolicos anônimos e narcóticos anônimos; empregabilidade com confecções de currículos e capacitações; passeios e eventos culturais; espaço para banho; doação de roupas e kits de higiene; cortes de cabelo; alimentação e apoio à moradia.<sup>46</sup>

No tocante à habitação, as *entrevistadas 7 e 8*, apontam que:

*“A gente iniciou essa semana um programa habitacional, mas também, por enquanto, a cobertura é muito pequena em relação ao quantitativo de pessoas em situação de rua [...]. A gente tem o house first aqui no Rio, mas muito restrito ainda, e não é uma política municipal” (Entrevistada 7).*

*“A gente tem a secretaria de habitação que faz as inscrições para o programa minha casa minha vida” (Entrevistada 8).*

O programa *house first* (Moradia Primeiro<sup>47</sup>) mencionado pela *entrevistada 7*, é um programa ofertado pelo Projeto Ronda Urbana de Amigos Solidários (Ruas), uma organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo demolir barreiras e gerar oportunidades para a população em situação de rua. Além do Moradia Primeiro, o projeto também possui o programa Rondas<sup>48</sup>.<sup>49</sup>

Dentre as políticas públicas mencionadas nos parágrafos anteriores, é perceptível que há uma predominância nas instituições da política de Assistência Social, na oferta de serviços sociais para a população em situação de rua. Apesar da política de Saúde também ofertar um número considerável de serviços, eles não contemplam todas as áreas programáticas da cidade,

<sup>45</sup> Fonte: <https://www.projetomeninamocamulher.org.br/>

<sup>46</sup> Fonte: <https://www.institutolar.org.br/o-que-fazemos/> e entrevistas semiestruturadas.

<sup>47</sup> Programa baseado na metodologia "housing first" (moradia primeiro), amplamente reconhecida no mundo todo, que visa conectar indivíduos que estejam vivenciando situação de rua com moradia segura e permanente. O diferencial do Moradia Primeiro consiste em dois grandes entendimentos: moradia como uma etapa inicial do tratamento, sendo uma premissa da estabilidade necessária para uma posterior reabilitação completa. E da autodeterminação dos participantes, que exercem poder de escolha ativo em todas as etapas da intervenção, como aspecto fundamental para o sucesso do programa.

<sup>48</sup> As Rondas são atividades semanais de roda de conversa em praças e calçadas, onde são promovidos espaços de conexão entre pessoas em situação de rua e residentes em seu entorno, além de oferta de alimentação e serviços eventuais, tais como orientação médica e jurídica, corte de cabelo, vacinação, entre outros.

<sup>49</sup> Fonte: <https://www.projektoruas.org.br/>

deixando alguns territórios descobertos, como por exemplo a AP1 que não possui Caps e nem Caps-ad. Isso é confirmado pela fala da *entrevistada 3*:

“Para a população de rua, é a assistência que atua”

A despeito disso, os serviços sociais ofertados pelas instituições, conforme apontado pelas participantes da pesquisa, possuem um impacto positivo no atendimento das demandas da população em situação de rua, visto que contribuem para a garantia do acesso aos seus direitos sociais, à uma vida com dignidade e cidadania e para a promoção social dessa população. Ademais, vale destacar, que o trabalho realizado pelos/as assistentes sociais é fundamental nesse processo.

## 2.4 A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO INTERSETORIAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO

O Serviço Social é uma profissão inserida “na sociedade capitalista madura, como um tipo de especialização do trabalho inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais” (RAICHELIS, 2010, p.752).

De acordo com Yazbek (2009, p. 3) a reprodução das relações sociais:

[...] é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade.

Diante disso, pensar a profissão de Serviço Social a partir desse conceito, significa situá-la “no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões” (YAZBEK, 2009, p.3).

Uma das respostas construídas pelo Estado para enfrentar as expressões da questão social é as políticas sociais públicas, e o assistente social é historicamente o profissional responsável pela execução destas junto à classe trabalhadora, “por isso se constituem mediações para o exercício profissional do trabalho do assistente social” (SEMZEZEM; SILVA, 2015, p. 5).

Atualmente, o/a assistente social não atua somente na execução das políticas públicas, mas também na proposição, elaboração, planejamento e avaliação de programas e serviços que integram as diversas políticas sociais públicas.

Para que o exercício profissional do/a assistente social esteja coadunado com a direção social proposta pelo projeto ético-político – posicionamento em favor da classe trabalhadora e empenho na construção de uma sociedade mais justa e igualitária-, é fundamental:

[...] a apreensão e o desvelamento, de como a “questão social” incide e se manifesta na vida dos indivíduos, bem como o entendimento de que a história é feita pelos sujeitos e pode configurar-se de formas distintas a depender de como se explicita e se configura a correlação de forças nos diferentes contextos históricos (BERTOLLO, 2016, p. 349).

Sendo a questão social, expressa na vida cotidiana dos sujeitos na forma de variadas violações, o objeto de trabalho do Serviço Social, o seu conhecimento para além das

manifestações imediatas, permite ao profissional a elaboração de respostas mais efetivas diante das demandas dos usuários dos serviços.

Uma das expressões da questão social alvo do trabalho do/a assistente social é a situação de rua, um fenômeno complexo e multideterminado, que requer do/a profissional um trabalho intersetorial, orientado pela perspectiva “da desconstrução das subalternidades e fortalecimento dos vínculos e relações sociais, muitas vezes fragilizados e/ou rompidos” (ABREU; SALVADORI, 2015, p.7) e da garantia dos direitos de cidadania dessa população.

Para atuar nessa perspectiva, é imprescindível ao profissional compreender e conhecer as pessoas em situação de rua e suas particularidades, desvelando como a questão social se manifesta na vida desses sujeitos. Esse processo de reconstrução do objeto da ação profissional, na prática “envolve operacionalização das demandas institucionais, das pressões dos usuários e das decisões profissionais” (BERTOLLO, 2016, p.349).

As demandas institucionais colocadas para as assistentes sociais participantes desta pesquisa, no trabalho com a população em situação de rua, são diversas, e o formato que assumem depende da estrutura institucional e dos serviços que são prestados. No Albergue<sup>50</sup> estadual, é demandado ao assistente social realizar o atendimento aos usuários e ser responsável pelo plantão noturno, ou seja, o profissional deve coordenar e gerir as atividades realizadas durante o plantão e ao final elaborar um relatório.

Na Ong, a relação das profissionais com a direção institucional é mais aberta ao diálogo, por ser um trabalho voluntário, as profissionais possuem autonomia para realizar o seu trabalho segundo as competências e atribuições privativas dos/as assistentes sociais. Segundo as *entrevistadas 2 e 4*, não existem cobranças da direção, apenas são sinalizadas as atividades programadas para os seus dias de trabalho. A principal demanda institucional é realizar o atendimento social, através da entrevista aos usuários que solicitarem este atendimento e estar atentas as suas necessidades e demandas.

Na Subsecretaria de Programas para a População em Situação de Rua, a requisição institucional colocada para os/as profissionais é a redução do número de pessoas em situação de rua. É uma demanda complexa e que requer uma análise crítica do/a profissional, para que o seu trabalho seja realizado na perspectiva do respeito à vontade e autonomia dos sujeitos e principalmente da garantia dos direitos de cidadania.

No Centro Pop, *as entrevistadas 5, 7 e 8*, apontaram em suas falas que as demandas colocadas pela instituição são:

---

<sup>50</sup> O nome das instituições foi suprimido para preservar a identidade das profissionais.

*“Assim, as demandas são você fazer o seu trabalho e atender bem. É o atendimento mesmo individual, atendimento em grupo, abordagem, participação em eventos. Como profissional do Centro Pop, eu tenho essa também atribuição, que é estar atendendo fora do equipamento. Enfim, identificando as situações de risco e o atendimento em geral, fazer o cadastramento único, que hoje é uma prática do assistente social, a gente precisa estar fazendo. [...] A instituição não pede nada mais do que isso, que gente atenda os nossos usuários, atenda as demandas deles. Não tem muita discrepância, não, sabe?” (Entrevistada 5).*

*“Então, aqui a demanda principal é a reinserção social das pessoas em situação de rua” (Entrevistada 7).*

*“Então, acho que a demanda principal da instituição é a criação de vínculos. Eu acho que, sem isso, você não consegue fazer nenhum tipo de trabalho. Pelo menos eu acho assim. Se você não constrói vínculo, você vai ficar enxugando água, gelo, que a gente chama” (Entrevistada 8).*

Sobre o preenchimento do Cadastro Único, como atribuição do/a assistente social, é preciso que os profissionais estejam atentos, para que isso não limite a sua atuação à realização de tarefas burocráticas, e dificulte a realização de reflexões, leituras e planejamento de atividades que contribuam para mudanças efetivas na vida dos usuários.

No Abrigo Institucional, as *entrevistadas 6 e 9*, apontaram que as demandas institucionais colocadas são:

*“[...] realização de projetos, execução de metas, de quantas reinserções nós fazemos ao mês, ao semestre, ao ano, uma planilha que a gente tem que... Planilhas, muitas planilhas, que a gente tem que estar enviando mensalmente. A própria planilha para ONG, porque a ONG tem um contrato com a secretaria e a ONG é que paga os funcionários terceirizados que estão conosco, então também tem a planilha da própria ONG no sentido do trabalho desenvolvido” (Entrevistada 6).*

*“Todo o nosso trabalho vai girar em torno da questão do acolhimento institucional, do acesso a serviços, a direito, da população em situação de rua. Para além desse processo de ingresso e de construção do PDI, do usuário, existem as demandas que são da própria secretaria. [...] A secretaria tem demandas diversas e cada gestão da secretaria vai apresentando um perfil diferenciado de demandas a serem apresentadas” (Entrevistada 9).*

Vasconcelos (2015), acrescenta ao debate que, a questão posta aos assistentes sociais que tomam como referência o projeto profissional, é de forma propositiva e criativa construir as condições necessárias para dar respostas qualificadas às demandas dos usuários, sem deixar de dar respostas necessárias às requisições institucionais, visto que, estas que legitimam a existência da profissão na sociedade do capital. A autora afirma que as respostas profissionais às requisições institucionais, devem estar em consonância com os interesses e demandas dos usuários.

De acordo com as entrevistadas, as demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua são: trabalho e renda; acolhimento institucional; emissão de documentos; tratamento para

a uso abusivo de álcool e drogas; saúde; saúde mental; preenchimento de cadastro único para acesso aos benefícios sociais; educação; banho; alimentação e habitação.

A partir das demandas apresentadas, podemos apontar que o trabalho com a população em situação de rua, requer uma atuação que perpassa pela articulação com outros setores, além de um trabalho interdisciplinar, visto que se trata de um “contingente populacional marcado por demandas e atravessadores de múltiplas ordens e com níveis de complexidade/necessidades de intervenção também diferentes, não sendo possível ser reduzido a um único campo de saber” (MACEDO; SOUSA; CARVALHO, 2020, p. 164).

Diante das particularidades apresentadas pelas pessoas em situação de rua, a *entrevistada 5*, sinaliza em sua fala a necessidade de um trabalho compartilhado entre as diversas áreas do conhecimento e as políticas sociais.

*“Então assim, a demanda é grande, porque o ser humano é muito complexo, não é só uma questão objetiva de documentação. De emprego. E aí requer uma intervenção multiprofissional com outros atores também, com outros profissionais [...]”*

Deste modo, é imprescindível a realização do trabalho interdisciplinar “a fim de promover outro modo de pensar e desenvolver o trabalho em equipe, [...] de modo a favorecer a troca de informações e conhecimento, além da cooperação solidária nos fazeres e corresponsabilização na condução do cuidado e da proteção social” (MACEDO; SOUSA; CARVALHO, 2020, p. 164).

Sobre o trabalho interdisciplinar, as assistentes sociais entrevistadas sinalizaram que a troca entre a equipe multiprofissional é constante e sempre que for necessário, de acordo com as demandas apresentadas pelos usuários, em alguns casos, as trocas são realizadas não somente no espaço institucional, mas também através de ligações e mensagens.

O trabalho em equipe é materializado através das relações cotidianas entre os profissionais e da realização de reuniões de equipe; estudos de casos quando surgem demandas mais complexas que requerem a atuação de diversos profissionais e casos de pessoas reincidentes; ações realizadas para atender as pessoas em situação de rua em conjunto e capacitações.

Sobre a importância do trabalho interdisciplinar no atendimento à população em situação de rua, a *entrevistada 7* comenta que:

*“A gente não tem como fazer o atendimento de forma integral se a gente não articular com o advogado, com o aconselhamento jurídico, porque o profissional dos Suas, o psicólogo e o advogado no atendimento, eles não...Eles atendem também como plantão social, eles não têm um atendimento específico aqui do campo do direito nem do campo da psicologia, mas os saberes, eles têm interfaces, então eles são os nossos*

*articuladores, tanto na área de atendimento de saúde como na área de direitos e cidadania”.*

Se é inegável a relevância do trabalho em equipe no atendimento às demandas da população em situação de rua, “necessitando construir relações interdisciplinares para uma melhor compreensão e operação das demandas deste público, é urgente e necessário o trabalho intersetorial, pois tais demandas são eminentemente intersetoriais” (MACEDO; SOUSA; CARVALHO, 2020, p. 166).

Nessa perspectiva, a principal artimanha utilizada pelas profissionais para atender as demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua, é a articulação com a rede de serviços sociais existente no território, o que ocorre principalmente através da realização de encaminhamentos e parcerias.

Os encaminhamentos são realizados de acordo com as demandas apresentadas pelos usuários. Conforme aponta a *entrevistada 5*:

*“Aqui a gente faz a escuta. Vê, faz o levantamento das demandas e encaminha para os setores de atendimento.”*

Vale ressaltar que “encaminhar não necessariamente se configura como ação intersetorial” (MACEDO; SOUSA; CARVALHO, 2020, p. 164), é necessário diálogo para que a articulação entre os setores seja efetiva, conforme foi sinalizado no primeiro item deste capítulo.

Nessa perspectiva, Miotto e Schütz (2011, p.15) asseveram que:

[...] o encaminhamento é uma forma de acesso para o usuário. Segundo os assistentes sociais, o encaminhamento é intersetorial quando o profissional entra em contato com outra instituição para captar informações desta, e melhorar o atendimento do usuário. [...] Buscam-se todos os esforços possíveis para atender as famílias em sua integralidade. Há a tentativa de trabalhar com a rede familiar, informal, e a com a rede formal ampla, entre os profissões e setores, na qual demanda-se que o Serviço Social acione as diversas políticas públicas.

Isso é confirmado pela *entrevistada 9*, em sua fala:

*Assim, com o tempo a gente vai estabelecendo uma rede. Foi estabelecendo uma rede, e... De alguns serviços que a gente já utiliza com mais frequência. E a gente conhece esses atores. A gente conversa com esses atores. Então, não é só encaminhamentos por encaminhamentos.*

Essas informações são corroboradas pelas *entrevistadas 5 e 6*, que afirmam buscar conhecer os atores que ofertam serviços para a população em situação de rua no território onde trabalham e estabelecer parcerias com esses setores, para atender de forma integral as demandas dessa população.

Contudo, o que se percebe é que por ser algo muito restrito ao trabalho dos/as profissionais e não ter a participação efetiva da gestão municipal, o trabalho intersetorial com as pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro, ainda é muito incipiente.

No que concerne ao acompanhamento dos encaminhamentos realizados para os demais setores, as *entrevistadas 1, 4 e 5* ressaltaram que possuem dificuldades de obter o retorno pela via institucional:

*“Você manda o encaminhamento. A pessoa que atendeu, se for técnico, não vai contra referenciar, não vai entrar em contato com a gente, e a gente também não consegue entrar em contato com o pessoal dos equipamentos. É muito difícil. Parece que tem um muro, assim. E o resultado, o feedback que a gente tem é dos usuários. Tipo, fui lá, consegui. Fui lá, não consegui. Fui lá e foi assim, assim, assado” (Entrevistada 1).*

*“O retorno é importante. O retorno é muito importante para a continuidade do nosso trabalho. Mas, na maioria das vezes, eles vão direitinho, sabe? Eles conseguem ir, quando a gente não tem um telefone do lugar, tipo, uma defensoria pública, um lugar se a gente não consegue contar, a gente o manda, a gente olha, volta aqui para dar um retorno para a gente, para ver como que vocês foram e tudo. Na maioria das vezes, eles vão sim direitinho, trazem o retorno. Mas é muito difícil, confesso. É muito difícil. Tem que ir muito por meios próprios. Viação Canela mesmo, quem estiver disponível aqui, parte para lá, pergunta alguma coisa assim, por meio de conhecimento nossos mesmos. Mas, assim, é um trabalho que anda, mas volta e meia, a gente nada nada e morre na praia” (Entrevistada 4).*

*“A gente não tem como... A gente acompanha como? Quando a pessoa retorna aqui, aí eles têm ficha, tem prontuário, então a gente faz aquela baterista. E aí, o senhor foi lá não sei onde, como é que foi? Normalmente, esse acompanhamento é feito quando o próprio usuário retorna” (Entrevistada 5).*

Já as *entrevistadas, 8 e 9*, apontaram que conseguem obter um retorno dos encaminhamentos para as instituições, as quais possuem um diálogo prévio e uma parceria:

*“Então, as instituições que a gente tem o acordo, tipo consultório de rua, que é a questão da saúde, essa coisa da dependência clínica, Nepad, esses outros. Agora, encaminhamento de documentação, não, porque a gente não tem essa articulação. Mas a parte da saúde, principalmente, a gente tem essa articulação mais próxima.” (Entrevistada 8).*

*A grande maioria a gente consegue, até porque a gente conhece os atores[...]. Então, acho que quando você consegue estabelecer uma rede no território, você consegue ter esse tipo de retorno [...]. Alguns que a gente consegue em rede sim. A clínica da família, por exemplo, como a gente está muito interligada a ele, [...] a gente tem um retorno da profissional. [...] o TRE, quando a gente precisa de algum tipo de informação, a gente faz contato, eles nos respondem, essa coisa da informática eu tenho facilitado bastante, porque às vezes a gente precisa de uma comunicação via e-mail, e aí responde-se, o processo está assim, está assado, a documentação precisa disso, a junta militar ficou muito tempo sem funcionar, e é na nossa rua, e aí a gente já tem o telefone, tem até a figura da pessoa funcionária aqui, e aí tem alguma questão, a gente fala diretamente com eles [...].” (Entrevistada 9).*

As entrevistadas 2 e 7, sinalizaram que conseguem realizar o acompanhamento através de uma rede pessoal criada em um aplicativo de mensagens:

*“Vou dar um exemplo. Posso trabalhar com um exemplo? Vamos dizer assim. Dona Raimunda, a senhora tem que fazer o toque da prevenção do outubro rosa. Tem também, de mioma, esse exame. Como é que vai ser? Aí bota na rede. Aí a menina tira a foto dela fazendo exame. Aí todo mundo, que bom, ela tá aí fazendo exame. Daqui a pouco a médica vai e bota. Meninas, olha. A dona Raimunda tem... que fazer a operação (inaudível) Aí todo mundo que tem a ficha dela, aí bota. Através da informação do aplicativo, da rede, fórum de rua. Aí é... a médica maria, fulana identificou que o exame dela foi feito... É assim que a gente trabalha” (Entrevistada 2).*

*“Sim, com frequência, porque a gente já tem grupos intersetoriais do trabalho aqui, aí a gente já encaminha, já coloca no grupo do WhatsApp do fórum intersetorial e a gente vai monitorando. Esse fórum facilitou muito o nosso serviço, a gente consegue, hoje em dia, acionar o Samu, que era um serviço que a gente dificilmente conseguia acionar quando se tratava de população em situação de rua, então, à medida que a gente vai se organizando intersetorialmente, a gente consegue dar um andamento com maior eficácia para os assistidos” (Entrevistada 7).*

Além desses meios, a entrevistada 6, apontou que consegue obter alguma devolutiva, durante as reuniões realizadas com outras instituições, como o Consultório na Rua, nas quais ocorrem discussões de casos atendidos pelo Centro Pop e pela equipe do Cnar. Sobre essas reuniões, a entrevistada 6 comentou que essas interlocuções do Centro Pop com os demais serviços são constantes, através das reuniões, para consolidar uma rede de serviços sociais para atender as demandas da população em situação de rua - psr.

Complementando, a entrevistada 7, destacou que essas reuniões com as demais instituições, são realizadas ou no espaço do Centro Pop, ou através da realização de visitas institucionais a esses espaços. As reuniões do Fórum Permanente sobre População adulta em Situação de Rua do estado do Rio de Janeiro e do Grupo de Trabalho em prol das Pessoas em Situação De Rua<sup>51</sup>, ocorrem mensalmente. Participam dessas reuniões as instituições que fazem parte de rede de serviços socioassistenciais.

Sobre o trabalho em rede, Garajau (2013, p. 5-6) destaca que:

[...] as redes não consistem em pontos de contato somente, mas em conexões possíveis a partir das demandas apresentadas, considerando sua interdependência e complementaridade. Esta análise aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e a necessidade de articulação para suas soluções. A este respeito, considera-se que não basta encaminhar, orientar, direcionar para a rede de serviços, é necessário conhecê-la para desenvolver um planejamento possível de ações entre os diversos setores. Esta abordagem nos leva a perceber o trabalho em rede como fundamental para a efetivação da intersetorialidade.

<sup>51</sup> Grupo de Trabalho da Defensoria Pública da União, com a participação do poder público e da sociedade civil.

Sendo assim, o trabalho em rede, não consiste somente em conhecer os serviços, para encaminhar os usuários para serem atendidos, mas em conhecê-los para planejar a realização de ações em conjunto, a fim de contribuir para o atendimento integral das demandas da população em situação de rua.

No tocante as parcerias com outras instituições, a Subsecretaria de Programas para a PSR, possui parcerias com instituições privadas para atender as demandas dessa população na área de trabalho e renda, tais como: parceria para a oferta de cursos de ornamentação de flores em um shopping da Barra, algumas pessoas que participaram do curso conseguiram emprego depois; parceria em andamento com alguns empresários do polo gastronômico do centro do Rio, que procuraram a subsecretaria e solicitaram um banco de informações mínimas, para ofertar um curso e preparar as pessoas em situação de rua que já estão ali no centro do Rio, para trabalharem ali com eles, nos seus bares, nos seus restaurantes, no seu comércio; parceria com a Faetec de Quintino para a oferta de cursos profissionalizantes para a PSR e parceria com a secretaria municipal de saúde, vigilância sanitária e ordem pública para a realização de ações em conjunto.

Além dessas parcerias, a subsecretaria recebeu o contato da entidade que representa os bancos, que quer financiar um projeto para as pessoas em situação de rua que ficam nas portas dos bancos, e possui parceria na área da cultura que oferta entrada gratuita para a PSR, em espaços como o Museu do Amanhã e Biblioteca Parque.

Nessa perspectiva, Cunill-Grau (2005, *apud* BESERRA, 2021, p.141), comenta que:

[...] a noção de intersetorialidade está relacionada à integração de diversos setores, principalmente os governamentais, embora esses não sejam os únicos (consideram-se aqui também as parcerias estabelecidas entre o setor privado) com objetivo de prestar resolução de problemas sociais com certa complexidade. Essa intersetorialização implica também em relações de colaboração, não hierárquicas e não contratuais.

O Centro Pop, possui parcerias a partir de contatos pessoais, para garantir o acesso das pessoas em situação de rua à arte, cultura e lazer, através de passeios em espaços como a Cidade do Samba etc.; parceria com a UERJ para a realização de um projeto no centro pop; parceria com o projeto Garupa, da Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual, para a ação e promoção de saúde de pessoas Lgbtqia+ em situação de rua; parceria com o Ciece que realiza oficinas no Centro pop ; com o Nepad, através da realização de estudos de casos e acompanhamento dos usuários atendidos pelas duas instituições e com instituições como a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; e a Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, para a realização de ações conjuntas.

O Abrigo institucional, possui parcerias, a partir de contatos pessoais, para a empregabilidade de pessoas com deficiência na Sodexo; parceria com a Clínica da Família Armando Palhares próxima a instituição para a realização de rodas de conversa com os residentes sobre a questão da saúde masculina, e para o atendimento às demandas de saúde; para as demandas de saúde mental, existe a parceria com o Caps Neusa dos Santos; parceria com a educação para matrícula dos residentes interessados em estudar e com os Narcóticos Anônimos para a realização de atividades com os residentes.

O Nepad, conforme surgiu a demanda da população em situação de rua, realizou os contatos para iniciar uma articulação com o Centro Pop e o Consultório na Rua.

*“[...] a gente fez contato com o centro pop para poder se aproximar, para poder entender melhor o trabalho, a gente marcou uma conversa com a Joana<sup>52</sup> e a equipe dela, enfim, e aí a partir dessa conversa com a Joana e a equipe, foram desencadeando outras reuniões, outras atividades, aí a gente foi para uma reunião, ela passou o horário de uma reunião que tinha de um fórum de população em situação de rua, que acontece mensalmente lá na Defensoria Pública, então a gente... até apresentei um momento, que a gente até foi para falar do Nepad, apresentamos o Nepad para esse fórum e tudo mais, e aí em seguida a gente já participou de uma reunião com eles, aí já incluindo o consultório na rua, que foi uma reunião para pensar atividade de redução de danos no centro pop [...] E aí, assim, a partir disso, estar nesses espaços, a gente conseguiu se aproximar um pouco mais,, do consultório na rua, [...] de como que a gente faz esse acompanhamento, então assim, quando aparece algum caso que a gente está acompanhando aqui, e que precisa de algum recurso que eu sei que o centro pop vai auxiliar, eu entro já em contato direto com a Joana, então a gente tem conseguido um pouco se fortalecer nesse sentido, de poder estar trocando mais para poder atender esses usuários” (Entrevistada 10).*

A partir dos relatos das entrevistadas, podemos compreender que, com a criação da subsecretaria, o município tem avançado na realização de ações intersetoriais para atender a população em situação de rua, visto que, a intervenção baseada na intersetorialidade é a mais adequada “frente à complexidade dos problemas sociais, às necessidades individuais e coletivas dos sujeitos, bem como, sua qualidade de vida, na certeza de que uma política social isolada não consegue resolver sozinha os problemas com os quais essa população se depara” (JUNQUEIRA, 2004 *apud* PINHO *et al.* 2019, p. 488).

Contudo, ainda são ações pontuais e em processo de construção, conforme aponta a *entrevistada 3*, sobre o desenvolvimento da intersetorialidade no Rio de Janeiro:

*“É falha e é fraca. É um público que as pessoas não querem. As pessoas não querem. Se não fosse o olhar do prefeito em se criar uma subsecretaria de programa para a população de situação de rua e chamar as outras pastas e determinar que atuem em conjunto conosco, essa intersetorialidade ia permanecer fraca e fragmentada. Hoje ela ainda é. Mas o pouco que existe, existe porque o prefeito mandou”.*

---

<sup>52</sup> Nome fictício

Sendo assim, é fundamental a participação ativa da gestão municipal, na promoção da intersectorialidade, senão ela acaba se restringindo as estratégias elaboradas pelos profissionais, através de contatos pessoais, via grupos em aplicativos de mensagens e outros meios que lançam mão, por entenderem que sem essa articulação não é possível atender de forma efetiva a população em situação de rua. Conforme sinalizam as *entrevistadas 1, 2, 4, 9 e 10*:

*“Como que acontece hoje? Vou encaminhar para o Ceja, por exemplo. Eu vou encaminhar para o Ceja porque anteriormente eu, assistente social, estive no Ceja, lá no polo da Central, fiz um contato, criei uma rede e agora, gente, eu vou encaminhar meus usuários para vocês poderem atender [...]. Mas assim, não que o meu contato fortalece, é como se o meu contato abrisse portas. É como não, é isso. E aí, não é o certo. O certo é a pessoa chegar lá, com encaminhamento ou não, e ter acesso. [...] “Se a gente hoje precisa fazer uma rede, às vezes, pessoal para conseguir a garantia de um acesso, já é uma coisa muito ruim. Já temos um problema. O ideal é que eu não precisasse nem fazer contato com a pessoa que está lá, que vai receber. Porque o ideal seria que o usuário chegasse e fosse atendido, ou a usuária fosse atendida. Então, quando a gente precisa fazer esse movimento ainda, de fazer um contato com a pessoa, é como se fosse, olha, dá uma atenção especial nesse aqui, porque eu estou te pedindo. Tá entendendo? Mas acaba também que esse contato é uma forma de perturbar a pessoa para fazer acontecer. É, exatamente isso” (Entrevistada 1).*

*“Existe, mas é pouco, às vezes não suporta o dia a dia nosso. Então, como cada profissional quer que o seu trabalho continue e dê continuidade, aí criamos através desse aplicativo. E aí o seu trabalho roda, não só o seu, como o de todo mundo [...]. Aí, a gente montou esse grupo, que é o aplicativo zap, com todo mundo daqui do centro da cidade. E assim, a gente vai tecendo uma rede para tentar ver a melhor posição para prevenir alguma coisa deles [...]” (Entrevistada 2).*

*“Então foi um meio que a gente montou de ter essa... Toda essa equipe. Que atende todas essas redes, por meio de um WhatsApp com recursos nossos. Com o nosso telefone, com o nosso WhatsApp, às vezes com a nossa internet, para a gente tentar manter [...]. Só melhorou quando esse grupo se fez presente[...]. Você manda, a demanda e eles vão e recebem na hora. Então a gente está criando uma equipe pessoal, uma equipe já nossa, para a gente tentar otimizar isso da melhor forma possível. Mas se for pelos meios normais, não funciona” (Entrevistada 4).*

*“Eu acho que dentro da lógica do município, eu olho o município muito fragmentado. Fragmentado. A equipe do Abrigo construiu uma rede que foi um processo de construção, entendendo da importância dos serviços, entendendo que a gente precisava, que a gente não se construía sozinha. Mas eu não vejo isso no cotidiano das coisas, das políticas [...]. Então eu ainda vejo isso muito fragmentado. E aí é de cunho muito assim... De equipe. Não é um... Não é um processo que é... Uma construção que é coletiva. Ah, é uma equipe X muito empenhada que ela pega um e aí vai fazendo os processos de estar... Falando com a educação, de falando com a saúde, falando com... Não, é assim, é muito...Nucleares as... São muitos de núcleo ali, de atuação, de núcleo. Não é uma coisa que se discuta dentro da política... Está escrito, mas não se discute” (Entrevistada 9).*

*“É porque assim, eu não sei na assistência, mas na saúde, principalmente na saúde mental, a rede funciona muito a partir dos contatos pessoais. Isso tem um lado bom que aproxima e tudo mais, mas tem um lado muito ruim. Porque se você fica muito preso nessa coisa do pessoal, você não institucionaliza o negócio, se aquele profissional sai do serviço, você perde toda uma rede. Então, as relações, eu acho que a rede tem que ser feita das duas formas [...]. Então, são coisas que funcionam eu acho que em conjunto” (Entrevistada 10).*

Sendo assim, a articulação entre os serviços é realizada pela construção de uma rede pessoal entre os profissionais dessas instituições, que buscam construir essa rede para atender as demandas dos usuários. Dessas instituições que estabelecem contatos, as *entrevistadas 6, 7, 8 e 9*, apontam que possuem uma articulação e diálogo maior com as instituições da política de Saúde.

*“Eu vejo muito mais da assistência e da saúde. Saúde mental e saúde integral, que na realidade são os maiores parceiros da assistência social no que diz respeito ao acompanhamento técnico da população em situação de rua. É claro que é necessário que tenha outros serviços, evidentemente, como habitação, como trabalho em renda. Cultura. Porque tem esse direito à cidade e aos equipamentos socioculturais. É fundamental. Mas, infelizmente, a intersetorialidade, ela acaba acontecendo mais nessa relação parceira da assistência com a saúde. Faltando integrar mais os outros serviços. Então, o trabalho da gente acaba ficando... Eu não digo que capenga, não, porque a gente acaba [...], às vezes, fazendo muitos contatos pessoais, porque conhece. Mas não tem que ser assim. Tem que ser uma política intersetorial de fato e de direito[...]. A intersetorialidade, ela é deficitária, porque, primeiro que tem uma demanda reprimida muito grande. Por todos os serviços. E acaba sempre caindo no colo mais da assistência e da saúde.” (Entrevistada 6).*

*“[...] a gente tem também o consultório de rua, que são reuniões também periódicas, e com o pessoal do Creas, Simone de Beauvoir, que também é um outro parceiro próximo e se faz de estudo de caso. E de acordo também com o profissional, com o caso também. Tem casos que você vai discutir com o pessoal da Craf [Central de Recepção de Adultos e Famílias], você vai discutir tal caso com o pessoal do Creas, esse caso precisa ser discutido com o consultório na rua. Então, isso vai depender também de cada caso [...] A saúde está mais perto, mais próxima, por conta desses projetos do consultório de rua. E essa questão também do Creas, porque é a mesma secretaria. O da Craf, porque é da mesma secretaria. Mas as outras secretarias, eu acho que a gente ainda tem um caminho longo para percorrer” (Entrevistada 8).*

*“A gente consegue desenvolver isso de uma forma muito bacana. Com as equipes de saúde, a gente hoje tem uma... As equipes de saúde aqui dentro do Centro POP, que fazem atividades aqui pontuais, não é uma rotina, mas a gente se comunica com as equipes de consultório na rua também.” (Entrevistada 7).*

*“A gente fala muito mais da rede, a gente fala mais com a clínica da família, isso é certo [...]” (Entrevistada 9).*

Pelas falas das entrevistadas, concluímos que o trabalho intersetorial ocorre com maior efetividade entre a Saúde e a Assistência Social, principalmente devido ao fato de as duas políticas possuírem serviços específicos para a população em situação de rua, o que contribui para segregar o usuário ao espaço dos serviços especializados. A existência de serviços específicos para essa população é fundamental, mas deve servir como ponte para contribuir para o acesso às demais políticas sociais e não como muros para resguardá-los e restringir o acesso aos direitos de cidadania (MACEDO; SOUSA; CARVALHO, 2020).

Vale ressaltar, que a responsabilização dos demais setores no atendimento à população em situação de rua é responsabilidade da gestão municipal. Conforme sinaliza a *entrevistada 3*:

*Então outras pastas precisam estar envolvidas e devem ser envolvidas pelo gestor maior. Porque aí sim você tem a possibilidade de diminuir esse número de população em situação de rua, que é o nosso foco principal. Nós precisamos estar na rua o tempo inteiro entendendo que perfil é esse, que demanda é essa, e o que eu preciso provocar é intersetorialidade. Ela deve existir e ela tem que ter o envolvimento veemente das outras pastas [...]. Mas precisa de um foco do gestor para isso. E teve. E as coisas têm se aprimorado. Tanto que agora nós temos um profissional de saúde na ação da rua conosco. E isso melhorou bastante. Mas foi determinação do prefeito.*

Complementando, Beserra (2021, p. 146) assevera, que a implementação da intersetorialidade em um determinado território:

Implica necessariamente numa estruturação profunda do entendimento da gestão e das metodologias de trabalho que precisam ser reorganizadas, de modo que elas estimulem o desenvolvimento de uma colaboração interinstitucional, solucionando conflitos e pensando em ações conjuntas.

Sendo assim, para que se desenvolva um nível maior de integração, é necessário que a junção e a tomada de decisões sejam pautadas no compartilhamento de informações, responsabilidades e ações, para se chegar a um objetivo em comum. No caso do município do Rio de Janeiro, o que se percebe é que a intersetorialidade, ainda ocorre no nível de baixa intensidade, tendo em vista, que são poucas as iniciativas de integração e diálogo entre os setores, a nível de gestão e o que o trabalho intersetorial, é restrito as ações realizadas pelos profissionais na execução dos serviços (BESERRA, 2021).

Isso não significa que a setorialidade deve ser substituída ou superada pela intersetorialidade, mas de romper e superar a distância e a desintegração existente entre os setores. Para tanto, é imprescindível que, mesmo que as políticas sejam executadas de forma setorial, o planejamento, o monitoramento e avaliação sejam realizados em conjunto, a fim de garantir a solidez dos objetivos das políticas públicas (MACEDO; SOUSA; CARVALHO, 2020; BESERRA, 2021).

Nessa perspectiva, Beserra (2021, p.146) ressalta que “a intersetorialidade pressupõe a construção de alterações sólidas nos processos de organização, tanto na gestão das instituições, quanto nos processos de trabalho.”

A autora acrescenta que:

É claro que para isso devemos considerar o grau de legitimidade e centralidade do tema da intersetorialidade na agenda pública quanto no plano decisório; da magnitude dos arranjos e alterações institucionais necessários para viabilizar a gestão horizontalizada; e das alterações nas rotinas, práticas de trabalho e metodologias desenvolvidas (COSTA; BRONZO, 2012 *apud* BESERRA, 2021, p. 148).

Diante disso, efetivar a intersetorialidade no âmbito local, é um desafio, principalmente quando se fala da população em situação de rua, um público que é estigmatizado e alvo de inúmeras violações, o qual muitas vezes os setores “rejeitam”. Contudo, é fundamental, para a promoção de uma atenção integral e humanizada às demandas dessa população e para a garantia do seu acesso amplo aos direitos de cidadania.

As *entrevistadas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9* sinalizam a importância do trabalho intersetorial de assistentes sociais em suas falas:

*“É muito importante a intersetorialidade, porque a pessoa que está em situação de rua, ela tem vários direitos violados. A gente sabe disso. E aí, como qualquer indivíduo, apresenta mil questões que socialmente precisam ser vistas. Então, é uma questão de saúde, uma questão de habitação, uma questão de educação, assistência. Então, quando a gente faz essa ponte, quando a gente trabalha dessa forma, a gente consegue viabilizar [...]” (Entrevistada 1).*

*“A comunicação entre as redes é primordial; possibilitando acompanhar de forma mais precisa e segura, todos os caminhos do usuário, fortalecendo o vínculo com a equipe envolvida e garantindo de forma precisa e assertiva a valorização de seus direitos” (Entrevistada 2).*

*“Isso aqui, sem o assistente social, junto com os outros, o assistente social está engessado. Porque ele sozinho não vai resolver, isso não é um problema do assistente social, da assistência social. Precisa ter os outros pares, precisa ter inclusive os outros olhares. Como eu falei aqui, até para tirar a gente dentro dessa caixinha do suprassumo da pop rua, não é? Somos um conjunto de profissionais, precisamos sim. Os olhares, os outros saberes, eles precisam acrescentar. Não só para mim, para a minha forma de ver a população de situação de rua, mas principalmente para atender a demanda dessa população de rua. Então o trabalho intersetorial do assistente social com as outras profissões, ele é condição “sine qua non” para existir. Senão eu não tenho como atender a população de rua. Não tem como. Eu vou só levantar demanda.” (Entrevistada 3).*

*“É extremamente importante. Proporciona as melhorias de qualidade de vida e o acesso dos usuários [...]. A gente consegue acompanhar a rotina dele. A gente consegue acompanhar se realmente os benefícios deles estão sendo alcançados. Estão sendo atingidos. Os direitos deles estão sendo garantidos. Então, é extremamente importante. Nossa atuação, é de extrema importância.” (Entrevistada 4).*

*“Porque se não for assim, a gente não consegue trabalhar. É aquilo que eu estou sempre cantando a pedra. A gente precisa dos cartórios, a gente precisa da junta militar, a gente precisa da defensoria pública, a gente precisa da área de saúde, das diversas áreas de saúde, senão a gente não consegue avançar com o trabalho. [...] Eu não vejo o nosso trabalho, principalmente do centro pop, se a gente não tivesse essa interlocução, essa intersetorialidade. Então, é de suma importância.” (Entrevistada 5).*

*“O trabalho do serviço social não é sozinho, da necessidade de fazer um trabalho com outros parceiros, que a assistência social por si só não responde objetivamente às questões complexas que envolvem o ser humano, que precisa da relação intersetorial para atender esse sujeito, que esse sujeito que está no abrigo é da rede, e não necessariamente apenas do abrigo e da assistência, que precisa ter outros serviços no processo de acompanhamento” (Entrevistada 6).*

*“Então, dentro da nossa composição, da equipe, a gente não consegue fazer, o serviço social, ele não consegue, a gente não consegue dar conta das demandas dos nossos*

*atendimentos, se não for o trabalho através da intersetorialidade [...]. Sem a gente observar esse indivíduo como um todo, mas entendendo que cada setor, cada instituição é importante para a retomada dessa pessoa da trajetória de vida, e sem o próprio indivíduo mesmo implicado nisso, a gente não consegue avançar. (Entrevistada 7).*

*“Eu acho que assim a gente não resolve caso sozinho. Ninguém tem bolinha mágica e vai fazer os serviços acontecerem, o processo de reflexão, a gente não consegue resolver nada sozinho. A gente precisa que os atores, que tenham outros atores aí trabalhando no atendimento, e no acesso a serviços e direitos. Então, é sozinho. Assistente social não dá conta sozinho, não. Acho que em nenhum local” (Entrevistada 9).*

Nessa perspectiva, o profissional de Serviço Social, como um profissional qualificado “para desenvolver ações que potencializa a capacidade dos indivíduos em se organizar, se articular para a conquista de direitos, [...] possui um papel fundamental para a intersetorialidade, a fim de garantir e defender direitos humanos” (RODRIGUES; FONSECA; FIQUEIREDO, 2016, p. 11-12). Isso é confirmado pelas entrevistadas, ao afirmarem em suas falas que o/a assistente social devido ao seu conhecimento técnico sobre as políticas sociais, pela sua formação ética e política que garante a ele uma visão diferenciada sobre a população em situação de rua, e por ser o profissional que trabalha na perspectiva da garantia de direitos, pode contribuir para o fortalecimento da intersetorialidade.

Por esse viés, Martins (2022, p. 161-162) destaca que um dos desafios colocados aos profissionais de Serviço Social:

*[...] é a superação da fragmentação do trabalho nos programas e políticas sociais, o esgarçamento das demandas. Por meio do atendimento, deve-se compreender a totalidade do indivíduo, mesmo que a organização dos serviços e as ações não permitam atender todas as necessidades apreendidas e mesmo constatadas.*

Para enfrentar tal desafio, e realizar um trabalho intersetorial que produza impactos positivos nas condições de vida da população em situação de rua, é fundamental que o/a assistente social utilize um conjunto de técnicas e instrumentos, como o planejamento, tendo em vista que, possibilita “tensionar e ‘alargar’ a esfera política de luta e defesa dos direitos sociais, bem como a sua operacionalização junto aos indivíduos” (BERTOLLO, 2016, p. 345).

Além disso, o planejamento enquanto uma das atribuições do/a assistente social, se constitui num instrumento estratégico de defesa de uma prática qualificada e sintonizada com a regulamentação profissional e com o Código de Ética, favorecendo tanto a negociação de espaços, condições de trabalho, grau de autonomia e ações necessárias, como o resgate e sistematização do trabalho realizado, iluminando o exercício profissional para os necessários momentos de confronto e disputa (VASCONCELOS, 2015).

Apesar da importância do planejamento para a intervenção profissional, apenas duas das profissionais entrevistadas afirmaram conseguir realizar o planejamento e executá-lo. Conforme, aponta as *entrevistadas 3 e 6*:

*“Então nós temos os roteiros que usaram as informações da reclamação do cidadão com a nossa ida às ruas, fazendo esse levantamento, mapeamento da situação de rua. Os roteiros, isso. É planejado antes. Por exemplo, da semana que vem já está planejado, já está disponível para as equipes. Elas já receberam, elas já sabem onde vão atuar a semana que vem. Isso é feito com antecedência e encaminhado”.* (Entrevistada 3).

*“[...] Nós temos um planejamento que a própria secretaria, que é o PPP. Projeto Político Pedagógico da instituição. Esse PPP é feito pela direção e por nós também [...]. Então, não fazemos todo ano um projeto de intervenção profissional [...] nós temos dentro do corpo do PPP. Quando a gente coloca a metodologia do trabalho, quando a gente coloca as estratégias de operacionalização, quando a gente coloca as dificuldades encontradas, quando a gente coloca sobre as metas, esse projeto, por exemplo, de inserção para o mundo do trabalho, é um projeto que foi o serviço social que fez, com o olhar nosso [...]. É o PPP e esses outros projetos, miniprojetos que nós temos, ou subprojetos que nós temos, que traçam a visão do trabalho que a gente tem. Pautada no nosso objetivo profissional, enquanto assistente social, e das psicólogas também”* (Entrevistada 6).

As demais entrevistadas apontaram dificuldades para colocar em prática o planejamento do trabalho realizado, o que é sinalizado pela *entrevistada 5*, em sua fala:

*“A gente até se planeja. Vou pegar a ficha de fulano, sicrano, vou ver se dá para dar um gás, ver o que eu posso fazer com esses acompanhamentos, procurar marcar com um ou outro usuário que vem, que acessa o serviço. Oh quando fulano vier, avisa que eu quero falar porque eu vi uma oportunidade[...]. Só que a gente acaba não fazendo. Porque é isso. Daqui a pouco vai aparecer alguém aqui que precisa de um atendimento super urgente. Porque ele precisa fazer o cadastro dele, está sem documento e ele já chega aqui batendo a porta, dizendo que ninguém ajuda ele. Então, aqui a gente não tem como prever o número de atendimento. As pessoas vão entrando, vão entrando. Então, assim nosso planejamento fica um pouquinho de lado”.*

A literatura também salienta essa realidade dos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais:

Na iminência da catástrofe, do não atendimento, os assistentes sociais transformam-se em máquinas de atendimento, de números, de preenchimento de cadastros, na tentativa de atender e responder às necessidades da população do território, com o que dispõem. Resta-lhes quase nenhum tempo para leituras, reflexões, planejamento das atividades, organização dos dados gerados pelos atendimentos, para pensar ações para grupos específicos [...]. Não há tempo para isso, sempre há usuários aguardando o atendimento (MARTINS, 2022, p.131-132).

Diante disso, o planejamento é um desafio que se coloca para o/a assistente social, no sentido em que, o profissional é absorvido de uma forma tão intensa pela mecanização e pelo imediatismo, que elaborar maneiras para enfrentar e superar as diversas expressões da questão

social, para além das respostas imediatas é algo difícil frente a esse cenário (MARTINS, 2022; BERTOLLO, 2016). Isso é confirmado pela *entrevistada 9*:

*“Eu acho um grande desafio da atuação profissional, você sempre ter isso em mente, de você buscar conhecimento, buscar análise da realidade [...]. E às vezes você se pega no seu dia a dia com demandas imediatas, e se você não parar, e é um esforço mesmo, eu acho que é um esforço para todo profissional, senão você é levado, até a sua mente fica... Você é levada pelo dia a dia da profissão [...] então você, e é isso, e é um exercício que eu tenho feito cotidianamente, nem sempre eu dou conta do que eu planejei, mas eu tenho tentado fazer um exercício cotidiano do planejamento, justamente para eu não ficar na demanda imediata, e ir mais profundo no meu processo de trabalho, e para me ajudar a olhar, ter um olhar do que eu estou vendo ali.”*

Por esse viés, é imprescindível que o/a assistente social incorpore o planejamento ao seu processo de trabalho, para que ele não se restrinja ao atendimento das demandas imediatas, mas apreenda as questões estruturais da sociedade capitalista implícitas nas demandas apresentadas pela população em situação de rua. Tais demandas são diversas, complexas e multidimensionais, e para serem atendidas de forma integral, necessitam da realização de ações intersetoriais.

## 2. 5 O PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO DE JANEIRO

Segundo o Censo realizado em 2022, no Rio de Janeiro, foram recenseadas 7.865 pessoas em situação de rua, 79,5% estavam na rua, sendo encontrados nas ruas (80,4%)<sup>53</sup> e em casas de uso (19,6%) e 20,5% estavam acolhidos em unidades de acolhimento (85,1%); em comunidades terapêuticas (11,4%) e nos hospitais e caps (3,5%)

Os dados demonstraram que: 26,8% estão em situação de rua há mais de um ano e até 5 anos; 81,9% são do sexo masculino e 17,5% do sexo feminino; no que diz respeito ao gênero 1,6% são transexuais e 0,4% são travestis; 83,7% são negros; 70,8% possuem entre 18 e 49 anos<sup>54</sup>; 77% estão concentrados nas áreas do Centro; Zona Sul e Grande Tijuca e Zona Norte<sup>55</sup>,

<sup>53</sup> O número de pessoas que foram encontradas nas ruas, teve um aumento de 18,39%, em comparação ao cenário de 2020.

<sup>54</sup> O número de pessoas em situação de rua em idade produtiva, teve um acréscimo de 5,1%, em relação ao Censo realizado em 2020. O que confirma a fala da *entrevistada 3*, de que o perfil dessa população no Rio de Janeiro é de homens negros em idade produtiva, que estão nessa situação há mais de 3 anos.

<sup>55</sup> Áreas Programáticas - AP 1, 2 e 3 respectivamente. Vale ressaltar que foram encontradas um número considerável de pessoas em situação de rua nas AP 4 (9,47%) e 5 (13,4%). Isso se deve ao fato de o número de pessoas em unidades de acolhimento serem maior do que nas outras regiões.

destes 30,2 % estão concentrados na região da Zona Norte<sup>56</sup>; 88 % sabiam ler e escrever um bilhete simples; 64 % possuíam o ensino fundamental incompleto e 52,7% recebiam algum benefício governamental (bolsa família, aposentadoria/pensão, benefício de prestação continuada, auxílio doença e auxílio habitacional temporário)<sup>57</sup>.

As falas das entrevistadas, ao serem perguntadas a respeito das suas percepções sobre a população em situação de rua, confirmam esses dados. A questão racial, é a mais perceptível, 9 das 10 entrevistadas, apontaram que o perfil racial do público atendido nas instituições em que trabalham é predominantemente de negros.

Além disso, a entrevistada 6 em sua fala, relaciona essa questão racial da população em situação de rua com o período de escravidão dos povos negros, que durou 388 anos no Brasil.

*“Bem, a gente vai se remeter à época da escravidão, das pessoas escravizadas. Porque foram pessoas libertas que foram colocadas na rua sem garantia de moradia e de emprego. E assim se formaram as favelas no Rio de Janeiro, e em outros lugares. Então são pessoas sem coberturas sociais há muitos anos [...]. Então, a minha visão é essa. É uma população que já é sofrida e que já vem desde o tempo da luta pela abolição da escravidão”.*

Por esse viés, Cerqueira (2011) em suas análises sobre a origem do fenômeno população em situação de rua no Brasil, relaciona o seu surgimento com o fim do regime de trabalho escravocrata e a transição para o regime de trabalho livre e assalariado. Tendo em vista que, a abolição da escravidão “não foi acompanhada pela organização de políticas sociais, que pudessem garantir o acesso ao emprego, à educação, à moradia e às condições dignas de sobrevivência” (OLIVEIRA; MARTINS, 2022, p. 408).

Pelo contrário, o capitalismo tardio do Brasil, se apropriou das desigualdades raciais, “tornando-as funcionais ao seu processo de reprodução e de acumulação de riquezas”, o que, articulado “à dominação e à exploração de classe, contribuiu para que o recorte racial seja um traço permanente da população em situação de rua no Brasil” (OLIVEIRA; MARTINS, 2022, p. 409-410).

Outra característica das pessoas em situação de rua do Rio de Janeiro, importante de ser destacada, e que reflete o perfil nacional, é que são trabalhadores. 78,6% dos entrevistados exercem alguma atividade para a obtenção de renda. Os resultados apontaram que: 64 % trabalhavam na informalidade, no qual 57,7 % são catadores, 20,7% camelôs, 3% flanelinhas. Apenas 3,5% dos respondentes trabalhavam de carteira assinada. Contrariando o imaginário

---

<sup>56</sup> O número de pessoas em situação de rua na região da Zona Norte é um maior do que na região do Centro (28,4%), devido ao fato de terem mais pessoas em unidades de acolhimento e em comunidades terapêuticas. É importante destacar que na AP 1 e 2 não têm comunidades terapêuticas.

<sup>57</sup> Dos 7.865 recenseados, apenas 4.025 responderam à pergunta sobre possuir outra fonte de renda.

social sobre essa população, apenas 2,9% praticavam a mendicância. De acordo com Santos (2011, p. 32) “esses dados são importantes para desmistificar a percepção de que a população em situação de rua é composta por mendigos e pedintes”.

As *entrevistadas 1 e 7*, trazem essa percepção da população em situação de rua como parte da classe trabalhadora.

*“A pessoa que está em situação de rua é classe trabalhadora” (Entrevistada 1).*

*“A minha percepção de população em situação de rua é que a população em situação de rua é uma camada da classe trabalhadora” (Entrevistada 7).*

Os dados do Censo (2022), sinalizam algo que a literatura especializada na temática já aponta há alguns anos: a população em situação de rua possui um perfil heterogêneo, com características diversas, e é um fenômeno multifacetado e multideterminado, que não deve ser compreendido à luz de somente um determinante.

As *entrevistadas 6, 7, 8 e 10*, também apontam a heterogeneidade e a multideterminação do fenômeno em suas falas.

*“Os homens autônomos, por exemplo, o perfil deles de escolaridade é baixa. A gente recebe homens com vínculos rompidos das suas famílias, por uma série de razões. Nós recebemos homens egressos do sistema prisional. Nós recebemos homens jovens, principalmente, que não podem retornar para as suas comunidades. Então, nós temos um perfil muito heterogêneo” (Entrevistada 6).*

*“[...] essas pessoas vieram para a situação de rua por várias questões, por dependência química, por desestrutura familiar, por situação de conflito em comunidade, por várias questões, várias questões mesmo, a questão é multifatorial e cada indivíduo é único” (Entrevistada 7).*

*“São tantas questões que levam a uma pessoa procurar essa situação que eu não posso te falar que tal pessoa procurou por causa do desemprego, procurou por conflito na comunidade, procurou por conta do uso de drogas. São tantas vertentes, que fazem com que a pessoa, naquele momento, se desestabilize” (Entrevistada 8).*

*“É uma população [...] assim, não dá para a gente generalizar porque o que eu vejo é que quem está na rua, não tá simplesmente pelo mesmo motivo, não tá simplesmente por uma falta de... Ah, não conseguir emprego, não conseguir isso, não, são vários os determinantes que fazem essa pessoa estar na rua” (Entrevistada 10).*

Os dados do Censo (2022), confirmam as falas das entrevistadas sobre os fatores desencadeantes da situação de rua. Os resultados apontaram como principais: os conflitos familiares (43 %); alcoolismo ou uso de drogas (21,5 %) <sup>58</sup> e demissão, desemprego ou perda de renda (12,8 %).

---

<sup>58</sup> O número de pessoas que foram para a situação de rua devido ao alcoolismo e uso de drogas teve um crescimento de 3,8%, comparado com o Censo realizado em 2020.

No que diz respeito aos conflitos familiares, os dados levantados pelo Censo (2022) apontam que 51,7% das pessoas em situação de rua entrevistadas possuem uma referência familiar com quem mantém contato, “porém, os vínculos afetivos e de solidariedade que os unem se encontram fragilizados ou completamente interrompidos” (SILVA, 2006, p. 101), o que explica o fato dos conflitos familiares figurarem entre o principal motivo da situação de rua, tendo em vista que, apesar da família ser um importante espaço de apoio material e afetivo e de proteção para os seus membros, ela também é um espaço de contradições, de conflitos, de reprodução da dominação, exploração, opressão, violência, e que nem sempre terá condições de prover o apoio necessário aos seus membros (TIENGO, 2016; SILVA, 2006; SANTOS *et al.* 2005).

Silva (2006, p. 101-102) aponta que a fragilização dos vínculos familiares é uma das maneiras dos problemas econômicos se materializarem, mas também ressalta que:

[...] Existem outros fatores estruturais ou fatores ligados às histórias de vida dos indivíduos que conduzem à fragilização e ao rompimento dos vínculos familiares, como as desavenças afetivas, os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância às situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas.

A *entrevistada 5* também aponta essa questão em sua fala:

*Mas eu percebo que muita gente é fruto do uso de drogas. É muita situação de conflito familiar. Então, esse conflito geralmente é por conta do uso abusivo de drogas, é por conta de também transtorno mental. A gente vê uma parcela da população muito adoecida e sem a compreensão da família.*

Se o uso e o abuso de álcool e outras drogas também aparece como um fator que pode levar à fragilidade e ou rompimento dos vínculos familiares, o inverso também ocorre. 25,3 %<sup>59</sup> dos entrevistados, responderam que começaram a usar drogas devido a perdas afetivas e conflitos familiares, o que expressa a interrelação existente entre esses fatores, e que não podem ser pensados de forma isoladas como se sozinhos causassem a situação de rua.

Além disso, no tocante ao uso e abuso de álcool e outras drogas, o Censo (2022) apontou que 83% dos entrevistados fazem uso de pelo menos uma droga e que 77,3% usam todos os dias. O alto grau de dependência química da população em situação de rua, também figura entre as características mais marcantes do seu perfil sinalizadas por todas as participantes dessa pesquisa. Algumas mencionaram em suas falas que é uma população com muitos dependentes químicos, muito adoentada física e mentalmente e que as doenças psíquicas em algumas situações são consequências do uso abusivo do álcool e outras drogas.

<sup>59</sup> Dos 7.865 recenseados, apenas 1070 responderam essa pergunta.

Outra característica que merece destaque no perfil da população em situação de rua no Rio de Janeiro, é a existência de dois grupos, um que utiliza a rua somente como estratégia de sobrevivência e depois volta para as suas casas, e o outro que além de utilizar como local de trabalho, utiliza como local de moradia. A *entrevistada 3* sinaliza esse aspecto em sua fala:

*“Você tem pessoas que estão na rua para utilizar a rua como forma de sobrevivência. E tem pessoas que estão na rua e não saem da rua, porque ali é o seu território de moradia, de ganha-pão, de tudo. [...] Agora aumentou muito o número de pessoas que se utilizam da rua como estratégia de sobrevivência. Elas vêm, passam o dia inteiro na rua e voltam para as suas casas no final do dia. Outras vêm de outros municípios, passam o dia inteiro na rua e voltam no final de semana. Então você tem muitas pessoas que estão utilizando-se da rua para uma questão de sobrevivência. E você tem o público já antigo, que é a situação de população de rua mesmo que fica, que cata, que faz reciclagem, fica no sinal, fica na cidade, fica por ali mesmo e não volta para rua. Então são dois públicos na rua com perfis diferentes”.*

Sobre o crescimento do número de pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro, as *entrevistadas 6 e 9* apontam que:

*“[...] a gente sabe que houve um crescimento, que não são só 7 mil e poucas pessoas, pelo último censo que a prefeitura fez, a gente acha que houve subnotificação”<sup>60</sup> (Entrevistada 6).*

*“Eu tenho a avaliação que o grupo está crescendo cada vez mais. Acho que na pandemia cresceu muito e na pandemia houve uma... Não sei se a palavra é mudança de perfil, mas houve... A gente começou a perceber que o ingresso de pessoas que nunca tinham passado, de um grupo grande que nunca tinha passado pelo processo de rua, dado que sempre teve uma vida independente, via trabalho formal. E aí teve um grupo grande. Eu penso que a fragilização das políticas, o acesso à renda, o acesso ao mercado de trabalho, acho que isso tem impulsionado, tem fragilizado demais a sociedade. E a gente vê isso no público que fica cada vez maior na população de situação de rua. A ausência de segurança pública, para você propor serviços em áreas que o Estado não entra ainda ou tem muita dificuldade de entrar”.* (Entrevistada 9).

Sendo assim, o desmonte e a precarização das políticas sociais, concretizadas pela Constituição Federal de 1988, como responsabilidade do Estado e direito de cidadania, são um dos fatores que contribuem para o agravamento das expressões da questão social e consequentemente para a intensificação do fenômeno população em situação de rua (OLIVEIRA; MARTINS, 2022).

Além disso, a pandemia da Covid-19, aliada ao aprofundamento das políticas econômicas de recorte neoliberal, reforça, expõe e potencializa as desigualdades sociais, indissociáveis da estrutura social capitalista, produzindo uma crise econômica, social, política, moral, sanitária etc., que afeta e penaliza principalmente as pessoas em situação de rua.

---

<sup>60</sup> O Censo de 2022, apontou um crescimento de 8,15 % no número de pessoas em situação de rua com relação ao Censo realizado em 2020.

A ausência das políticas sociais, como um fator que contribui para a situação de rua, é apontada pela *entrevistada 3*, em sua fala:

*“Ela não nasceu. Não se criou ali. As ausências o levaram ali. [...] Então, a ausência das outras políticas na vida daquele indivíduo, culminaram, ele está em situação de rua”.*

Nessa perspectiva, Ferro (2012, p. 36), comenta que, a negligência estatal com a população em situação de rua, é um reflexo da “a invisibilidade do fenômeno para o poder público. Nesse sentido, a ausência de políticas sociais é também uma política”.

Complementando, as *entrevistadas 2, 3 e 7*, sinalizam em suas falas que a população em situação de rua ainda não é “vista” pela sociedade e em muitas situações também é negligenciada pelo Estado.

Quando é “vista”, a população em situação de rua, é em muitas situações alvo de preconceito, discriminações, violências e violações de direitos, não somente por parte da sociedade, mas também pelos profissionais das instituições públicas e privadas, o que limita o acesso aos direitos sociais e humanos garantidos legalmente.

Os processos de violência e violações de direitos vivenciados pela população em situação de rua, são confirmados pelas *entrevistadas 1 e 4*, em suas falas:

*“Então, assim, é violência acontecendo atrás de violência, é uma violência direta, física, uma violência onde não tem teto, onde não tem comida, uma violência policial, de repressão, ou uma violência simbólica, da pessoa estar ali e olhar, já acha que vão assaltar, ou a pessoa está ali porque quer, enfim [...] E a pessoa que está em situação de rua não está assim, sabe? Está sendo violada, está sendo extremamente desprovida dos seus direitos básicos [...]” (Entrevistada 1).*

*“Muitas das vezes eles acham que o assistente social vai pegar eles e vai jogar numa instituição. Eles não gostam de instituição. Eles sempre relatam que abrigo...Instituições para idosos, muitas das vezes, porque tem muito idoso, eles são maltratados” (Entrevistada 4).*

Essas práticas reforçam o preconceito, a estigmatização e o não reconhecimento da população em situação de rua como sujeitos de direitos, relegando-a a um lugar marcado pela subalternidade, pela exclusão social e pelo abandono.

### **3 OS IMPASSES E DESAFIOS: LIMITES AO TRABALHO INTERSETORIAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as análises realizadas sobre os limites colocados para a realização do trabalho intersetorial, entre as assistentes sociais participantes desta pesquisa, com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Com base nos registros das entrevistadas e na literatura especializada na temática, aborda elementos importantes para a compreensão, de como as formas de gestão e implementação das políticas sociais brasileiras; a ausência e/ou a precarização dos serviços socioassistenciais; a centralidade atribuída a política de Assistência Social; a presença da lógica do “favor” e da “culpabilização” no atendimento à população em situação de rua e as condições de trabalho das assistentes sociais, são fatores que dificultam a efetivação da intersectorialidade no atendimento à população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

#### **3.1 AS FORMAS DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

As políticas sociais são compreendidas na contemporaneidade como um conjunto de ações e programas estatais, que se materializam na oferta de bens, serviços e benefícios monetários e na regulamentação de componentes do mercado a fim de assegurar proteção social para as diversas contingências, riscos e problemas sociais que afetam os diferentes segmentos populacionais (MARTINS, 2022).

O nível de proteção social garantido pelas políticas sociais, depende “do quanto a sociedade encontra-se desenvolvida e aberta a repartir a riqueza socialmente produzida de forma mais justa, reduzindo assim, o abismo existente entre os estratos sociais” (MARTINS, 2022, p. 199). Além disso, o autor acrescenta que:

A natureza e o impacto das políticas sociais dependem ainda das diferentes formas nacionais de capitalismo, bem como do papel estratégico que as políticas sociais, como direito público podem desempenhar, decorrentes do conflito de interesses e da constante relação entre o Estado e a sociedade [...]. As diferentes visões de quanto a política social deve incorporar de proteção é um misto de interesses ideológicos e teóricos. O que se materializa é a expressão das possibilidades e do consenso político do momento. (MARTINS, 2022, p. 197-198).

Complementando, Bellini *et al.* (2014, p. 3), comenta que, as políticas sociais, como “normativas e programas de ações”, além de serem a concretização das decisões governamentais, envolvem a disputa de projetos e interesses diversos “nos espaços sociais de formação da agenda e das prioridades de ação”. Por esse viés, as políticas sociais públicas, se configuram:

[...] a partir de arenas de participação, mas também de conflitos e diferentes arranjos políticos, disputas e coalizões. Como processo permanente, podem ser remodeladas e reorganizadas em ciclos de avaliação e incrementações [...]. Nesse sentido, a verificação e o controle da execução dessas políticas tornam-se fundamentais para a avaliação da efetividade do processo (BELLINI *et al.* 2014, p.3).

No Brasil, a participação social da sociedade civil, na gestão das políticas sociais foi garantida pela Constituição Federal de 1988, através da “inclusão de mecanismos da chamada democracia direta e participativa, como a institucionalização dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, em todos os entes federativos e com participação paritária na representação da sociedade civil e do Estado” (SILVA, 2012, p.3).

Além disso, o dispositivo constitucional inaugurou um novo período para as políticas sociais “no qual o modelo da seguridade social passa a estruturar a organização e o formato da proteção social brasileira, em busca da universalização da cidadania” (FLEURY, 2008, p. 8).

O modelo de seguridade social se caracteriza por um conjunto de políticas públicas, que através da intervenção do Estado, objetiva garantir a todos os cidadãos um mínimo indispensável a sua subsistência, no que diz respeito a renda, bens e serviços, e pautadas no princípio da justiça social. De acordo com Fleury (1994, p. 109) “os benefícios são concedidos de acordo com as necessidades, como direitos universalizados em base a um piso mínimo o que asseguraria um eficiente mecanismo de redistribuição da riqueza social e correção das desigualdades de mercado”.

Para a gestão e implementação das políticas de seguridade social, a referida Constituição também apresenta a estratégia de cooperação entre os entes federativos, através da descentralização político-administrativa, aproximando as políticas sociais dos territórios em que serão implementadas e “abrindo caminhos para um processo de democratização dos processos de tomada de decisão e equalização” (SILVA, 2012, p. 3); e a estratégia da intersetorialidade, a fim de garantir o atendimento integral aos problemas sociais complexos vivenciados pelos cidadãos, e a efetividade das políticas sociais públicas.

Complementando, Beserra (2021, p. 56) em suas análises sobre a organização das políticas sociais no Brasil, ressalta que, com base no novo ordenamento, “os governos locais

agora assumem funções de gestão das políticas e das instituições que nelas operam, [...] tanto em parceria com os outros entes federados quanto por iniciativa própria”. A autora ainda acrescenta que com a descentralização e federalização do país “os municípios passaram a ter maior autonomia política, administrativa e financeira, incluindo a descentralização de recursos e atribuições” (BESERRA, 2021, p. 57).

Essas estratégias escolhidas pelo Estado, a partir da Constituição Federal de 1988, no entanto, “acabam sofrendo os impactos do reforço das políticas neoliberais e de ajuste fiscal, iniciados nos anos 1990, ainda durante o governo do então presidente Fernando Collor de Mello” (BESERRA, 2021, p. 65).

Além disso, em leitura a Martins (2022, p. 201) vemos que as políticas sociais positivadas pela Constituição como direitos sociais universais são embargadas,

[...] pela penetração do neoliberalismo na lógica do novo padrão de acumulação, nos novos contornos do Estado e nas políticas desenvolvidas daí para frente. As sucessivas reformas, o funcionamento precário das políticas sociais e a transferência de parte das funções do Estado para a iniciativa privada compuseram a trama para implantar o Estado gestor e os primeiros sinais do que viria a ser o neoliberalismo no Brasil.

As reformas que têm sido realizadas desde então, foram as motivadoras de mudanças significativas na esfera da gestão pública, inserindo-a “num novo cenário político, com implementação de mudanças macroeconômicas e administrativas nos serviços” (BESERRA, 2021, p. 65).

Além desses fatores conjunturais, Beserra (2021, p. 72) expõe que existem fatores institucionais que rebatem diretamente no desenho e no ciclo das políticas públicas setorizadas, tais como: “o peso do sistema de governo, a variável político eleitoral, a burocracia e o papel que o Estado desempenha em torno de uma determinada questão”. No Brasil, se juntam a esses fatores a influência do “federalismo sobre as decisões dos gestores e a organização territorial de poder”.

Nesse sentido, a autora acrescenta que não é possível assegurar que “a federalização e a descentralização entre estados e municípios significaram maior articulação entre instituições e políticas públicas, já que estas foram se estruturando através de forte setorização, especificidade e fragmentação na condução das suas ações” (BEZERRA, 2021, p. 72).

Diante disso, a implementação da intersetorialidade, é um desafio que se coloca para a gestão das políticas sociais contemporâneas, devido a estruturação histórica das políticas sociais brasileiras, que pautadas pela setorização e fragmentação, são “concebidas e organizadas para serem implementadas isoladamente, sem que haja planejamentos conjuntos e ações articuladas” (WANDERLEY, MARTINELLI; PAZ, 2020, p. 8).

A setorização das políticas sociais públicas, se manifesta “na estrutura administrativa, dos três níveis de governo, na formulação, coordenação e execução dos serviços públicos, e via de regra, cada área da política pública especializa-se com a definição de normativos, procedimentos buscando recursos (humanos, físicos e orçamentários) para sua viabilização” (WANDERLEY, MARTINELLI; PAZ, 2020, p. 8).

Ao discutir sobre a setorização, Beserra (2021) destaca que, esse modo de estruturar e organizar as políticas públicas está subordinado “a um entendimento fragmentado do sujeito social que, conseqüentemente, implica também em um atendimento fragmentado das demandas e das respostas com as quais as políticas públicas se direcionam”. O que significa, que muitas ações, até dentro de um mesmo setor, passam a ocorrer de forma isolada. Isso é confirmado pelas falas das *entrevistadas 8 e 9* ao falarem sobre a relação entre os diversos setores no município do Rio de Janeiro.

*“Eu acho que a gente precisa ter a Secretaria de Trabalho, a Secretaria de Educação mais próxima, a Secretaria de Habitação. E essas pessoas estão muito longe” (Entrevistada 8).*

*“As coisas não se falam. Eu acho as políticas muito fragmentadas. Sabe o médico que só olha o fígado? Não é o que ele... Não vai olhar o corpo todo? Existe um processo por trás, é isso que a gente precisa entender. As políticas precisam entender que existe um processo por trás das demandas, das situações que ocorrem. E muitas vezes os setores não se falam [...] a educação está lá na educação, a habitação está lá na habitação. Gente, o emprego... O que a gente tem? O que eu tenho... O que a gente tem discutido com a Secretaria de Trabalho e Renda é absurdo [...] Então, assim, esses setores não se falam, de modo geral” (Entrevistada 9).*

Para Wanderley; Martinelli; Paz (2020, p. 8) as conseqüências da setorização, têm sido percebidas no decorrer das diversas gestões públicas, através da “desarticulação, fragmentação e sobreposição das ações, além de expor as famílias, indivíduos e grupos atendidos pelas políticas a um paralelismo de intervenções e, muitas vezes, à duplicidade de cadastros e procedimentos para acesso aos serviços públicos”.

Esse modelo de gestão e implementação das políticas sociais públicas, limita a realização de um trabalho intersetorial no atendimento às demandas da população em situação de rua, tendo em vista que são concebidas de forma desarticuladas e fragmentadas, e as ações realizadas ocorrem de forma isoladas, dificultando a realização de um diálogo e das articulações entre os setores.

Sobre a fragmentação da gestão e da implementação de respostas de proteção social, Sposati (2013, p. 660), destaca que:

As marcas de descontinuidade, não integralidade, fracionamento, não igualdade de acesso e de reconhecimento presentes na dinâmica da proteção social brasileira se expressam de múltiplas formas, estimulando que princípios como da distinção, da competição, do individualismo, invadam e se apropriem da proteção social. A fundamentação da proteção social em valores de solidariedade, ou do “solidarismo cidadão”, firmados no reconhecimento horizontal de igualdade, é subsumida e submetida ao individualismo e fragmentação.

Além da fragmentação, a burocracia do Estado no desenvolvimento de ações e serviços para a população em situação de rua, também é um dos fatores apontados pelas *entrevistadas* 1, 2, 5 e 9, como limitadores do atendimento integral às demandas dessa população.

*“E aí, até em relação à saúde, uma questão que interfere bastante é com o consultório na rua da região do hotel, porque entende-se que pessoa em situação de rua é uma pessoa que está constantemente em movimento. E aí, vai uma pessoa que está na área do hotel. Aí tem um postinho, tem posto de saúde, clínica da família na área do hotel. Aí a pessoa vai ter o atendimento lá, aí vão dizer, mas você mora onde? Ah, eu estou em situação de rua, mas hoje eu fiquei na Tijuca. Não, então você precisa ir para Tijuca. Aí, chega lá na Tijuca, três dias depois... Não, mas aí você dormiu onde? Ah, no Meier. Então, manda a pessoa...Então, assim, isso, essa concepção essa dificuldade de assistência em saúde para a população em situação de rua, na realidade do hotel, do hotel estadual, no caso, é muito ruim, péssima, onde precisa ser seriamente reavaliado (Entrevistada 1).*

*“O albergue mais não pode ficar com as coisas. As pessoas vendem biscoito, como é que vai guardar? Não pode subir. Aí, tem a política de dormir, mas a pessoa é comerciante, é camelô durante o dia. E a mercadoria dele fica onde? Na rua? E se você não vender a paçoca toda? [...] A gestão está lá vendo que a pessoa vende paçoca, onde vai guardar as dez paçocas, onde? Não pode entrar. E aí, você me responde. É não concordar. Aí você liga para lá, fala tipo, tem um olhar, não sei o quê. Aí você escuta desaforo, quem está aqui? Sou eu ou você? Essas coisas existem, lógico. Só que você tem que saber lidar com esse mal-estar e saber, abre uma exceção, ele trabalha como camelô, e as paçoca dele vai ficar onde? Ele não vendeu, faltam duas caixas. As caixas estão fechadas. Onde ele vai guardar as caixas para dormir no albergue? [...] A própria gestão é engessada, como as políticas públicas elas são engessadas” (Entrevistada 2).*

*“Às vezes a morosidade para a aquisição das coisas, mas aí não tem jeito. A questão dos exames, que é difícil. A questão de...A documentação, tipo, documentação civil. A pessoa fica anos sem documento. De repente vem um benefício aí, ela fica louca atrás do documento. Só que a certidão dela é do Acre. Vai demorar cerca de três meses, então não adianta. É um desafio? É. Podia facilitar a vida do cidadão? Poderia. Era só uma ligação do Acre para cá, o cartório tal. Imprime aí. Pronto, acabou. Mas, tem toda a burocracia, tem todos os serviços. Enfim [...]. Essa questão também dos cartórios, se pudessem serem mais céleres” (Entrevistada 5).*

*“Teve residente que passou pela gente, saiu com hérnias, guiniais imensas. Aí ele voltou, acho que no começo desse ano, ele foi lá no abrigo E aí, tudo bem? Como é que você está? Já fez a cirurgia? Ainda estou na fila. O homem não consegue ter um emprego direito, porque ele não pode pegar peso. E ele tem que ficar anos na fila de uma cirurgia que teoricamente é simples? É muito complexo. Muito complexo [...]. Então, assim, é aquela coisa assim, você pede um serviço e aí vem naquela lerdeza. Naquele jeito. Quando vem, quando não vem, ou quando as gestões tentam dar os jeitinhos, porque mandam que se encaminhe, mas demora tanto que de algumas coisas você vai dando os seus pulos. Coisas que o poder público deveria garantir” (Entrevistada 9).*

Sendo assim, é fundamental que as políticas sociais públicas sejam concebidas, implementadas e geridas levando em consideração as necessidades e demandas da população alvo de suas ações, a fim de contribuir para o acesso desta aos seus direitos de cidadania. Do contrário, a supervalorização das instituições e da burocracia, podem acabar se tornando instrumentos de violação de direitos.

A mudança na atenção as demandas da população em situação de rua, pautada pela cidadania e pela integralidade e intersetorialidade requer, vontade e “decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questão social e dos cidadãos que demandam atendimento público” (WANDERLEY, MARTINELLI; PAZ, 2020, p. 8).

Nessa perspectiva, ao apontar os desafios para a realização do trabalho intersetorial, a *entrevistada 9*, sinalizou o impacto da ausência de vontade política<sup>61</sup> para a atenção integral da população em situação de rua.

*“[...] na minha avaliação, eu sinto um pouco a ausência de vontade política, de não é só tirar da rua e colocar dentro dos equipamentos. Você precisa ter equipamentos de condições de receber, você precisa ter equipes técnicas completas, equipes, completas, de pensar o processo quais são os desafios, você precisa mais se incorporar a nível de recursos humanos, de pensar os espaços que estão sendo colocados para as pessoas”. [...] eu acho que a gente precisa pensar em programas que atendam esse perfil, sabe? A questão do trabalho, eu penso que falta muita vontade política, vontade de... porque existem as agências, existe a oferta de trabalho, a oferta de vagas, que já existe, mesmo a demanda é grande, mas a gente precisa de uma equipe que tenha um olhar diferenciado para esse público” (Entrevistada 9).*

Complementando, Yazbek (2010, p. 26) expõe que a gestão intersetorial das políticas sociais no enfrentamento as situações concretas vivenciadas pela população em situação de rua,

Supõe vontade, decisão, que tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve, portanto estruturação de elementos de gestão que materializem princípios e diretrizes, a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e [...] trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potência, às ações.

Além da vontade política, na percepção de Beserra (2021, p. 21), um outro fator presente na organização das políticas sociais públicas e que “desafia o direcionamento de ações

---

<sup>61</sup> De acordo com Silva; Cambraia (2020, p. 163) “a vontade política começa com uma transferência de vontade ou transferência de poder. O cidadão transfere a sua vontade para um representante político e este, em nome daquele que originalmente detém o direito, passa a ter a autorização para tomar decisões. Ou seja, o representante pode utilizar essa concessão para agir em prol de si mesmo, buscando algum projeto pessoal ou defender os projetos de interesse de toda a população, a fim de que seja concebida uma vontade política”.

intersetoriais entre as instituições inseridas no campo da proteção social”, é a redução dos investimentos nas políticas públicas. Isso é confirmado pelas falas das *entrevistadas 3, 6, 9 e 10*.

*“É um desafio você propor política sem orçamento. Não tem como garantir o olhar amplo, uma atuação ampla com cinco vans no município do Rio de Janeiro. Cinco vans não atendem nem a Zona Sul, imagina o município como um todo” (Entrevistada 3).*

*“E que requer verba. Verba. Sem recurso, não tem materialidade. Então, o município precisa de verba. No bolo da prefeitura para as secretarias, a secretaria municipal de assistência social deveria ter um bolo no orçamento da prefeitura muito maior do que tem. Já foi 5%, já foi 4%, 3%, 2%. Eu acho que hoje é 2% ou 3% no bolo orçamentário da prefeitura que se destina a assistência social. Então, é muito pouco. É muito pouco. Então, tem que ter muita vontade política. E muita proposta concreta para acabar essa situação. Se não houver investimento público. E da rede privada. A situação pouco muda” (Entrevistada 6).*

*“Isso fica muito, não é individual, mas isso fica muito, isso desresponsabiliza de certa forma, o poder público, e aí as gestões assumem um papel que na verdade não deveria ser dela. Esse papel deveria ser de política pública, de investimento, e você só ter um espaço que você fala que é para acolhimento sem investir nele fica muito complexo [...]. Nesses últimos anos, de modo geral, a gente teve uma fragilidade na política muito séria. E, assim, pessoalmente, posso falar que esses últimos quatro anos foram broxantes, não só pela pandemia, mas pelos programas, pela política social existente, da perda de direito, da fragilização, da perda de orçamento” (Entrevistada 9).*

*“[...]eu acho que as políticas públicas, elas precisam, sobretudo, assistência social, acho que precisa de um investimento que seja um investimento menos fiscalizatório, que seja, porque é isso, é um recurso que chega, mas que chega muito condicionado a uma produtividade [...] então, o que a gente tem visto é, assim, todos os problemas que eu tenho visto, assim, crescerem nesse momento estão muito mais concentrados nesse recuo, nessa retração aí do investimento das políticas públicas, sobretudo a partir desse último governo, então, basicamente isso” (Entrevistada 10).*

Vale ressaltar, que esses fatores não podem ser pensados de forma isolada, mas de forma interrelacionada, visto que, é necessário esforço e vontade política para pautar na agenda pública o investimento dos recursos públicos em políticas que efetivamente estejam voltadas para atender as necessidades da população em situação de rua e não em políticas personalistas e partidárias, conforme aponta a *entrevistada 3*:

*“Assim, muitos serviços são pensados de acordo com o secretário da pasta ou o chefe maior. E não necessariamente é para atender ao público que nós atendemos. Não necessariamente é para atender a demanda real da população. E não vai faltar dinheiro para fazer isso. Para aquilo que é essencial pode faltar”.*

Essa apropriação dos recursos públicos para atender interesses privados, é uma característica perversa do aparato estatal, organizado em setores administrativos, como “uma rede de partes interdependentes, arranjadas dentro de uma sequência específica e apoiada por

pontos de resistência ou rigidez precisamente definidos” (MORGAN, 1996 *apud* INOJOSA, 1998, p. 39).

Por esse viés, Inojosa (1998, p. 39), destaca que, “a conformação histórica dessa organização foi eivada por valores patrimonialistas e clientelistas presentes na sociedade, introduzindo a confusão entre o público e o privado”. A autora acrescenta que se somam a esses valores, uma visão mecanicista que estruturou um aparato excludente, “tanto do ponto de vista da participação nas decisões quanto na contribuição para a redistribuição de riquezas”.

Complementando, ao discutir sobre o financiamento das políticas sociais e o uso dos recursos públicos, Salvador (2012, p.5) expõe que:

No capitalismo ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. O orçamento público é um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses. Os interesses dentro do Estado Capitalista são privados e, a partir da década de 1980, há um domínio hegemônico do capital financeiro. Sob o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida, potencializando a crise estrutural do capitalismo.

O autor ainda ressalta que, o orçamento público é o que dá materialidade as ações planejadas pelo Estado e reflete quais são as políticas públicas que são prioridade para o governo. Além disso, ele deve assegurar os recursos necessários para o financiamento das políticas sociais, a fim de contribuir para a consolidação dos direitos de cidadania.

Sendo assim, é fundamental, que os recursos públicos estejam a serviço dos interesses da população e não reféns do capital financeiro, priorizando a oferta ampla de serviços sociais que estejam voltados para o atendimento integral das demandas colocadas pela população em situação de rua.

### 3.2 A AUSÊNCIA E/OU A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A política municipal para população em situação de rua, promulgada em 2018, é um “marco na transição da população em situação de rua de fetiche do assistencialismo para ‘sujeito coletivo de direitos’” (CORREIO; COSTA, 2014, p. 31) visto que pela primeira vez, ela é reconhecida legalmente como portadora de direitos de cidadania. Além de assegurar o acesso a uma gama de serviços e programas no âmbito das políticas públicas. Contudo, a política

municipal, chega ao seu quinto aniversário, sem cumprir a maioria dos objetivos propostos em seu artigo 6º, dentre os quais podemos destacar:

[...] implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua; ampliar a oferta dos centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social; ampliar a oferta dos consultórios na rua, no âmbito da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde e fortalecimento da rede de atenção psicossocial; incluir a população em situação de rua como público-alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de postos de trabalho; garantir ações de apoio e sustentação aos programas de habitação social que atendam à população em situação de rua, com o acompanhamento social desenvolvido por equipe multidisciplinar, nos períodos anterior e posterior à ida para o imóvel; criar centros de referência especializados para atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social que valorize a convivência social<sup>62</sup>; garantir acesso à educação e políticas para incentivo à permanência na rede de ensino (RIO DE JANEIRO, 2018, art. 6º, incisos VII, XI, XII, XVI, XVII, XXI e XXII).

Na percepção de Rodrigues (2018), a existência de uma política voltada para a atenção a população em situação de rua, como norma jurídica não assegura a sua efetivação, pelo contrário, uma das características presentes na gestão das políticas sociais brasileiras, é a dificuldade em implementar as políticas na sua íntegra, tal como previstas pelas legislações. O que é sinalizado pelas *entrevistadas 1, 4, 5, e 6*:

*“Se o ideal acontecesse, se o que está previsto acontecesse, ok, a gente alcançaria outras coisas. Tipo essa visão neoliberal, ultra neoliberal da política pública ou da política social. Mas eu não tenho, sabe? Se acontecesse, está tudo ok. Aconteceria se não tivesse precarização [...]. “As pessoas não comungam do mesmo pensamento. Na verdade, não é nem comungar do mesmo pensamento, [...], mas não fazem nem o que é posto, o que está posto, a política, eles executam ao mínimo. O que é a política onde está inserida” (Entrevistada 1).*

*“No caso assim, muitas políticas não funcionam. Se elas fossem implementadas, se elas funcionassem, seria perfeito. Mas, muitas vezes, a gente vê que não é isso que acontece. Falta muita coisa ali para que a gente consiga alcançar os nossos objetivos e conseguir fazer valer o direito desse pessoal aí [...]. Porque, às vezes, o usuário está ali na sua frente necessitando de benefício ou de uma...Algun atendimento, você não tem mais o que fazer porque você sabe que o sistema não funciona” (Entrevistada 4).*

*“Enfim, quer dizer, você, enquanto política pública, você vai planejando o melhor, mas não vai dando estrutura para a reorganização das coisas [...]. Então, assim, eu acho que a política é divina e maravilhosa, mas a gente não tem instrumentalização para que as coisas aconteçam [...]. Então, não adianta você fazer uma lei maravilhosa se você não tem como dar suporte para que aquilo aconteça” (Entrevistada 5).*

---

<sup>62</sup> Esse espaço, assim como o centro de defesa de direitos humanos ainda não foi implementado. Fonte: Entrevistas semiestruturadas.

*“Não adianta você ter uma legislação se ela não é implementada, aliás o país é rico em legislação, mas o que falta é elas serem implementadas, executadas e fiscalizadas e terem recursos disponíveis para isso” (Entrevistada 6).*

Por esse viés, é fundamental que os gestores públicos garantam a alocação dos recursos necessários para a sua implementação, tendo em vista que o financiamento desta política é responsabilidade do poder público, conforme estabelecido pelo artigo quinto da Política Municipal, que expressa a “responsabilidade do poder público pela elaboração e pelo financiamento da Política Municipal para a População em Situação de Rua” (RIO DE JANEIRO, 2018, Art. 5º, parágrafo II).

No entanto, o que se vê constantemente, é que a efetivação dos direitos positivados pela política municipal, se encontra à mercê da vontade política da gestão municipal e “sujeita a interpretações sobre a reserva do possível e a incapacidade orçamentária do Estado” (RODRIGUES, 2018, p. 98).

A não alocação dos recursos necessários para a implementação das políticas sociais, ocasiona a oferta de serviços precarizados e a ausência de serviços estabelecidos pelas legislações, como observado pelas *entrevistadas 3 e 6*:

*“Quando eu tenho um serviço precarizado ou inexistente, eu não atendo à demanda da população de rua. Então, a gente está ofertando uma política meia boca. Se você não tiver...O problema é que tudo vai cair na questão orçamentária. Se você não tiver orçamento adequado para a política pública estar efetivada, você está oferecendo mais ou menos. Então, a precariedade dos serviços ou a inexistência dos serviços, muito provavelmente, é por conta de ausência de orçamento. E aí, quando falta orçamento, falta política pública” (Entrevistada 3)*

*“[...] a gente vê a própria assistência, que necessita de mais espaços de atendimento. Porque tudo isso depende também do número, depende acho que de duas coisas, três coisas, vontade política, número de população daquele território e recurso. Mas no geral tem que ter verba pública. Tinha que ter o aumento do bolo orçamentário da prefeitura destinado à nossa secretaria. Para ter mais serviços destinados à população como um todo” (Entrevistada 6).*

Sobre a precarização dos serviços, as *entrevistadas 1, 2, 4, 7 e 9* destacam que:

*“E aí eu nunca fui à Craf, mas todos, todos, todos os usuários que eu atendi, sem exceção na minha vida, fazem muitas críticas ao que é ofertado, ao que é oferecido na Craf. Bom, é, a maioria, uma boa parte, eu não tenho dados exatos, mas oralmente, assim, de uma vista geral, a maior parte dos usuários tem uma questão relacionada ao tráfego. Então, lá na Craf, tem um grupo, não sei qual é, não sei mesmo, mas tem um grupo lá de tráfego que o fulano não pode ir para a Craf, porque é a região desse grupo [...] A outra questão, muito sujeira, muita sujeira, muito bicho, principalmente percevejo. Não sei por que dá tanto percevejo, porque o pessoal, todo mundo fala que lá na Craf tem muito percevejo [...]” (Entrevistada 1).*

*“Mas tem setor, as vezes que eu ligo para o Creas, eu falo assim, olha, eu preciso que você atenda. Hoje não vai dar. Mas esse aqui é uma demanda de uma família que veio do Norte agora, eu estou levando aí de carro agora para você atender. Hoje não*

*vai dar. Você quer que eu faça o que com esse profissional? Aí você vai lá, finge que ele não te falou de novo, você vai lá, explica a situação, fala mais um pouquinho da escuta, que as vezes não é para falar, para ver se tipo assim, o olhar lá de humanização não vai bater. Já repeti, já falei, hoje não vai dar. Aí você vai falar o quê? Você vai pegar outras redes, para acolher aquela família. Você acaba as vezes batendo numa invasão. Porque aquela pessoa lá tem um miliciano que vai alugar um quartinho, a gente liga para a fraternidade, a fraternidade vai pagar e a gente acolhe a família lá. Mas eu não fui o primeiro no órgão. O órgão falou o que para mim?” (Entrevistada 2).*

*Eu dei um encaminhamento, para sei lá para o Cras e chega no Cras, não tem internet. Quando você trabalha com a população em situação de rua, é... Eles não têm muita paciência entre essa questão dos preconceitos que eles sofrem. Assim, agressões muitas vezes, e eles querem as coisas de imediato, justamente por achar, assim, que talvez você vai ter que falar um não para eles. Então é muito ruim, já aconteceu de a gente mandar uma pessoa no Cras, digamos, e aí, pô fulano você foi lá, fui não tinha internet, não tinha ninguém para atender, só tinha um funcionário” (Entrevistada 4).*

*Por exemplo, o centro pop de Niterói oferta almoço, alimentação, a gente aqui só oferta um lanche e uma quantidade insuficiente. Tem centros pop que tem canil, tem centro pop que tem guarda de pertences, então a gente não tem ainda esse espaço no município com esse orçamento, deveríamos ter, acho que a gente precisa ficar atentos a essas questões (Entrevistada 7).*

*A gente tem, por exemplo, pessoas de população de rua que vem muito adoentada. Muitas questões de saúde. E a gente não tem, por exemplo, um profissional de saúde, assim, uma enfermagem, um profissional mais... Já há unidades que têm. Aqui não. Que possam nos dar, suprir algumas coisas” (Entrevistada 9).*

Pelas falas das entrevistadas, é possível perceber que a precarização atinge os serviços socioassistenciais de diversas formas, principalmente pela falta de recursos estruturais, financeiros e humanos. Vale ressaltar, que esse trato às políticas sociais no Brasil, no contexto do capitalismo contemporâneo, não é algo aleatório, faz parte de um projeto perverso, orientado pela lógica neoliberal, a fim de mercantilizar os direitos sociais, reduzindo a intervenção estatal sobre as desigualdades sociais. O que implica para as políticas maior sujeição à precarização, tornando-as mais pontuais e focalizadas nos segmentos populacionais afetados pela extrema pobreza e submetendo o Estado aos interesses e necessidades do capital financeiro (MARTINS, 2022).

No tocante a ampliação da oferta de serviços, determinada pela política municipal em seu artigo sexto, como o Centro Pop, o Rio de Janeiro, ainda conta somente com dois Centros Pop, o que segundo a *entrevistada 6*, prejudica o atendimento à população em situação de rua.

*“Nós não temos centro pop no nosso território, seria excelente se tivesse. É um serviço da secretaria que falta. Na realidade, no município do Rio de Janeiro, só tem dois centros pop. O Bárbara Calazans e o José Saramago. Então, é muito pouco para um município que tem uma população de rua muito grande”.*

Devido ao perfil da população em situação de rua, outros serviços que fazem falta em alguns territórios do município, são os serviços de atenção psicossocial, principalmente os voltados para o atendimento ao uso e abuso de álcool e drogas. Conforme indicam *as entrevistadas 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10*.

*“Chega um usuário, usuário de droga, falando assim, eu quero internação agora. E aí? Onde você vai botar ele? Fica assim, eu não quero mais voltar com crack, eu não quero mais fumar. Você vai nas redes. Onde você vai acolher? Não tem vaga. Tem que passar por isso, é aquilo, não sei o quê. Você vai falar o que para ele ir embora aqui? Eu vou ter que mexer meus pauzinhos. Os meus pauzinhos, o que que é meus pauzinhos? Os conhecimentos. Os conhecimentos às vezes não é o do Estado, da Prefeitura. É o terceiro setor. Às vezes é religião. Não concordo. Mas vai ter que ser desse. A igreja vem, vem pegar ele aqui e vai jogar ele lá. É parte da religião? É, mas ele não está mais ali na droga. É assim que eu trabalho. É errado? É, mas ele não voltou para o cenário de drogas” (Entrevistada 2).*

*“Não tem Caps, não tem Caps AD, nem na zona sul, não tem. E assim, hoje o município do Rio, ele não tem a modalidade do usuário passar o dia todo fazendo algum tipo de terapia, algum tipo de trabalho, faz o atendimento e ali ele passa o dia, que é os famosos centros dias, e a noite dormir. Poderia ser uma possibilidade de fazer uma parceria com a secretaria? Sim, poderia. Assistência com a saúde? Poderia [...]. Então, nós temos um déficit de serviço de Caps e nós temos ausência do serviço desses de 24 horas [...]. Nem sempre a prefeitura vai ter um local para ele ficar internado para tratamento da drogadição. A prefeitura não tem esse serviço. Ela trabalha na perspectiva do Caps, que vai trabalhar na redução de danos. Não vai trabalhar na internação”. (Entrevistada 3).*

*“A atenção à saúde mental é uma questão que precisa ser ampliada em todos os lugares, principalmente no município do Rio e isso é uma demanda que eu falo abertamente, principalmente aqui na primeira Cas. A gente tem uma dificuldade de encaminhamento para saúde mental grande, de acompanhamento. Aqui a gente não tem um Caps de referência na nossa área de abrangência. A gente precisaria de um Caps aqui. Caps1 e o AD, principalmente [...]. Então, a gente está falando de uma pessoa, uma população que é adoecida e que a gente precisa desse serviço de saúde. Então, uma das questões que eu acho que precisa ser fortalecida é com relação à saúde mental, com relação ao tratamento de saúde mental e tratamento da dependência química, ao uso abusivo das drogas” (Entrevistada 5).*

*“Eu acho que falta dispositivos mais da saúde mental no próprio território. Por exemplo, nós não temos um Caps AD, Um Caps de atendimento a usuários de álcool e outras drogas [...]. e nós temos uma população hoje, pelo menos no abrigo que a gente está e a gente vê nas ruas também, com problemas psiquiátricos muito grande. E alguns decorrente muito do uso abusivo do álcool e outras drogas. A falta de serviços é muito ruim, por exemplo. A gente tem uma população hoje muito adoentada. E muitas vezes a falta de interesse de políticas públicas voltada a esse setor é muito ruim, por exemplo [...]. Se você não tem um Caps AD no território, por exemplo, você acaba criando uma demanda reprimida que vai muito para os Caps, quando na realidade os Caps eles tratam de pessoas com transtorno graves. Como uma esquizofrenia, como uma psicose, uma neurose muito grave. E aí acaba tendo uma demanda muito reprimida que às vezes os Caps não têm como atender. Ou então atende por força da depressão que muitas vezes esse sujeito tem” (Entrevistada 6).*

*“Então, acho que o principal é a questão da saúde mental. A gente não tem dispositivos aqui no território de Caps, nem de Caps AD, nem de Caps 3, para poder atender a grande demanda aqui do centro. A gente tem um quantitativo muito grande de usuários de álcool, drogas. Isso dificulta o próprio desejo deles de saírem das ruas,*

*de irem para tratamento, para unidade de acolhimento, porque a gente sabe que não tem um local apropriado [...] E isso é uma coisa que dificulta bastante o nosso trabalho com eles. A gente tenta compensar de outras maneiras, com atividades terapêuticas, [...] pelo menos para que o tempo que eles passem aqui em atividade, eles passem sem uso de substância ilícita” (Entrevistada 7).*

*“A gente não tem Caps AD na nossa área. Um Caps AD só não daria conta, um só não daria conta. Você imagina quanto a política de saúde vai ter que investir, vai ter que aprimorar [...]” (Entrevistada 8).*

*“Eu acho que aqui, um serviço que eu sinto muita falta aqui no território é um Caps AD. Acho que o primeiro serviço que me vem à cabeça, que eu sinto muita falta, é pensar num território, um abrigo de população de situação de rua, onde grande parte tem a demanda de dependência química e você não tem um Caps AD de referência [...] A gente vai construindo a partir também do que a gente tem. E vai apontando, isso já foi apontado várias vezes. Para prefeitura, a gente precisa de um... A gente precisa de uma retaguarda que algumas pessoas não vão, não vão, não vão para Caps2, não adianta, vai talvez Caps AD, mas não Caps2. E outros precisam de, de repente, de internação, que não tem. Essas são as fragilidades, essa é a precarização. Quando você precisa, às vezes, dar alguma resposta, aquele público, e você não tem” (Entrevistada 9).*

*“A API é uma área programática que tem poucos serviços de saúde, de saúde mental. A gente não tem caps nesse território, então é algo que a gente acaba recebendo alguns encaminhamentos, sobretudo do CPRJ, que a gente vê que mereceria uma intensividade maior num dispositivo que desse maior suporte do que um ambulatório. O ambulatório tem um campo de atuação muito reduzido, tem limites ali.” (Entrevistada 10).*

Pelas falas das entrevistadas, é notável o quanto a ausência desses serviços impacta negativamente no atendimento à população em situação de rua, impulsionando os espaços institucionais à busca de vagas em Comunidades Terapêuticas, instituições de cunho religioso, e que utilizam a evangelização e conversão religiosa, aliadas à abstinência como meios de tratamento para a dependência química. Esse modo de atenção e cuidado, está em total desacordo com as políticas públicas de saúde mental, concretizadas no Brasil, nos últimos anos (RIBEIRO; MINAYO, 2015).

Contudo, esses espaços têm ganhado “terreno em função da escassez de políticas públicas, ou de sua pouca efetividade” (RIBEIRO; MINAYO, 2015, p. 516), recebendo apoio e incentivo financeiro do poder público, na lógica de transferir para a sociedade civil, a responsabilidade pela oferta de serviços que atendam as demandas da população.

Diante desse cenário, é papel do Estado:

*[...] monitorar, fiscalizar e avaliar estas entidades. Mais do que isso, porém, urge investir no fortalecimento e na expansão dos serviços territoriais de saúde mental, em especial os Caps ad, conforme já preconizado. Ao invés de abraçar um projeto terapêutico genérico, baseado em princípios religiosos-morais, terceirizando a atenção às CT, compete ao Estado fortalecer propostas de tratamento individualizadas, prezando por uma abordagem de cuidado que tenha como princípio o respeito aos sujeitos, ao seu direito de escolha e à sua inclusão no processo de restabelecimento da saúde (RIBEIRO; MINAYO, 2015, p. 522).*

Além dos serviços de atenção à saúde mental, as *entrevistadas 5, 6, 7 e 9*, também apontam para a ausência ou dificuldades de acesso às políticas de emprego, educação e habitação, também preconizadas pela política municipal no artigo sexto.

*“Talvez o mercado de trabalho. Alguma coisa direcionada talvez a esse público em situação de rua. Porque o que eu vejo muito é que existe muito cursinho, cursinho, cursinho. E assim a gente sabe que as pessoas sem uma capacitação talvez não consigam serem inseridas no mercado de trabalho. Mas eu acho que as pessoas ficam também enjoadas de cursinho, sabe? Acho que a gente podia procurar alguma coisa mais prática. Mas aí o que às vezes é ofertado com relação ao mercado de trabalho é isso. É muito cursinho. E isso às vezes não é um motivador para aquela pessoa em situação de rua. Porque ela precisa de fato de uma oportunidade mais palpável, sabe?” (Entrevistada 5).*

*“Uma relação mais próxima da própria Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, porque muitas vezes eles encaminham para gente também cursos e vagas, e alguns deles não atende ao nosso perfil de escolaridade, por exemplo [...] Seria muito interessante se a própria Secretaria de Trabalho e Renda pudesse ter uma parceria com empresas que atendesse também especificamente ao público das unidades de acolhimento, considerando o perfil [...]. Então a questão do trabalho e renda é fundamental para essa população poder conquistar a sua emancipação mesmo, enquanto sujeito. Para poder sair desse ciclo institucional de abrigamento” (Entrevistada 6).*

*“Então, a gente não tem hoje programa habitacional para a pessoa em situação de rua, a gente não tem na saúde programas que privilegiem o atendimento da população em situação de rua, às vezes a gente consegue, a gente fica um dia inteiro em uma unidade de acolhimento para atender uma pessoa em situação de rua, não tem política preferencial, não tem um entendimento diferenciado para aquela pessoa que fica ali o dia inteiro sem alimentação, naquele espaço aguardando um atendimento [...]. A gente tem um déficit de possibilidades de atendimento, empregabilidade, empregabilidade para pessoas trans, Lgbtqia+, mulheres, não tem uma política bacana para a mulher em situação de rua. Isso é uma questão gritante também, que traz muita inquietação você não ter esse olhar da mulher em situação de rua, como uma mulher que precise desse suporte de secretaria da mulher, de políticas preferenciais para a mulher em situação de rua que é vítima de múltiplas violências [...]. Não foi implementada a contratação dos 5% de vaga em órgãos municipais, em empresas públicas” (Entrevistada 7).*

*“A ausência de programas habitacionais que essas famílias possam ter acesso, que essas pessoas possam ter acesso. A ausência de alternativas de emprego[...]. Eu acho que o Rio de Janeiro ainda está muito aquém, ainda está muito restrito ao acolhimento, a política ainda de acesso à saúde, emprego e habitação ainda está muito aquém, a educação ainda está muito aquém. Eu acho que a gente precisa avançar, os comitês ainda estão muito aquém, e a gente precisa avançar nesse processo” (Entrevistada 9).*

Ademais, de acordo com as *entrevistadas 6 e 7*, a não implementação de espaços de participação social, como o Ciamp-Rua, também dificulta o atendimento integral às demandas da população em situação de rua, no sentido em que retarda propostas e serviços essenciais para essa população, limita a ampliação do olhar sobre as necessidades desse grupo e a responsabilização das demais políticas na oferta de ações e serviços para esse segmento.

É importante ressaltar que a ausência dos serviços socioassistenciais não ocorre da mesma maneira em todos os territórios do município do Rio de Janeiro, *as entrevistadas 6 e 9*, sinalizaram que existe uma desigualdade na distribuição e implementação desses serviços.

*“Existem territórios no município do Rio de Janeiro que são mais contemplados com determinados serviços, programas e projetos. A Zona Oeste, ela é uma região que necessita de mais serviços, para atender a essa população. São poucos. Algumas ONGs, a igreja faz alguns trabalhos, mas são poucos. A própria política pública, nos serviços..., no meu [...]. É como eu falei, no território, por exemplo, falta um serviço de um Caps AD, falta um serviço de um centro pop. Então, essa ausência de serviços nos territórios, tem uns territórios que têm muitos serviços, tem outros que têm menos. Então, há uma desigualdade também nessa distribuição de serviços nos territórios do Rio de Janeiro. Alguns são mais contemplados, outros menos. E a Zona Oeste é um pouco deficitária nesse sentido” (Entrevistada 6)”*

*“Eu assim, eu avalio que o serviço de população em situação de rua deveria olhar a cidade como um todo. E aí não são só serviços, existem serviços, equipes de abordagem zona sul e centro, albergue centro do Rio. Existe um grande número de população em situação de rua, por exemplo, campo grande, que tem vínculo com o território, que trabalha no território e que não existe um albergue, por exemplo. Um centro pop. Então, a cidade precisa ser pensada como um todo. E eu acho que muitas vezes as políticas levam em conta, muitas vezes não, eu avalio que as políticas muitas vezes consideram os locais-chave, os locais-chaves que precisam ter serviços mais adequados, de melhores qualidades, para não ter um público X. Zona Sul e centro tem umaimensidão de serviços de abordagem, de albergue, que muitas vezes não vai levar em consideração a demanda do usuário” (Entrevistada 9)*

Complementando, Koga e Alves (2010, p. 8), comentam que, “tem sido comum nas cidades brasileiras, o espaço urbano ser compreendido e dividido de maneira diversa entre os órgãos públicos, o que termina por gerar uma fragmentação das políticas públicas”. Nesse sentido, os serviços públicos oferecidos pelo Estado não são distribuídos de forma equitativa nos diferentes territórios, visto que, os serviços presentes nas áreas centrais, em muitos casos, não estão presentes nas áreas periféricas, seguindo um modelo desigual e excludente.

Diante disso, conforme foi apontado no capítulo dois, é fundamental que a implementação e oferta dos serviços concernentes às políticas sociais, levem em consideração às necessidades e demandas dos sujeitos que vivem naquele território, tendo em vista que, “a concretude de uma política social sempre se manifesta a partir de um chão, aquele chão onde vivem as pessoas e que dela vão ser usuários. Por consequência, a dinâmica da política social é afetada pelos movimentos desse chão e dos que sobre ele vivem” (SPOSATI, 2016, p. 106).

A ausência e/ou a precarização de serviços no âmbito de algumas políticas sociais como saúde, educação, emprego, habitação etc., contribui para que a responsabilidade pela atenção à população em situação de rua recaia sobre a política de Assistência Social, o que limita a realização de um trabalho intersetorial no atendimento à essa população, à medida em que a oferta de serviços predominantemente pela via da Assistência Social, não consegue dar conta

da complexidade e da diversidade das demandas dessa população. Além disso, não é possível haver diálogo e articulação, se não há oferta de serviços.

### 3.3 A CENTRALIDADE ATRIBUÍDA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

De acordo com Carvalho (2011, p. 135) a política de Assistência Social no Brasil, juntamente com outras políticas sociais, como Saúde e Previdência Social, “significou a gênese da intervenção social do Estado moderno”, visto que, “na qualidade de ação pública no campo social, a política de Assistência Social precedeu no tempo as outras formas de intervenção social do Estado”.

Contudo, até a promulgação da Constituição Federal em 1988, a Assistência Social “em nosso país esteve fortemente assumida pela sociedade providência, seguindo os padrões da benemerência, meritocracia, tutela, filantropia” (CARVALHO, 2011, p. 135). Além disso, até então a referida política não era vista como responsabilidade do Estado, que atuava de forma complementar.

Sendo assim, ao ser reconhecida como política pública de Seguridade Social e integrar o tripé da proteção social, a política de Assistência Social, transita para um campo novo, “o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (YAZBEK, 2008, p.3).

Complementando, Sposati (2016, p.111), com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo dispositivo constitucional, a política de Assistência Social passa a ser compreendida como:

[...] política pública de seguridade social de caráter distributivo, que provê atenções de proteção social que promovam as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência. Deve afiançar a presença quanti-qualitativa e territorializada de serviços socioassistenciais e benefícios continuados, eventuais e transferência de renda para assegurar seguranças sociais.

O desenvolvimento e a oferta de serviços socioassistenciais têm como objetivo a cobertura, prevenção ou a redução de riscos e vulnerabilidades sociais e o atendimento às necessidades sociais emergentes ou permanentes, resultantes de problemas pessoais ou sociais, a fim de assegurar o acesso da população usuária aos direitos sociais (ARGILES; SILVA, 2012).

Uma das situações de vulnerabilidade social alvo das ações da referida política, é a situação de rua. Fenômeno que figura entre as expressões da questão social, que ao longo da história, foi atendido principalmente pela Assistência Social, através de ações pontuais e segmentadas.

Apesar da política municipal estabelecer responsabilidades no âmbito das demais políticas públicas para a atenção as demandas da população em situação de rua e apresentar a intersetorialidade como diretriz para a sua implementação, conforme análises realizadas no capítulo dois, a política de Assistência Social, é a que possui ações mais avançadas, de maior proporção e maior alcance, e ainda é concebida como responsável pelo atendimento à essa população, o que é sinalizado pelas falas das *entrevistadas 1, 4 e 7*:

*“[...] a pessoa em situação de rua, ela não tem que ser atendida só pela política de assistência. Não é isso. As pessoas têm muito essa perspectiva de ah, pop rua, assistência social. Só que não é. [...] colocam toda a responsabilização, toda a responsabilidade da atuação com a pop rua para a política de assistência” (Entrevistada 1).*

*“É só a assistência que pode ter um olhar focado para essa população, não as outras áreas. É mais ou menos isso? Isso acontece. [...] Quando se trata da população em situação de rua, eles entendem que é só assistência mesmo. Só quem pode olhar para eles é a assistência. E aí, é aquilo que eu te falei prejudica o atendimento, prejudica a viabilização de direitos para o usuário.” (Entrevistada 4).*

*“Então, acaba que o peso é muito maior para a assistência social, na questão da população em situação de rua, a responsabilização é muito grande, por exemplo, quando tem audiência pública sobre pessoas em situação de rua, normalmente está lá o secretário de assistência social apanhando, seja ele quem for, de que governo for, está lá o secretário de assistência apanhando, e a gente não tem secretário de saúde na audiência pública, a gente não tem o secretário de habitação na audiência pública, a gente não tem o secretário de educação na audiência pública, a gente não tem secretário de emprego e renda na audiência pública, a gente não tem o prefeito na audiência pública, é bastante preocupante a política, a forma como os profissionais da assistência se veem isolados nesse acompanhamento, e a forma como as outras políticas também se desresponsabilizam” (Entrevistada 7).*

Ao discutir sobre a centralidade atribuída à política de Assistência Social como grande responsável pela atenção à população em situação de rua, Freitas (2016, p. 8) aponta:

A necessidade de ações integradas e muitas das vezes, ousa-se dizer, pedagógica (no sentido de construção de novos olhares em relação aos importantes atores). Muitos setores não conseguem compreender a população em situação de rua como seu “objeto” de intervenção, pois subsomem as múltiplas dimensões desses sujeitos e só focalizam a “situação de rua” e compreendem que essa questão é “objeto” de intervenção de um só setor.

A *entrevistada 6*, também sinaliza em sua fala a importância de um olhar ampliado sobre a situação de rua, para que os demais setores “possam considerar a população em situação de

rua como ‘objeto’ da sua intervenção e que os ‘objetivos’ desta intervenção estejam em consonância com a garantia de direitos sociais e de acesso a serviços e políticas públicas e sociais a esta população” (FREITAS, 2016, p. 8).

*“Eu acho que a assistência social, ela pode estar na coordenação, uma vez que a gente ver esse sujeito na sua integralidade. [...]Então, a assistência social, ela aborda questões muito mais amplas dessa pessoa, desse ser humano que está lá. E às vezes, os outros serviços veem de uma forma segmentada, muito de acordo com seu olhar específico. [...] Eu acho que se as outras políticas tivessem esse olhar mais amplo, eu acho que daria um outro ressignificado no próprio trabalho, não só da assistência social, como também dos outros serviços. Porque tem que ter uma visão mais ampla desse sujeito e não um olhar apenas específico sobre o serviço que você atua, senão você vai ter só um recorte”.*

É importante ressaltar que a política de Assistência Social tem recebido centralidade não somente na atenção à população em situação de rua. Nos últimos vinte anos, na contramão do que foi preconizado constitucionalmente, o Brasil se inseriu num contexto de ajustamento a nova ordem capitalista internacional, o capitalismo neoliberal<sup>63</sup>, afetando significativamente as políticas sociais, principalmente as políticas de Seguridade Social, que na perspectiva de Mota (2008, p.133-134):

*[...] adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil.*

Complementando, a autora afirma que, nesse contexto, a expansão da política de assistência social, ocorre pautada em programas e ações compensatórias de combate à pobreza, e focalizadas nos extremamente pobres. Além disso, essa expansão compreende a expansão dos programas de transferência de Renda, como o Programa Bolsa Família, criado em 2003, em detrimento de outros serviços e benefícios que compõem a proteção social básica e especial da política de Assistência Social.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, vale ressaltar que os programas de transferência de renda desempenham um papel importante no atendimento as necessidades dos segmentos populacionais mais empobrecidos da sociedade brasileira, à medida que “têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre” (MOTA, 2008, p.141).

---

<sup>63</sup> Uma análise mais aprofundada dos efeitos do neoliberalismo nas políticas sociais pode ser encontrada no primeiro capítulo.

No entanto, a política de Assistência Social, centralizada nesses programas, não pode ser considerada como a principal e única estratégia para o enfrentamento das expressões da questão social, especialmente a população em situação de rua, tendo em vista que não possui todas as respostas e nem poder suficiente para dar conta da complexidade e da heterogeneidade das demandas dessa população (MOTA, 2008; MACHADO, 2010). Isso é observado pelas entrevistadas 3, 5, 7, 8 e 9:

*“E esse público, volto a dizer, está nesse momento na assistência, mas não é dela. É do município. Envolve diversas outras políticas públicas, mas sem orçamento, e sem o olhar ampliado de todos os gestores, nós não vamos avançar. Nós vamos continuar vendo um número de pessoas se utilizando da rua para sobrevivência ou para permanência, crescer, e vamos ser apenas contadores, marcadores de censo. Nada além disso” (Entrevistada 3).*

*“Porque assim, não dá para ser um problema prioritário nosso. A gente sabe que é um desafio, a gente sabe que é uma questão que perpassa pela gente, mas não pode ser um problema só nosso. E eu tenho certeza de que as pessoas sabem disso. Só que também não sabem como lidar, porque também não tem a instrumentalização necessária para tratar ou cuidar daquilo dali. [...] Aí vira um problema da assistência”. (Entrevistada 5).*

*“[...] nenhuma outra política sozinha da conta da questão da população em situação de rua, porque são muitos os desafios, a pessoa que já veio viver em situação de rua já teve várias rupturas, ela tem questões de saúde, ela tem questões de documentação, ela tem questões de... Alguns são egressos do sistema penal, enfim, tem várias questões” (Entrevistada 7).*

*“Não é, só a assistência, ela não vai dar conta. Então, se a gente não tiver outros parceiros que acreditem nessa população, a gente não vai conseguir ajudar” (Entrevistada 8).*

*“A política de assistência, ela nunca vai dar conta de atender sozinha. Não existe isso. Isso não existe. Nunca. A gente não tem bolinha, a gente não tem... A gente não é milagreiro, a gente não faz milagre. A gente precisa das políticas de modo geral. Se tem algum gestor que acha, que tem algum que acha que vai dar conta, não vai. Não vai. Não vai, vai se frustrar. Vai adoecer e não vai dar conta. A concepção da política não é para dar conta assim. Ela é acesso. Ela trabalha em conjunto com outras políticas. Assim como a saúde muitas vezes vai precisar acessar a política de assistência também. As políticas habitacionais. Enquanto as políticas não dialogarem e serem fragmentadas [...]. Porque a política de assistência é para quem ela precisa, mas ela não trabalha sozinha. Ela é um dos primos da política pública. Que não se reduz em só assistência. Se achar que um abrigo vai dar conta da população de situação de rua, não vai mesmo” (Entrevistada 9).*

Sendo assim, apesar da política de Assistência Social ter sido precursora no atendimento à população em situação de rua, pela via dos direitos sociais e políticas públicas, a centralidade que lhe é atribuída, limita a realização do trabalho intersetorial, no sentido em que não há intersetorialidade quando somente uma política social atua.

Na percepção de Machado (2010, p. 3) para que um trabalho intersetorial ocorra no enfrentamento de questões complexas é fundamental que não impere a lógica de “que não é minha responsabilidade”, e assim deixar a cargo de somente um setor. Nesse sentido “o objeto

proposto deve mobilizar e ser de interesse de outros segmentos. Para isso é necessário aprender a dar espaço para o outro e respeitar os diferentes ritmos e dinâmicas. Porque senão... não há ação coletiva e nem construção de projetos”.

A responsabilidade da atuação dos demais setores na atenção integral as demandas à população em situação de rua, e para a efetivação do trabalho intersetorial é sinalizada pelas *entrevistadas 3, 7 e 9*:

*“A população que está em situação de rua, ela chegou em situação de rua, ela está em situação de rua por ausência de política pública. E não necessariamente foi da assistência [...]. Então, a gente precisa fazer agora os passos contrários. Vamos voltar esse caminho. E aí, todo mundo tem que entrar [...]. Então, todo mundo tem um cadinho para contribuir, para agir, para que aquilo dali recue e deixe de ser uma pessoa em situação de rua. Passa a ser agora um indivíduo ou uma indivíduo com um direito garantido [...]. A gente está chamando aqueles que acreditamos serem pares para essa discussão, para essa atuação, para conhecer essa realidade, entender que precisa estar com a assistência no atendimento à população em situação de rua e perceber que a população que está na rua é uma população do município, não é uma população da assistência. A assistência pode até ser o carro-chefe, o abre-alas. Mas tem todo o restante para passar nessa avenida. Tem todo o restante de política pública para passar e atuar nessa vida que está ali em situação de rua. Mas é de todo mundo”* (Entrevistada 3).

*“Acho que a gente ser a porta de entrada para o atendimento da população em situação de rua acho fantástico, mas acho que a gente precisa entender que a gente não dá conta sozinho, por exemplo, a questão do idoso em situação de rua, a questão da mulher em situação de rua, exatamente, por nós distintas, esse pessoal fica no limbo, não é nem atendido e contemplado por uma e nem por outra política”* (Entrevistada 7).

*“Mas assim, é fragilidade de tudo. É fragilidade de saúde, é fragilidade de educação, é fragilidade de assistência, é fragilidade de segurança pública, é fragilidade de tantas coisas. Mas acha que a política de assistência vai dar conta. Não vai. Você acaba se chocando no trabalho intersetorial. Porque, assim, o trabalho intersetorial não acontece, [...] precisa de envolvimento de outros setores [...]. Isso é trabalho intersetorial? Não é. Um, passa para o outro, mas não acontece. Vocês não conseguem conversar, dialogar para o negócio acontecer [...]. E a política de assistência não vai dar conta sozinha das coisas. Fato”* (Entrevistada 9).

A centralidade atribuída a política de Assistência Social no atendimento à PSR além de dificultar a realização do trabalho intersetorial, também retoma a concepção de caridade e assistencialismo presente na história recente desta política, conforme sinaliza a *entrevistada 1*:

*“Quando a gente tem essa perspectiva, primeiro que a gente transforma a política de assistência numa política que retorna a ideia da bondade, da caridade, o assistente social, um profissional bonzinho, o usuário a pessoa culpabilizada de uma forma individual por suas questões, pela questão social. Então, assim, é muito ruim”.*

Nessa perspectiva, Freitas (2016, p. 5) comenta que com a redução da intervenção estatal nas expressões da questão social e o “reforço de uma atuação que garanta a reprodução social

com redução de gastos sociais. Vemos o retorno do assistencialismo e a perigosa centralidade da assistência social”.

Diante disso, é fundamental desconstruir e superar a visão de que a atenção à população em situação de rua, é responsabilidade da Assistência Social, a fim de consolidar os direitos sociais preconizados pela Política Municipal para a População em situação de Rua do Rio de Janeiro, na perspectiva da atenção integral e transversal das demandas dessa população.

### 3.4 A PRESENÇA DA LÓGICA DO “FAVOR” E DA “CULPABILIZAÇÃO” NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS CONCEPÇÕES SOBRE ESSA POPULAÇÃO: os dois lados da mesma moeda

A filantropia e a criminalização foram respostas dadas a situação de rua, como uma das expressões da questão social, desde a sua origem no Brasil. Ao longo da história, foram combinadas ações repressivas e higienistas, “as quais retiravam a pessoa da rua, enviando-a para sua cidade de origem à revelia do seu consentimento, ou enviavam para albergues, abrigos, e para outros tipos de equipamentos”, que tinham como objetivo a ordem e a “limpeza” do espaço urbano (HENRIQUES, 2022, p. 9), com ações paliativas e assistencialistas, como estratégias para controlar a pobreza.

Tais maneiras violentas de atender a população em situação de rua no Brasil, desde a sua origem, são um reflexo da destituição de sua cidadania e da sua liberdade de escolha, sendo impedidas de serem protagonistas de sua própria história (OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, a relação das ações voltadas para o atendimento à população em situação de rua com a cidadania, era marcada “ora, por uma relação de cidadania ausente, devido ao não reconhecimento desde segmento como sujeito de direitos, e ao fato de serem tratados como “lixo humano”, ora, por uma relação de cidadania invertida, visto que o acesso a alguns direitos, estava associado a perda de outros direitos de cidadania” (HENRIQUES, 2022, p. 9).

Ademais, essas formas de intervenção, estão relacionadas as formas como a população em situação de rua é vista pela sociedade e pelo poder público, ora como coitados, ora como mendigos, vadios, malandros e responsáveis pela situação em que se encontram. Em análises sobre as concepções de pobreza e questão social, e as formas utilizadas no seu enfrentamento, Montañó (2012, p. 274) expõe que:

Seja a pobreza considerada como carência ou déficit (onde a resposta são ações filantrópicas e beneficência estatal). Ou, seja ela entendida como mendicância e vadiagem (onde a resposta é a criminalização da pobreza, enfrentada com repressão/reclusão), sempre remete à consideração de que as causas da “questão social” e da pobreza encontram-se no próprio indivíduo e à uma intervenção psicologizante, moralizadora e contenedora desses indivíduos. Trata-se das manifestações da “questão social” no espaço de quem os padece, no interior dos limites do indivíduo, e não como questão do sistema social.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (Pnpsr), instituída através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 e a Política Municipal para População em Situação de Rua do Rio de Janeiro, instituída em 2018, rompem com esse paradigma ao assumirem um conceito para definir esse segmento populacional, utilizando o termo “população em situação de rua”.

Nessa perspectiva, Senna; Reis (2022, p.87) comentam que a definição adotada pelas políticas nacional e municipais “incorpora, assim, grande parte das reflexões acumuladas em estudos e debates sobre a temática, compreendendo a situação de rua como um processo síntese de múltiplas determinações e reconhecendo a heterogeneidade e as particularidades desse segmento social”.

As autoras ainda apontam que a utilização do termo “situação de rua”, é fruto de um processo construído por diferentes atores, que ao longo da história atuam em defesa dos direitos da população em situação de rua, tendo em vista que, até os anos 2000, era recorrente o uso de expressões como “mendigos”, “vagabundos”, “vadios”, para definir esse segmento populacional, expressando a falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre essas pessoas, e a forma estigmatizante e discriminatória com as quais eram tratados (NASCIMENTO, 2019 *apud* SENNA; REIS, 2022).

Além disso, rompendo com o paradigma do assistencialismo e da criminalização da pobreza, a política municipal consolida no âmbito legal, uma forma de intervenção na situação de rua, que tem como objetivo a inclusão social. Trata-se “de uma resposta que considera a responsabilidade do Estado no provimento da proteção aos sujeitos com base em direitos sociais” (FREITAS, 2016, p. 4-5).

Contudo, o fato dessa forma de intervenção ganhar força, não significa que as “velhas” formas deixaram de existir. Pelo contrário, mesmo surgindo novas formas de atender a população em situação de rua, o que se percebe é a sua “coexistência com aquelas que existiam antes. Não uma coexistência sem conflitos. Há conflitos e não podemos deixar de considerá-los” (FREITAS, 2016, p. 4).

A manutenção da intervenção na situação de rua pautada na caridade, compõe uma estratégia neoliberal para a sociedade capitalista contemporânea, orientada de acordo com

Montaño (2012, p. 277) por três vertentes: políticas sociais estatais focalizadas nos extremamente pobres, “ações [...] precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo”; a atuação do mercado na oferta de serviços para a “população consumidora, com capacidade de compra (cidadão cliente), tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas”, e a atuação da sociedade civil, voltada “para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica”.

Yazbek (2001) chama essa forma de atuação de “refilantropização” da questão social”. A autora acrescenta que, “essa refilantropização é construída a partir de referências não políticas, mas de iniciativas morais de ajuda ao necessitado, que não produzem direitos, não são judicialmente reclamáveis, e convive com a indiferença de um mundo privatizado e ainda mais desigual que antes” (YAZBEK, 2001, p. 37).

Além disso, a lógica do “favor” e do clientelismo não é um atributo presente somente nas ações do chamado “terceiro setor”, mas também nas políticas sociais atuais, visto que, apesar de os direitos sociais terem sido reconhecidos constitucionalmente, “não vem se constituindo atributo efetivo das políticas sociais no país” (YAZBEK, 2001, p. 37). Pelo contrário, no “atendimento das necessidades sociais das classes subalternas, administram-se favores. Décadas de clientelismo, consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade” (YAZBEK, 2001, p. 37).

Complementando, Sposati (2007, p. 439) ressalta que no Brasil, o aspecto democrático e a prática do messianismo:

Não têm sido considerados como polos duros ou politicamente antagônicos, mas, no mais das vezes, imbricados em diferentes intensidades e mediações. A exemplo, a caridade religiosa é mais próxima ao paternalismo, todavia, pode também negá-lo e reivindicar a atenção social como cumprimento de um direito humano, fazendo transitar a ação caridosa para uma nova posição ético-política. É certo que a recíproca também pode ser verdadeira. Entre os praticantes da caridade vamos encontrar, e ao mesmo tempo, protagonistas de ambos os polos e múltiplos mediadores que chegam até a ser parceiros da execução de políticas públicas e da exigência democrática do cumprimento dos direitos sociais. Outros permanecem sob a orientação da benesse, da filantropia e mesmo da atitude vista como caridade, porém negando o direito do “carente”.

Sendo assim, apesar de serem reconhecidas legalmente como sujeitos de direitos, as pessoas em situação de rua, ainda são vistas, pela sociedade e pelas instituições públicas e privadas, de uma forma estigmatizante e preconceituosa, convivendo reiteradamente com a não garantia e acesso aos direitos conquistados, o que relega esta população a um lugar “onde são desqualificados por [...] seu modo de expressar-se e seu comportamento social, ‘sinais de

qualidades negativas' e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social" (YAZBEK, 2001, p. 37). Lugar este marcado pela subalternidade e pela exclusão<sup>64</sup> social. Isso é observado pelas *entrevistadas 3, 4, 6, 7, 8 e 9*.

*“Alguns veem como preguiçosos, outros veem como aquele que, ah, está aí porque quer, porque se der dinheiro não quer trabalhar, se der trabalho não vai sair daí. Então, tem uma visão deturpada. É óbvio que tem muita gente misturada na população em situação de rua, mas você não pode botar um carimbo neles. Isso é muito ruim [...]. Então, é um desafio as intercorrências de assim, a cidade grita para o serviço público. Para que o serviço público seja feito de acordo com o que ela acha que é verdade, que é o certo. Não de acordo com a política pública voltada para a população de rua principalmente. Eu tenho parte da cidade que grita dizendo, tira daqui. Eu tenho outra parte dizendo, deixa aí. Você tem que saber balizar e nem sempre o outro tem maturidade para ouvir o que é a política pública voltada para a população de rua. Na verdade, a maior parte não quer nem ouvir. [...] a gente tem uma turma muito mal preparada, que não quer ouvir, que acha que tudo está bom, é direito, deixa ali, fica ali. Mas olha, ele também é brigão. Como é que eu vou colocar dentro de uma unidade? A gente tem muitos desafios dentro da secretaria e muitos desafios fora da secretaria” (Entrevistada 3).*

*“Nem todo mundo vê a população de rua com os mesmos olhos [...]. Em algumas situações, em alguns profissionais, até na rede, nós já vemos determinados tipos de preconceito. Então, dentro de um hospital, por exemplo, já aconteceu, de assistidos nossos em uma maternidade, ser tratado assim... Ah, é drogada, está na rua... Não é bem assim. Mas, assim, a pessoa não está na rua porque quer, a pessoa não está na rua porque gosta. Toda pessoa que tem situação de rua, ela tem uma história por trás daquilo ali. Que venha levar, você vai ter um entendimento do porquê que aquela pessoa chegou, e estar na rua, não é legal. Dormir na rua não é legal. Ficar dias sem ter o que comer. Não é possível que alguém goste disso. Todas as pessoas que estão em situações de rua têm uma história” (Entrevistada 4).*

*“Mas, por exemplo, existe ainda muitos preconceitos em relação à população em situação de rua. Que não se pensa que é o resultado das expressões das questões sociais, que é o resultado de uma desigualdade muito grande, que começa há anos e anos atrás. Então, se esbarra muito numa questão de preconceito em relação à população em situação de rua. Das pessoas acharem que as pessoas estão na rua porque não querem trabalhar, porque não querem fazer nada.” (Entrevistada 6).*

*“É como se as pessoas estivessem na rua porque de fato elas desejam. Acho que a frase mais recorrente é que a pessoa está em situação de rua porque quer. Eles acham que todo mundo que está em situação de rua consegue sair a hora que quiser. [...] precisou uma catástrofe desse tamanho para que as pessoas também tivessem um olhar diferenciado [...] para essa questão, que envolve muito preconceito, que envolve pré-julgamento, que envolve criminalização da pobreza” (Entrevistada 7).*

*“[...] eles chegam na unidade de saúde sujo. Já é um preconceito. Mas tudo bem. Eu tenho consultório de rua dentro. Eu acho, sim, consultório de rua fora. Você está entendendo o que eu estou te falando? Eu tenho consultório de rua na rua para criar vínculo, para ele entrar dentro de um centro de saúde. Mas eu não preciso ter um consultório de rua dentro de um centro de saúde. Eu não preciso. Ou preciso, ou o nosso preconceito está tão enraizado que eu preciso disso” (Entrevistada 8).*

*“Hoje a gente tem um público que tem perfil de mercado de trabalho, mercado formal, mas só o fato de ele estar acolhido, só o fato de ele apresentar uma declaração de um*

<sup>64</sup> A exclusão é compreendida por Yazbek (2001, p.34) “como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão, que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída”.

*abrigo, ele automaticamente é excluído. Então a gente precisa de ter um olhar diferenciado para esse público” (Entrevistada 9).*

A reprodução dessas visões por profissionais de instituições públicas e privadas, impede o reconhecimento da população em situação de rua como sujeito de direitos. Além disso, a visão das pessoas em situação de rua, de forma romantizada como “coitadinhos” leva a uma intervenção pautada em ações filantrópicas e de caridade, e a visão dessas pessoas como “vagabundos”, que estão nessa situação porque querem, leva a culpabilização e a criminalização da pobreza. Ou seja, nenhuma dessas duas garantem direitos. Pelo contrário “os profissionais desses serviços ao adotarem práticas discriminatórias e pautadas na negligência e no descaso, ao invés de contribuírem para a proteção e promoção das pessoas em situação de rua, se tornam agentes violadores de direitos” (OLIVEIRA, 2021, p. 7).

As *entrevistadas 1, 3, 6, 7 e 9*, sinalizam em suas falas os rebatimentos dessas concepções no atendimento à população em situação de rua.

*“[...] as violências institucionais e as violências simbólicas [...] são as violências que mais atingem a população em situação de rua. Aí você não tem uma visão técnica, você não tem o conhecimento da política, você acaba que fortalece essas perspectivas. Por exemplo, pessoas que trabalham com a política, mas acham que é uma política da bondade. Por exemplo, vou acolher pessoas em situação de rua porque eu sou uma pessoa cristã, porque eu tenho que fazer o bem. E não porque é o direito básico da pessoa. Então, aí acaba que qualquer coisa você quer punir, você tem essa perspectiva do punir. Ah, mas tal pessoa fez isso, então a gente tem que punir. Ou então, ah não, mas essa pessoa não quer trabalhar, essa pessoa não quer estudar, não sei o quê. [...] E aí é aquilo que eu falei, aquela visão macro que as pessoas têm de culpabilização, de individualização, do indivíduo estar aí porque quer, não vou atender, não vou fazer dessa forma porque eu tenho entendimento que eu estou ajudando e a pessoa tem que sofrer para conseguir alguma coisa. Está entendendo? Se quer alguma coisa tem que fazer, tem que trabalhar, enfim” (Entrevistada 1).*

*“É porque senão nós podemos criar... É... Duas situações. Um, trabalhar da caridade pela caridade ah tadinho, ah tadinho. E aí eu não estou garantindo o direito. Eu estou trabalhando no pobre coitado. Perspectiva de pobre coitado, caridade não é... Não é a solução para esse público. Não é. Sabe por quê? Porque é ah tadinho até ele ser grosso. Quando ele for grosseiro, o ah tadinho acabou. Aí eu vou para outro canto, ele que se vire ali. Ou eu trabalho na perspectiva de que ninguém tem que estar ali não. Aquele espaço não é para ele, tira ele dali, faz de qualquer jeito. É, tira mesmo. É uma questão higienista. Não é um público que tem ausência de política pública. É um público que está ali porque quer. É um público que está ali, então tem que usar na marra mesmo com ele. Mas aí eu não estou trabalhando nele. Tirando o direito, ah tratando-o como pobre coitado. Tadinho. O que eu vou dar para ele? O que eu quero. Não é o que ele precisa, é o que eu quero. Porque doação é isso. Caridade é isso. Você dá para o outro aquilo que você quer. Você não trata das necessidades, das violações. Você não trabalha a violação do direito” (Entrevistada 3).*

*“Então, se você tem uma visão preconceituosa, você acaba tendo um trabalho que é voltado para caridade, para bem-estar e não como direito em relação às políticas públicas.” (Entrevistada 6).*

*“[...] porque sempre uma visão muito estigmatizada, muito parcializada, muito compartimentada da população em situação de rua, porque as pessoas ou demonizam a população em situação de rua, ou também romantizam a questão da população em situação de rua, quando a gente está falando sobre questões de direitos sociais, como são pessoas, indivíduos sujeitos a direitos e a deveres sociais, a gente precisa ter essa preocupação de garantir o mínimo a essas pessoas, são pessoas de classe trabalhadora, muitas delas estão em situação de rua e exercem as suas funções de trabalho [...]” (Entrevistada 7).*

*“[...] a gente precisa conhecer qual é a população que a gente está atendendo, quais são as características, você ter noção pelo menos do porquê aquele usuário se comporta ou se apresenta daquela maneira. E ter sensibilidade no olhar, tem uma análise do olhar do contexto que está surgindo para você, se você não tem esses atores, com esses olhares, você marginaliza mais, você exclui mais” (Entrevistada 9).*

Pelas falas das entrevistas, é perceptível que o olhar carregado de estigmas, discriminação e preconceitos sobre a população em situação de rua, além de causar situações de humilhação e desrespeito, contribui para o não acesso dessa população aos seus direitos sociais, como, saúde e emprego.

Ademais, a *entrevistada 3*, menciona em suas falas, que em alguns casos é necessária a presença de um educador social nos serviços de saúde, para assegurar que a pessoa em situação de rua seja atendida.

*“Porque assim, a gente vai levar um usuário em situação de rua que está passando muito mal para o hospital. Vai ser atendido se ficar o educador social, senão não é atendido não. Você para ser atendida, você precisa ter alguém do seu lado? Por que pop rua? Eu facilitei, eu o levei até lá. Porque eu estava com ele ali na rua, verifiquei, abordei, vi que estava passando mal e levei para a unidade de saúde. Mas para ele ser atendido precisa ter...”.*

Na percepção de Macedo; Sousa; Carvalho (2020, p. 167) “o acompanhamento deveria ser entendido como direito do usuário, sendo assim, este deveria decidir pela necessidade de ser ou não acompanhado, em vez de ser compreendido como um requisito para ter atendimento”.

A negação do acesso às políticas sociais, em decorrência do preconceito dos profissionais operadores dos serviços, em muitas situações leva a autoexclusão, que é quando o sujeito não reconhece a si mesmo como sujeitos de direitos, ocasionando o seu isolamento quase absoluto, o que incide na busca desses sujeitos pelo acesso aos direitos que têm enquanto cidadãos (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011). Conforme aponta a *entrevistada 4*:

*“Essa relação ela é muito complicada. Ó, digamos, já teve situações aqui de pessoas que são soropositivas e você sabe que elas precisam pelo acompanhamento de médicos, de remédios, isso e aquilo e não consegui porque já sofreu um preconceito em determinado local de saúde e ela não quer nem voltar. E aí não é estranho você falar assim, mas você deve ter seu medicamento. Ah, mas eles me tratam mal lá [...]”.*

Diante disso, os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados pela população em situação de rua, em decorrência do preconceito e do não reconhecimento da cidadania dessa população, dificulta a realização de um trabalho intersetorial, na perspectiva da universalização do acesso às políticas sociais e da integralidade do atendimento às demandas desse segmento populacional. As entrevistadas 1, 4, 5, 6, 8 e 9, sinalizam essas dificuldades.

*“A má vontade das pessoas. Política muito precarizada. Muito. Muitas pessoas que trabalham, que pensam que estão, no caso, fazendo favor. Então, assim, parece que as pessoas entendem a intersetorialidade como um grande favor. Estou ajudando o fulano de tal, mas eu não quero ajudar fulano de tal, porque fulano de tal é vagabundo, não quer trabalhar. Ele que corra atrás. Então, assim, na minha perspectiva, essa é uma grande... Isso é real, isso é fato, e para mim isso é um motivo primordial de a intersetorialidade não acontecer” (Entrevistada 1).*

*“Então, isso atrapalha muito. Isso atrapalha muito. Porque... quer ver, ó... Uma pessoa que é trans vai chegar no hospital vai sofrer preconceito. De todos os funcionários, não. Mas vai ter um preconceito. Uma pessoa que é usuária de drogas vai ser vista, como foi o caso dessa pessoa que era usuária de drogas, era alcóolatra, mas ela precisou de recursos. Ela não vai ter por que ela está nessa situação, nessa questão [...]. Isso é muito ruim, isso atrapalha muito. Então, essa rede aí, essa intersetorialidade, ela acaba sendo prejudicada nessa situação” (Entrevistada 4).*

*“[...] Se é um trabalho intersetorial, a gente já conversou antes com os nossos pares. Então, eles entendem com certa clareza, ou pelo menos se não está claro, a gente já iniciou uma conversa de que tipo de população a gente está criando as nossas parcerias. Então, eles sabem. Mas, assim, no sentido de alguns serviços, realmente alguns serviços não conseguem, se for, só atendimento de serviços, não intersetorialidade com articulação. Então, eu acho assim, se é intersetorialidade mesmo, a gente teve uma conversa antes. Então, assim, eles sabem exatamente qual é a população que eles estão lidando. Então, assim, talvez o desafio esteja na gente vincular essas parcerias. De algumas instituições começarem a ver realmente a pessoa em situação de rua como uma pessoa, um cidadão que necessita daquela oportunidade. Talvez o maior desafio seja esse, na hora de fazer a pactuação com os parceiros, com os outros setores” (Entrevistada 5).*

*“Então, às vezes, uma visão muito preconceituosa atrapalha demais esse serviço. Ou esse atendimento. E aí isso reflete também na relação intersetorial com os serviços, mesmo com algumas instituições trabalhando com essa população” (Entrevistada 6).*

*“[...] quando a gente faz o encaminhamento, quando tem alguma coisa em relação a esse sentido, a gente observa que as agências bancárias não atendem aquela pessoa como deveria ser. Então, muitas das vezes tem que ir o advogado até a agência para ver, ou então a gente tem que fazer algum outro relatório. Então, em algumas instituições, e muito mais a coisa mesmo da instituição bancária, é que a gente não tem uma resposta muito positiva” (Entrevistada 8).*

*“Se a gente não [...] entender que público é esse que a gente está trabalhando, a gente vai cada vez mais excluir ele, porque não é um público fácil de trabalhar, não. Não é um público fácil de trabalhar, não, mas é um público que ele está tão cerceado, ele está tão dentro da exclusão, que muitas vezes ele se apresenta para a gente de forma muito dura. E a sociedade tem um olhar muito duro, é o malandro, é o vagabundo, quais as outras nomenclaturas? Malandro, vagabundo, ganso, é o cara que não quer nada [...]. De modo geral, se você não constrói isso, tem alguns serviços realmente que a pessoa não vai conseguir acessar, não. O olhar vai ser mais discriminatório, vai ser mais excluído. E aí a importância de você ter, conversar com os atores,*

*conhecer os atores, conhecer a rede, fazer um processo de fato, seja entre setores” (Entrevistada 9).*

Por esse viés, para que o trabalho intersetorial de assistentes sociais com a população em situação de rua se consolide, é fundamental que os diversos setores, reconheçam a população em situação de rua como sujeitos de direitos, rompendo com o olhar discriminatório dirigido a essa população em muitas situações, e principalmente como “objeto” da sua intervenção, se colocando à disposição para a realização do diálogo e de um trabalho articulado e em conjunto.

### 3.5 A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA INTERFACE COM A INTERSETORIALIDADE

De acordo com Yamamoto (2008, p. 127) o Serviço Social, enquanto uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, foi regulamentado como uma profissão liberal, dessa condição advém “os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional”. Contudo, “o exercício da profissão é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional”, que é restringida em diversos graus na definição da direção social do exercício profissional de assistentes sociais, “com incidências na sua configuração técnico-profissional”.

A autora acrescenta que as relações de trabalho firmadas com as instituições empregadoras, “condicionam o processamento do trabalho concreto cotidiano e significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregnam essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2008, p.128).

Como trabalhador assalariado, para a realização do exercício profissional, o/a assistente social depende:

[...] dos meios e instrumentos de trabalho que, não sendo propriedade desses/as trabalhadores/as, devem ser colocados à disposição pelos empregadores institucionais públicos ou privados: infraestrutura humana, material e financeira para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e um conjunto de outros requisitos necessários à execução direta de serviços sociais para amplos segmentos da classe trabalhadora ou para o desenvolvimento de funções em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS, 2018, p. 37).

Sendo assim, são os empregadores que determinam as condições em que o trabalho de assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais será realizado:

intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Por outro lado, os organismos empregadores definem a particularização de funções e atribuições consoante sua normatização institucional, que regula o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho, e recortam as expressões da “questão social” que podem se tornar matéria da atividade profissional (IAMAMOTO, 2018, p. 128).

As condições de trabalho disponibilizadas pelas instituições empregadoras “condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 128). Nessa perspectiva, é papel dos empregadores, e direito do/a assistente social estabelecido pelo Código de Ética, assegurar condições de trabalho dignas, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.

A fim de estabelecer condições e parâmetros normativos, claros e objetivos, assegurando que o exercício profissional do assistente social possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) aprovou a Resolução nº 493/2006, determinando em seu artigo primeiro, que “é condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer” (CFESS, 2006).

Apesar das legislações, estabelecerem as condições mínimas para que os/as assistentes sociais desenvolvam as suas atribuições e competências de forma plena, com base nas recentes transformações no mundo do trabalho, constata-se que as condições de trabalho efetivas para a realização do exercício profissional, ainda estão muito aquém dos parâmetros estabelecidos (SANTOS; MANFROI, 2015).

Por esse viés, Raichelis (2011, p. 430) destaca que as estratégias assumidas pelo capitalismo contemporâneo, no seu processo de produção e acumulação de riquezas, norteadas pela tríade: reestruturação produtiva, globalização e ideologia neoliberal, “promovem expressivas mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, decorrendo daí a existência de amplos contingentes de trabalhadores flexibilizados, informatizados, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva”.

A autora ainda comenta, que para o capital e as classes dominantes, o que é basilar a esses processos de precarização e intensificação “é o aumento da degradação e da exploração do trabalho. Ou em outros termos, reduzir o trabalho pago e ampliar o trabalho excedente, o que está na raiz do sofrimento do trabalho assalariado” (RAICHELIS, 2011, p. 435).

De acordo com Francisco (2020), no Brasil, essas mudanças no mundo do trabalho, são ainda mais agressivas para os trabalhadores, visto que, o país não chegou a desenvolver ao longo da história um Estado de Bem-Estar Social.

A implementação das políticas econômicas neoliberais, iniciada no Brasil a partir dos anos 1990, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, provocou intensas transformações no mercado de trabalho e no papel do Estado, que transfere a sua responsabilidade de intervenção nas expressões da questão social para instituições privadas e o setor público não-estatal.

Assim, o Estado deve “assumir o papel “neutro” de legislador e árbitro e desenvolver apenas ações complementares ao mercado. Sua intervenção deve restringir-se a regular as relações sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 62), atendendo aos interesses do capital, garantindo a sua ampliação e manutenção.

Por esse viés, Raichelis (2013, p. 618), expõe que, o Estado renuncia às políticas universais baseadas nos direitos de cidadania, e passa a defender “alternativas que envolvem a família, as organizações sociais e a ‘rede filantrópica de solidariedade social’”, colocando em prática ações “reducionistas, voltadas primordialmente para situações extremas, com alto grau de seletividade e focalização, direcionadas à miséria e à pobreza absoluta, que não impactam de forma significativa os níveis de desigualdade social persistentes em nosso país”.

Os rebatimentos desse cenário caótico e controverso, para o trabalho do/a assistente social se expressam através da precarização e flexibilização das condições de trabalho, visto que enquanto trabalhador assalariado, não está isento às transformações ocorridas na organização e gestão do mercado de trabalho no âmbito da globalização do capitalismo.

Complementando, Alves (2015, p.196) aponta que:

No âmbito da profissão, essa realidade se desdobra em desqualificação profissional (aligeiramento da formação via cursos à distância, ampliação da rede privada e precarizada de ensino e sucateamento do ensino público), contratos de trabalho temporários, por prestação de serviços e contratos em comissão. Entre outras formas de contratação há ainda, sobretudo nas instituições públicas, a questão do duplo vínculo de trabalho e na sobrecarga de trabalho. No que se refere às condições de trabalho, evidencia-se a não garantia de condições adequadas quanto à carga horária (mesmo com a conquista das 30 horas por lei), equipamentos e estrutura física adequada à garantia das condições éticas e técnicas para o trabalho do assistente social. Destaca-se ainda uma gradativa defasagem salarial e na oferta de concursos públicos com remuneração adequada.

Antes de apontar as repercussões das mudanças no mundo do trabalho, sobre as condições de trabalho das assistentes sociais participantes desta pesquisa, é importante delinear o perfil profissional e do mercado de trabalho dessas profissionais. Vale ressaltar que os dados

apresentados não podem ser usados para representar a realidade do município do Rio de Janeiro, devido ao tamanho da amostragem.

Participaram da pesquisa dez assistentes sociais, sendo 100% (10) do sexo feminino, o que “reafirma a identidade majoritária feminina da profissão de Serviço Social, por essa estar ligada aos cuidados, tendência manifesta desde a origem da profissão e que não foi revertida no processo histórico mais recente” (MARTINS, 2022, p. 266).

No que diz respeito à formação profissional, observou-se que 90% (9) das profissionais possuem pós-graduação, e desse total, 33,3% (3) são mestres e 77,7% (7) são especialistas. Esses dados apontam a importância dada pelas profissionais a formação continuada, considerando às condições impostas pela conjuntura atual e pelo competitivo mercado de trabalho, e aos princípios fundamentais do Código de Ética, que dentre eles, estabelece o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993).

Quanto ao espaço sócio-ocupacional, 70% (7) são trabalhadoras da Política de Assistência Social; 20% (2) são trabalhadoras de uma Ong e 10% (1) da política de Educação. Esses dados apontam para a ampliação dos postos de trabalho, nas políticas de seguridade social, especialmente na política de assistência social na esfera municipal, devido a intensificação das demandas nos municípios em decorrência da descentralização dos serviços sociais públicos (RAICHELIS, 2011). Além de expressar a manutenção da referida política, como “uma das mediações mais tradicionais e persistentes do exercício profissional” (RAICHELIS, 2010, p. 752).

No tocante aos aspectos do mercado de trabalho das assistentes sociais participantes dessa pesquisa, os dados apontam que as profissionais estão inseridas predominantemente no setor público (80% - 8), “dado que corresponde à tendência nacional e ao processo histórico de profissionalização e institucionalização da profissão” (MARTINS, 2022, p. 267). Sobre o tipo de contrato, 70% (7) das entrevistadas são contratadas pelo regime estatutário, 10% (1) por meio do contrato temporário por tempo determinado, marcado pela precariedade, instabilidade e pela restrição de direitos trabalhistas (MARTINS, 2022) e 20% (2) não possuem vínculo empregatício, realizam o trabalho de forma voluntária. ,

Nessa perspectiva, Raichelis (2010, p. 758) destaca que:

Em um contexto social marcado pela retração e mesmo erosão do trabalho contratado e regulamentado, típico da era taylorista e fordista, cresce o trabalho precário, parcial, temporário, bem como as diferentes modalidades de flexibilização de vínculos e de direitos, além da ampliação do trabalho voluntário e das diversas formas de

cooperativismo e empreendedorismo, que ocultam novos modos de gestão e (auto)exploração do trabalho.

Ademais, Iamamoto (2012, p. 68) comenta que o incentivo ao trabalho voluntariado:

[...] é parte da estratégia neoliberal de desresponsabilização do Estado no atendimento às necessidades e direitos sociais das grandes maiorias. O voluntariado faz parte de uma investida a favor do desmonte dos direitos sociais universais, acoplada a uma operação ideológica que transforma esses direitos em benefícios eventuais e os sujeitos de direitos em súditos, dependentes dos eventuais favores da sociedade. Assim, a atuação do voluntariado vai na contramão da luta pela preservação, efetivação e ampliação dos direitos sociais universais, inscritos na institucionalidade democrática e dotados de respaldo legal e canais jurídicos para a sua defesa.

Contudo, a autora afirma que o fato de o exercício profissional ser realizado de forma voluntária, não significa necessariamente que esses profissionais sejam conservadores, e que não possam realizar um trabalho orientado pelos princípios e diretrizes balizadores do projeto ético-político profissional. Pelo contrário, podem “ser absorvidos em um projeto social de outra natureza, articulado pelas forças sociais progressistas e populares, que lhes permita transitar da condição de "cidadão de boa vontade", ao efetivo exercício da cidadania social e política” (IAMAMOTO, 2012, p. 68).

Sobre o tempo de trabalho com a população em situação de rua, os dados apontam que 80% (8) possuem um tempo de trabalho inferior a 15 anos e apenas 20% (2) trabalham com esse público há mais de 15 anos. Esses dados refletem o quanto é recente a implementação de serviços voltados para a atenção a essa população no âmbito das políticas públicas.

A carga horária de 60% (6) das profissionais participantes, está em consonância com a Lei 12.317, instituída em 2010 que estabeleceu a carga horária de 30 horas semanais, para assistentes sociais. Já os extremos com carga horária inferior a 20 horas e com 40 horas semanais aparecem com o mesmo percentual de 20% (2).

Com relação a faixa salarial, os dados apontam que há uma relação entre a modalidade de contratação e as remunerações recebidas pelas profissionais. As assistentes sociais que possuem o vínculo estatutário (70% - 7), possuem uma faixa salarial entre 4 e 7 salários-mínimos; já as assistentes sociais que exercem o trabalho voluntário, não recebem salário e a que possui o vínculo precário, tem uma remuneração entre 2 e 3 salários-mínimos.

De acordo com Raichelis (2011, p. 432) a flexibilização do trabalho, além de promover a precarização das formas de contratação, aumentando os processos de terceirização e subcontratação de assistentes sociais, incide nas formas de realização do exercício profissional, “gerando dificuldades e constrangimentos para o trabalho social e para a luta coletiva”. Isso é observado pela *entrevistada 1*, ao apontar em suas falas a falta de autonomia para a realização

do trabalho, o acúmulo de funções e apropriação do tempo do não trabalho pela instituição empregadora.

*“Para além dessa questão trabalhista, dessa questão de vínculo precário, porque isso é uma coisa muito ruim. Você não tem autonomia no seu trabalho. Falta autonomia, falta liberdade. É... Medo, preocupação. Você precisa pagar suas contas, embora você fique agoniada, porque você quer fazer o seu trabalho e tal, e aí você se expõe. Isso é muito ruim. Isso é bem alto” (Entrevistada 1).*

*Então, é um grande acúmulo de função, sem contar do trabalho durante o dia, porque, durante o dia, existe a regulação das vagas que vão para o hotel à noite. Então, é pela nossa internet, pelo nosso celular, a gente usa o nosso telefone particular para regular essas vagas. Então, assim, não é nada institucional” (Entrevistada 1).*

*“Enfim, não existe essa diferença. É o seu celular pessoal que toca, você trabalha a parte remota do trabalho, porque a atuação no seu dia de plantão, e até não fora do seu dia de plantão também, porque a gente fora do dia do plantão também somos... Fora do nosso horário de trabalho também somos acionadas. Mas eu quero dizer no sentido de você usa tudo o que é seu. Você usa o seu celular, a sua internet, o seu número particular, você confunde o seu horário de trabalho, você não tem horário de almoço, porque você está ali ‘full time’, você tem horário para sair, para entrar, você também tem horário para sair, mas você não sai no seu horário, frente a esse acúmulo de funções que tem” (Entrevistada 1).*

O acúmulo de funções sinalizado pela *entrevistada 1*, nos leva a outra questão que é a ausência de recursos humanos para atender as demandas da população usuária dos serviços. Essa questão tem como pano de fundo um movimento macrossocietário, analisado em outro item deste capítulo: a precarização dos serviços no âmbito das políticas sociais, que também faz parte das estratégias utilizadas pelo capitalismo neoliberal na conjuntura atual, e traz como consequências a insuficiência e/ou ausência de recursos humanos, materiais e tecnológicos, conforme apresenta em suas falas, as *entrevistadas 1, 3, 5, 6, 7, 9 e 10*:

*“[...] o fato de não ter todos os profissionais devidamente presentes, por exemplo. Dentro de um plantão no hotel só tem assistente social e educador social. Então, o educador faz o papel do educador, o papel da administração, o técnico do dia faz principalmente o papel de coordenar, de gerir, de atender, de coordenar o pessoal, a equipe, de resolver os problemas. Então, por vezes, um atendimento que deveria estar ali focado é interrompido, olha, chegou esse problema aqui para resolver e aí isso precisa resolver. Porque, tendo só dois tipos de profissionais, educador e técnico, o técnico que está de plantão tem que resolver tudo. Tudo, tudo, tudo” (Entrevistada 1).*

*“Enfim, e aí um computador também atrasa bastante. Ainda mais que quando a gente trabalha com pessoa em situação de rua, a gente sabe que é no atendimento ainda mais à noite que os usuários vão procurar para ver questões. E aí a gente sabe que hoje é tudo pela internet. Quero acessar a minha carteira de trabalho, a carteira de trabalho é digital. Quero agendar não sei lá o que lá. Você agenda pela internet, títulos de eleitor, identidade, CPF, seja o que for. Você precisa ter internet. Ah, vou imprimir um currículo. Você precisa ter meios para isso. E aí a ausência dessa estrutura torna o nosso trabalho um pouco mais complicado” (Entrevistada 1).*

*“Nós somos uma secretaria que foi criada em julho de 2022. Cada subsecretaria tem uma sala, nós não temos sala. Nós não temos mesa para todos os profissionais da nossa subsecretaria. Nós não temos cadeiras para todos os profissionais da nossa subsecretaria. Nós não temos computadores. O dia que as coordenações têm as suas equipes completas, elas sabem que elas vão ter que fazer rodízio de cadeira. Você acha que ela vem satisfeita? Você acha que ela vai dar o seu potencial 100% do que ela pode dar nesse serviço? Não, por quê? Porque ela se sente... Esse profissional vai se sentir desvalorizado. Ele vai se sentir desmobilizado. Então, para que movimentar tantas coisas, pensar tantas coisas, se você não tem o mínimo para o seu fazer profissional? Como é que eu vou movimentar tantos projetos se eu não tenho um computador para escrever? Uma cadeira para sentar-se?” (Entrevistada 3).*

*“Mas acontece que às vezes a gente não tem papel suficiente na impressora ou a impressora está faltando tinta, então também tem essas privações” (Entrevistada 5).*

*“como eu falei, as condições poderiam ser melhores, sem dúvida, mas a gente continua trabalhando como todo mundo. Mesmo com uma condição que eu não diria que seja inadequada, mas também não é adequada, porque a gente não tem um computador em cada mesa, a gente não tem internet. Então, ou a gente usa a internet do Creas, que é ao lado, ou a gente usa a internet do nosso próprio telefone quando a gente roteia, e nós temos agora um telefone celular, que a gente usa também para rotear e para entrar na internet, para fazer as ações que sejam feitas online. Temos pouco computador, na realidade, a gente só tem um computador para a equipe técnica e para o administrativo, a direção traz o notebook dela, que ela usa, e às vezes utiliza a internet do Creas, ou faz o próprio roteamento do próprio celular. [...] os Cras recebem verba do governo federal. Mas as unidades de acolhimento, a verba é da prefeitura, é municipal. E aí acaba sendo pequena para essa demanda das unidades que são grandes.” (Entrevistada 6).*

*“Nós temos pessoas, por exemplo, que são, que têm deficiência, algumas crônicas e aí precisaria de um trabalho maior de reabilitação, mas a saúde também não tem esse profissional disponibilizado para fazer um trabalho mais presencial, de uma forma com mais presença mesmo no abrigo, nas próprias unidades de saúde” (Entrevistada 6).*

*“Nós tínhamos sete computadores. A gente utilizava dois computadores para fazer o laboratório de inclusão digital para os usuários, para fazer currículo para o usuário entrar na internet. Mas também perdemos, depois do ataque hacker, os computadores. A gente teve uma redução de sete para três computadores. Então, também é uma coisa que influencia” (Entrevistada 7).*

*“Mas a gente, por exemplo, tem questões com coisas básicas, informática, internet. Já teve época de eu acessar a internet no meu celular. Porque você quer que o serviço ocorra, você quer que eu tenha acesso. Mas, assim, tem uma hora que você fala assim, cara, a prefeitura tem que garantir isso. Eu preciso de um computador para acessar um cad. único. Eu preciso de um computador para mandar um e-mail. Para acessar o endereço de alguma coisa. Eu não posso ficar acessando os meus dados. É isso que interfere no nosso dia a dia” (Entrevistada 9).*

*“Mas a gente sabe que aqui, nesse momento, para poder o espaço funcionar de uma maneira que fosse melhor até, precisaria, nesse momento, mais recursos humanos. Isso sim, sem dúvida” (Entrevistada 10).*

Pela fala das entrevistadas é perceptível o impacto da ausência de recursos como os tecnológicos para o exercício profissional das entrevistadas, “especialmente em um cenário onde a informação e o processamento de dados assumem centralidade para pensar as ações e estratégias, bem como o território e a produção de documentos” (MARTINS, 2022, p. 272).

Além disso, nas falas das *entrevistadas 6 e 9*, podemos notar que o não acesso à internet no espaço de trabalho, as impulsiona a utilizar os próprios recursos, tendo em vista que “estão cientes de que as tecnologias de informação podem ampliar as condições políticas e tecnológicas da profissão, considerando todos os desdobramentos que desembocam tanto no processo formativo do assistente social quanto no trabalho dos profissionais” (MARTINS, 2022, p. 272).

Os processos de precarização do trabalho, também incidem em outro aspecto das condições de trabalho das profissionais entrevistadas, as condições éticas e técnicas. Contrariando a resolução nº 493/2006 do Cfess, apresentada nos parágrafos anteriores, 20% (2) não possuem iluminação adequada para atendimento diurno e noturno; 20% (2) não possuem sala individual para o atendimento aos usuários; 30% (3) não possuem recursos que garantam a privacidade do usuário e o sigilo profissional e 30% (3) não possuem espaço adequado para a guarda do material técnico, garantindo o seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais. Além disso, apesar da referida resolução apontar em seu artigo terceiro que “o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo” (CFESS, 2006) 40% (4) das entrevistadas não possuem ventilação adequada para o atendimento com portas fechadas.

Apesar de ser em pequena porcentagem, tais dados demonstram a violação de normas preconizadas pelo Código de Ética, nos artigos 15 e 16, de acordo com as quais: “constitui direito do assistente social manter o sigilo profissional; o sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional”.

Nessa perspectiva, Barroco; Terra (2012, p. 206), comentam que mesmo o sigilo profissional sendo um direito de assistentes sociais e dos usuários dos serviços, em muitas situações ele é violado devido as condições de trabalho existentes nos espaços sócio-ocupacionais.

Embora a manutenção do sigilo seja um direito do assistente social, muitas vezes o respeito a tal garantia é violado pelas condições e estrutura do ambiente de trabalho, da estrutura física da sala onde está instalado o Serviço Social, que por vezes não veda o som e está instalada em lugar impróprio, inadequado, de acesso a terceiros, como assistimos no cotidiano da atividade profissional.

Nesse universo das condições de trabalho, também estão presentes a ausência de recursos como, carro para a realização do serviço de abordagem, e a precariedade da

infraestrutura física dos espaços de trabalho das assistentes sociais participantes dessa pesquisa, conforme apontam as *entrevistadas 1, 3, 6, 7, 9 e 10*:

*“[...] a própria sala de técnicos tinha infiltração, não tinha janela para lugar que corre ar, de você ver bichinho assim tipo barata, essas coisas. As próprias condições assim, a água que às vezes não está muito boa para consumo [...]. Então, interfere tudo isso no nosso processo de trabalho. [...] Se não existissem tantos percalços, tantos probleminhas em questão de infraestrutura. É questão assim, por exemplo, de alimentação. A refeição era muito ruim para os usuários e a nossa também, nós tínhamos direito à refeição, era muito ruim mesmo, uma comida ruim, pesada, castigo mesmo, muito ruim” (Entrevistada 1).*

*“Hoje, hoje eu tenho uma quantidade poucas, é, de vans para executar o serviço de abordagem 24 horas para dar conta do município como um todo. E isso já foi apontado para a gestão, isso precisa de recurso, então vai para além da ação da subsecretaria. Então é uma questão orçamentária da secretaria com o prefeito em si. Disponibilidade orçamentária. Nós temos cinco vans. Eu tenho cinco vans para atuar 24 horas no município todo. Se uma van quebra, porque ela roda o dia inteiro e a noite toda. Se uma van quebra, vai impactar a execução do meu serviço. A ausência de carro, sim, impactou o serviço. Já aconteceu, já aconteceu de a gente ficar com vans, da abordagem só, apenas três. E aí a gente liga para o Creas e não tem jeito. Aí o Creas, é isso, é um efeito dominó. A gente traz as vans do Creas, para as vans do Creas darem o suporte na abordagem, e obviamente vai afetar a oferta de serviço no Creas. Mas aí não tem jeito, a abordagem 24 horas não pode parar. Ela não pode parar” (Entrevistada 3).*

*“O prédio que eu trabalho é um prédio antigo da LBA, Legião Brasileira da Assistência, que foi extinta, foi da época do governo Collor, e foi extinta e o município municipalizou alguns prédios [...]. Hoje é um abrigo para homens adultos, de 18 a 59 anos de idade, que necessita de reforma. Reforma, inclusive, que facilite o acolhimento dos próprios usuários e o trabalho dos funcionários que lá estão. Então, com uma chuva muito forte chove dentro. Tem algumas infiltrações. Então, é um prédio que precisa realmente de reforma. Os quartos, por exemplo, onde os homens dormem, precisam de uma reforma, porque toda a eletricidade é uma eletricidade antiga, os encanamentos são antigos. Por exemplo, na nossa sala de atendimento, que é sigilosa, que tem uma parede que não vai até o teto. Apesar da gente ter esse espaço de atendimento sigiloso, existe uma divisória que não vai até o teto, então a gente, quando atende, fecha a porta, claro, para garantir esse sigilo. Aí, às vezes, a gente ouve as pessoas conversando, aí a gente pede para falar mais baixo, para não atrapalhar a entrevista, o atendimento [...]. Então, assim, tem um problema de infraestrutura que é muito sério” (Entrevistada 6).*

*“Então, a infraestrutura de trabalho, a gente aqui depende muito dos banheiros, por exemplo. Banheiro, desde ontem, a gente está com problemas de vazamento. Então, a gente depende de os banheiros para a gente poder assegurar um pouco de dignidade aos usuários. Aqui, a gente tem uma procura muito grande por banhos. A gente aqui ainda não tem oferta de canil. Se a gente não tem o canil, a gente também não atende o usuário também na completude, porque não tem o canil. A gente, a falta de estrutura, por ser um espaço ainda que não tem todas..., não tem espaço de lavanderia, os usuários não podem lavar roupa aqui. Então, são espaços que a gente precisa pensar dentro de uma estrutura” (Entrevistada 7).*

*“A gente tem uma infraestrutura que é hoje um prédio muito antigo, que foi adaptada ao acolhimento [...]. A gente tem poucos investimentos da prefeitura no sentido de infraestrutura, e a infraestrutura que a gente tem hoje é deficitária, então a gente tem algumas... Tem sala de atendimento, tem algumas coisas, mas é um prédio que tem problemas estruturais sérios, falhos. Na minha avaliação até é grave. Então, assim, não são as condições ideais de trabalho, eu tenho a sala de equipe técnica, a gente*

*tem uma sala de atendimento aqui, mas eu acho, por exemplo, que a sala de atendimento ela precisava garantir mais ainda uma privacidade. O abrigo é cheio de infiltração, assim. Vai ter muita gente com problemas, além dos problemas que a pessoa pode ter, mas vai ter muita mais gente com problemas a nível respiratório. Inclusive eu” (Entrevistada 9).*

*“Por exemplo, a gente é um prédio velho, que tem uma estrutura já que precisa de uma maior conservação. Então, os próprios instrumentos lá da sala do centro de convivência, o cupim já comeu muitas coisas. Então, falta um cuidado, um reparo” (Entrevistada 10).*

As falas das entrevistadas reforçam as análises realizadas em outros itens desse capítulo, que apontam para a redução do investimento nos serviços socioassistenciais, impondo limites para a realização do trabalho intersetorial desses profissionais com a população em situação de rua. Ademais, visto que, esta pesquisa apontou que essas profissionais estão inseridas majoritariamente no setor público, esses dados expressam o desmonte das políticas sociais, prejudicando o atendimento às demandas dos usuários dessas políticas. Isso é sinalizado pela *entrevistada 7*:

*“[...] se o trabalho é precário a gente não consegue fazer o atendimento de uma forma bacana, se precarizou você vai prejudicar, o prejudicado é sempre o usuário que é mais prejudicado, ele é quem vai ser afetado diretamente por essa precarização”.*

Nessa perspectiva, as transformações no mundo do trabalho, afetam os usuários das políticas sociais, por duas vias: a primeira, através da precarização das suas condições de vida, enquanto classe trabalhadora, “que é a insuficiência de garantir a manutenção da vida exclusivamente pelos ganhos da venda da força de trabalho” (MARTINS, 2022, p. 264); a segunda, essa fração da classe trabalhadora ao não encontrar no trabalho, “as condições mínimas para garantir a vida digna recorre cada vez mais aos recursos das políticas sociais compensatórios como forma de garantir um mínimo de subsistência” (MARTINS, 2022, p. 264), não encontrando respostas suficientes para atender as suas demandas de forma integral.

Na ânsia de atender as demandas da população em situação de rua, as assistentes sociais, lançam mão de estratégias e acabam improvisando, para garantir os direitos dessa população, conforme aponta a *entrevistada 9*:

*“E à medida que a gente não tem condições também adequadas de trabalho, eu acho que a gente vai... começa a improvisar muito no processo de trabalho. Assim, a gente vai dando um jeito de ter a sala da equipe técnica, dando um jeito de fazer o atendimento individual de forma a garantir o sigilo profissional, dando um jeito e aí você fica no tipo do dar o jeito, e o setor público mesmo, que deveria ter responsabilidade na manutenção, no zelo, na construção, não tem”.*

A precarização das condições de trabalho de assistentes sociais, em seu sentido amplo, também interfere na realização do trabalho intersetorial com a população em situação de rua,

no sentido em que “as forças políticas incidentes nas condições e relações de trabalho que circunscrevem o assistente social, articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados” (IAMAMOTO, 2010, p. 230), o que é apontado pelas *entrevistadas 1, 6 e 9*:

*“Gente, porque assim, é bizarro você tentar garantir um direito quando pelo menos o direito profissional já está quebrado, do profissional que te atende ou você não tem o direito, ou então assim, você ser atendido num lugar com condições físicas, estruturais ruins, ou então uma rede precarizada, uma rede extremamente burocrática, de difícil acesso, isso não traz fluidez para o seu trabalho profissional. Pelo contrário, você fica muito mais engessada. Você não consegue desenvolver.... as próprias questões institucionais também. Você não consegue, não consegue, não dá, sabe” (Entrevistada 1).*

*“Então essa precarização, ela também reflete no trabalho do serviço social. No que diz respeito às condições de trabalho. Necessitando de reforma, de espaços mais adequado s[...]. Então, essas questões estruturais acabam contribuindo para uma não autonomia desse sujeito. Para não... acaba contribuindo e dificultando uma reinserção social, como deveria acontecer” (Entrevistada 6)*

*“A precarização do trabalho interfere no seu processo de trabalho, na construção de um trabalho de melhor qualidade, na construção de trabalhos de melhor garantia de direito, melhor acesso, promoção de acesso. A partir do momento que você não tem minimamente alguns recursos, é difícil até você [...], você faz o trabalho. Mas você faz com mais dificuldade. E algumas coisas você nem faz. Porque você não dá conta de fazer” (Entrevistada 9).*

Sendo assim, esses processos de precarização das políticas sociais, espaços ocupacionais privilegiados do assistente social, dificultam o enfrentamento às expressões da questão social, reproduzindo no “âmbito institucional do trabalho profissional condições limitadas para a autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política do exercício profissional” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167), o que impõe muitos desafios para a efetivação do trabalho intersetorial, norteado pelo projeto ético-político da profissão, no atendimento às demandas da população em situação de rua, tendo em vista que os princípios que o norteiam, a saber, a liberdade, a ampliação da democracia e da cidadania, vão na contramão do projeto em andamento na sociedade capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo desenvolver análises sobre o trabalho intersetorial das assistentes sociais, participantes da pesquisa empírica, no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Além disso, apresenta os impasses e desafios, que impõe limites para a efetivação da intersetorialidade, no trabalho dessas profissionais com o referido segmento populacional.

As análises realizadas neste estudo, tiveram como base a compreensão do Serviço Social, como uma profissão historicamente determinada, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, participante dos processos de trabalho coletivos da sociedade capitalista, da reprodução das relações sociais e polarizada pelos interesses contraditórios inerentes a essa ordem social e pela luta de classes.

Nesse sentido, o assistente social, enquanto um trabalhador assalariado, tem o seu exercício profissional condicionado por esses interesses em disputa no contexto macrossocial, “que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2010, p. 415).

Um desses segmentos atendidos pelo trabalho do assistente social é a população em situação de rua, uma das expressões mais duras e visíveis da questão social, que apesar de ser reconhecida no âmbito legal como portares de direitos de cidadania, sofre constantemente com processos de violência, discriminação e preconceitos, sendo relegada a um lugar marcado pelo não acesso aos direitos duramente conquistados, por práticas higienistas, pela opressão e pela precariedade das condições de vida.

Diante desse contexto, cabe ao assistente social desenvolver um trabalho profissional humanizado e acolhedor, comprometido com a defesa dos direitos desse segmento, pautado no respeito à dignidade humana e às diferenças de raça, classe, gênero etc., e para a luta contra práticas marcadas pela discriminação e pela negligência, que acabam obstaculizando o acesso da população em situação de rua aos seus direitos de cidadania.

Além disso, diante da complexidade e dos múltiplos determinantes que envolvem a situação de rua, é fundamental que o/a assistente social inclua a intersetorialidade como instrumento de trabalho, na sua intervenção profissional junto à população em situação de rua, realizando um trabalho conjunto e integrado com os demais profissionais que estão inseridos no espaço institucional em que atua e articulado com os profissionais de outros setores, tendo

em vista que, um trabalho voltado para a garantia dos direitos de cidadania, só pode ser consolidado a partir da realização de ações intersetoriais, pautadas pela atenção integral.

O desenvolvimento da intersectorialidade no trabalho dos/as assistentes sociais, com a população em situação de rua, no âmbito das políticas sociais, também requer compromisso ético e político dos gestores, a fim de mobilizar os setores para a oferta de ações e serviços e para a realização de um trabalho articulado e complementar.

As concepções sobre a intersectorialidade apresentadas pelas profissionais participantes deste estudo, - apesar de duas participantes apresentarem a princípio desconhecimento sobre o conceito e outras duas confundirem esse conceito com a interdisciplinariedade -, apontam uma compreensão para além do encaminhamento das pessoas em situação de rua para outros setores, mas como, a articulação entre os setores, pautada pelo diálogo e pela pactuação de parâmetros de atendimento, e que envolve planejamento de estratégias conjuntas, com o mesmo objetivo: atender de forma integral as demandas da população em situação de rua.

Os resultados da pesquisa de campo demonstram, que essa compreensão se traduz no trabalho que é realizado pelas assistentes sociais com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Visando atender as demandas dessa população na sua totalidade, as profissionais, realizam encaminhamentos e estabelecem parcerias com a rede de serviços sociais existente no território. Além disso, as entrevistadas afirmaram que evitam realizar os encaminhamentos, como um fim em si mesmo, mas buscam conhecer e dialogar com os serviços antes de encaminhar as pessoas em situação de rua.

De acordo com as entrevistadas esse diálogo e contato prévio, facilita o acompanhamento dos encaminhamentos realizados para os demais setores. Quando os encaminhamentos são realizados para setores em que não há uma parceria, o acompanhamento pela via institucional é mais difícil, e fica restrito ao retorno dado pelos usuários quando voltam aos serviços. Para facilitar essa troca com os demais setores, as entrevistadas sinalizaram que, os/as profissionais do território central do município criaram uma rede pessoal em um aplicativo de mensagens.

A partir dos relatos das entrevistadas, foi possível perceber também que são poucas as menções da realização de reuniões com outros setores para o planejamento de ações conjuntas e estudos de casos, e que o diálogo entre os serviços socioassistenciais ocorre predominantemente através do estabelecimento de uma rede pessoal entre os profissionais desses serviços.

Além disso, alguns relatos apontaram que o diálogo e o trabalho articulado é mais efetivo entre a política de Assistência Social e a Saúde, principalmente devido ao fato de as duas

políticas possuem serviços específicos para a população em situação de rua, o que contribui para segregar o usuário ao espaço dos serviços especializados. A existência de serviços específicos para essa população é de suma importância, mas deve servir como ponte para contribuir para o acesso às demais políticas sociais e não como muros para resguardá-los e restringir o acesso aos direitos de cidadania.

Com a criação da Subsecretaria de Programas para a População em Situação de Rua, houve alguns avanços, como o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para atender as demandas dessa população nas áreas de emprego e renda e cultura e a realização de ações conjuntas com a política de Saúde; Vigilância Sanitária e Ordem Pública. Vale ressaltar que, devido ao histórico negativo das atuações da secretaria de Ordem Pública com a população em situação de rua no Rio de Janeiro, é preciso tomar cuidado para que agentes que devem promover a garantia de direitos e o atendimento humanizado não sejam participantes e coniventes com ações repressivas e higienistas.

Essa articulação da subsecretaria com os demais setores, só existe, no entanto, por determinação do gestor municipal, que quando criou a subsecretaria, determinou que os setores atuassem em conjunto para atender a população em situação de rua. Sendo assim, é fundamental a participação ativa da gestão municipal, na promoção da intersetorialidade, senão ela acaba se restringindo as estratégias elaboradas pelos profissionais, através de contatos pessoais, via grupos em aplicativos de mensagens e outros meios que lançam mão, por entenderem que sem essa articulação não é possível atender de forma efetiva as demandas dessa população.

Por esse viés, apesar do município, estar avançando na realização de ações intersetoriais para atender a população em situação de rua, são ações ainda muito pontuais e em processo de construção, visto que, são poucas as iniciativas de integração e diálogo entre os setores, a nível de gestão e o que o trabalho intersetorial, é restrito as ações realizadas pelos profissionais na execução dos serviços.

Diante disso, a partir das análises realizadas nos registros das entrevistadas e na literatura especializada na temática, foi possível identificar cinco dos principais desafios que impõe limites para a realização do trabalho intersetorial, entre as assistentes sociais participantes desta pesquisa, com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro.

O primeiro, são as formas de gestão e implementação das políticas sociais brasileiras, visto que, apesar da Constituição Federal de 1988, apresentar em seu escopo a estratégia da intersetorialidade aliada a descentralização, visando assegurar o atendimento integral aos problemas sociais complexos vivenciados pelos cidadãos, e a efetividade das políticas sociais públicas, a adesão do governo brasileiro nos anos 1990 às políticas neoliberais e de ajuste fiscal,

ocasionou mudanças significativas na gestão das políticas sociais públicas, dentre elas a privatização e o desfinanciamento dessas políticas, o que impõe limites para a concretização da cidadania universal e para a realização do potencial emancipatório dos direitos sociais.

Além disso, o modelo de gestão estruturado historicamente pautado na setorização e na fragmentação dos setores, aliado à burocratização do acesso e a ausência de vontade política, para pautar na agenda pública o investimento dos recursos públicos em políticas que estejam voltadas para atendimento integral das necessidades da população em situação de rua, também limitam a realização de um trabalho intersetorial no atendimento a essa população, à medida em que as políticas ofertadas são concebidas de forma desarticuladas e fragmentadas, e as ações realizadas ocorrem de forma isoladas, dificultando a realização de um diálogo e das articulações entre os setores.

O segundo, é a ausência e a precarização dos serviços socioassistenciais. Apesar da Política Municipal para a População em Situação de Rua do Rio de Janeiro, assegurar o acesso amplo aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda e conforme apontado no capítulo dois, ofertar vários serviços e ações voltadas para a população em situação de rua, há uma predominância nas instituições da política de Assistência Social, na oferta de serviços sociais para essa população, e a ausência de serviços cruciais, tais como: saúde mental; habitação; educação; emprego etc.

Além disso, os relatos apontam, que mesmo quando há a oferta de serviços, ela ocorre de forma insuficiente e precária. Sendo assim, é fundamental que todos os setores se responsabilizem pela oferta de serviços de qualidade, pautada pela garantia de direitos, a população em situação de rua, para que o trabalho intersetorial dos/as assistentes sociais se concretize.

O não reconhecimento da população em situação de rua, como “objeto” de intervenção, por algumas políticas públicas, nos leva ao terceiro desafio: a centralidade atribuída a assistência social, tendo em vista que, a despeito da política municipal estabelecer responsabilidades no âmbito das demais políticas públicas para a atenção as demandas da população em situação de rua e apresentar a intersetorialidade como diretriz para a sua implementação, conforme análises realizadas no capítulo dois, a política de Assistência Social, é a que possui ações mais avançadas, de maior proporção e maior alcance, e ainda é concebida como responsável pelo atendimento à essa população, conforme apontaram os relatos das entrevistadas.

A centralidade que atribuem a política de Assistência Social, dificulta a atuação dos demais setores e a articulação, no sentido em que não há intersectorialidade quando somente uma política social atua. Diante disso é fundamental desconstruir e superar a visão de que a atenção à população em situação de rua, é responsabilidade da Assistência Social, a fim de consolidar os direitos sociais preconizados pela Política Municipal para a População em situação de Rua do Rio de Janeiro, na perspectiva da atenção integral e transversal das demandas dessa população.

O quarto desafio identificado é a presença da lógica do “favor” e da “culpabilização” no atendimento à população em situação de rua.

A política municipal, rompeu no âmbito legal com as formas de atender a população em situação de rua pautadas na filantropia e na criminalização, concretizando uma forma de intervenção pautada na responsabilidade estatal e na garantia de direitos e na cidadania. Contudo, como foi apontado pelas entrevistadas, as duas formas de atenção a situação de rua se mantêm, pautadas em visões estigmatizantes e preconceituosas, e colocam limites para a efetivação do trabalho intersectorial dos/as assistentes sociais, tendo em visto que, não atuam voltadas para a garantia de direitos.

Sendo assim, para que o trabalho intersectorial de assistentes sociais com a população em situação de rua se consolide, é fundamental que os diversos setores, reconheçam a população em situação de rua como sujeitos de direitos, rompendo com o olhar discriminatório dirigido a essa população em muitas situações, e principalmente como público-alvo de suas ações, se colocando à disposição para a realização do diálogo e de um trabalho articulado e em conjunto.

O quinto e último desafio, são as condições de trabalho das assistentes sociais, no sentido em que, a conjuntura atual de desmonte das políticas sociais e precarização do trabalho, repercute nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, trazendo rebatimentos para as suas condições de trabalho e para o seu exercício profissional, limitando a sua autonomia na condução do seu trabalho, impondo desafios para a efetivação do projeto ético-político.

Os relatos das entrevistadas, apontaram que essas mudanças na gestão do trabalho e das políticas sociais, incidem nas condições éticas e técnicas, como a ausência de recursos que garantam o sigilo profissional e de recursos humanos e tecnológicos e na precariedade da infraestrutura física do espaço ocupacional dessas profissionais.

A precarização das condições de trabalho das assistentes sociais interfere nas respostas dadas às demandas das pessoas em situação de rua, usuárias das políticas sociais e dificultam a realização do trabalho intersectorial, visto que, políticas pontuais e precarizadas, norteadas pela

focalização e seletividade, são insuficientes para o atendimento integral às demandas da população em situação de rua.

Sendo assim, a ampliação das possibilidades para a realização de um trabalho profissional intersetorial, norteado pelo projeto ético-político, requer do/a assistente social, “estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos” (IAMAMOTO, 2010, p. 424), visando o fortalecimento da intersetorialidade nos seus espaços de trabalho, a fim de contribuir para a integralidade e universalidade do acesso às políticas sociais e para a consolidação da cidadania da população em situação de rua.

Além disso, é papel também da gestão municipal contribuir para a concretização da intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua, mobilizando às políticas públicas mencionadas na Pmpr como responsáveis pela oferta de serviços a esse segmento populacional, e investindo os recursos públicos na ampliação de serviços que contemplem as demandas dessa população de forma integral.

O Ciamp-Rua é um espaço que tem o potencial de contribuir para a consolidação de políticas intersetoriais no atendimento à população em situação de rua no Rio de Janeiro e para a ampliação do olhar das políticas públicas setoriais, sobre as necessidades desse grupo. Para tanto, é indispensável que o poder público municipal, garanta a sua implementação e as condições para o seu funcionamento como previsto pela legislação.

Vale destacar, que não é objeto deste estudo projetar generalizações, sobre a atuação da profissão de Serviço Social, na interface com a intersetorialidade, junto à população em situação de rua. Destarte, percebe-se como necessária, a realização de mais pesquisas com essa temática, que incluam profissionais das diversas políticas sociais e de outras categorias, contribuindo para a ampliação do debate, dada a sua relevância.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Deidvid; SALVADORI, Lizandra Vaz. **Pessoas em situação de rua, exclusão social e rualização**: reflexões para o Serviço Social. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, I, 2015, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: UFSC, 2015. Disponível em: [https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_3\\_188.pdf](https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_188.pdf) Acesso em: 05 mar.2021.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de.; GRANEMANN, Sara. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional**. Katálysis, Florianópolis, v. 12, n.2, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de. **Ética e desempenho social das organizações**: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. Rev. Adm. Contemp. 2007, vol.11, n.3, p. 105-125. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/CsKRY4pM5sfSD59wbWDFnCB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 jul. 2023

ALMEIDA, Ney Luiz de.; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social e trabalho**: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, 2015

ALVES, Gláucia Lelis. **Processos de trabalho, precarização e Serviço Social**: uma relação necessária! O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, 2015.

ARGLIES, Mariglei dos Santos. **População adulta em situação de rua**: da invisibilidade ao direito a ter direitos. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/204/1/MARIGLEI.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

ARGLIES, Mariglei dos Santos; SILVA, Vini Rabassa da. Assistência social e população em situação de rua. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2011, São Luís, MA. **Anais eletrônicos...** São Luís, MA: UFMA, 2011. Disponível em: [www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES E DESAFIOS DAS POLITICAS DA SEGURIDADE SOCIAL/ASSISTENCIA SOCIAL E POPULACAO EM SITUACAO DE RUA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf). Acesso em: 21 fev. 2016.

AZEVEDO, Carla Cristina Silveiro. **O trabalho do assistente social com a população em situação de rua**: possibilidades e desafios. 2021. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/xmlui/bitstream/handle/11600/60624/TCC%20CARLA%20SILVEIRO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20/06/2022

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena; CFESS. (Orgs.) **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez. 2012.

BELLINI, Maria Isabel Barros; et al. Políticas públicas e intersetorialidade em debate. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS,

INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 24., I, 2013, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/24.pdf>. Acesso em: 26 set.2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 16, n. 31, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11943>. Acesso em: 23 abr. 2023

BESERRA, Ingrid Karla da Nóbrega. **Políticas públicas e intersetorialidade frente à epidemia de zika vírus: desafios e estratégias nos casos de Pernambuco e do Rio de Janeiro**. 2021. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Política Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2021. Disponível em: [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24906/TESE%20FINAL%20INGRID%20KARLA%20DA%20N%c3%93BREGA%20BESERRA\\_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24906/TESE%20FINAL%20INGRID%20KARLA%20DA%20N%c3%93BREGA%20BESERRA_.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 23 abr. 2023

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n° 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n° 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Seção 1, p. 43.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal. **Direitos das Pessoas em Situação de Rua - (Cartilha)**, Brasília, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n° 7.053, 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional Para População em Situação de Rua**. Brasília:2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 29/06/ 2016.

BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes; BASSI, Liana Lopes; PASTOR, Márcia. Reflexões sobre intersetorialidade, território e redes de serviço na gestão de políticas sociais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos, I, 2015, Paraná: **Anais eletrônicos...** Paraná: UEL, 2015. Disponível em: [http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/50\\_reflexoes\\_sobre...pdf](http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/50_reflexoes_sobre...pdf). Acesso em: 26 set. 2017.

BRONZO, Carla. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, n. 35, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/200/194>. Acesso em 04/04/2023.

CARVALHO, *Maria do Carmo Brant de*. A Política de Assistência Social: novos desafios. In: JUNIOR, Geraldo Biasoto; SILVA, Luiz Antonio Palma e. (Orgs). Políticas públicas em questão. São Paulo: FUND AP, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília. 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde - versão preliminar**. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude\\_-\\_versao\\_preliminar.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf). Acesso em: 17/06/2022

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL **Resolução n. 493**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf). Acesso em: 06 abr. 2023

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na abordagem às pessoas em situação de rua – Termo de Orientação**, 2. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2019. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/termo-de-orientacao-atuacao-de-assistentes-sociais-na-abordagem-as-pessoas-em-situacao-de-rua.pdf>. Acesso em: 20/06/2022

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Serviço Social, UnB, Brasília, 2011. Disponível em: [www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011\\_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf](http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf). Acesso em: 24 fev. 2016.

CORREIO, Rosimeire Barboza da Silva; COSTA, Alderon Pereira da. Os limites de um discurso abstrato: políticas públicas, população em situação de rua e direitos humanos no Brasil. *Hendu, Revista Latino-Americana de Direitos Humanos*, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/hendu.v5i1.1932>. Acesso em: 17 maio 2023.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. **Serviço Social e Intersetorialidade: a contribuição dos assistentes para a construção da intersectorialidade no cotidiano do Sistema Único de Saúde**. 2010. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós - Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9351/1/arquivo375\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9351/1/arquivo375_1.pdf). Acesso em: 9/05/2022

DANTAS, Mônica. **Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/5015/900.pdf;jsessionid=DA8D09F327D352146CB531B9637618F2?sequence=2>. Acesso em 30 mar. 2023

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista. As funções da previdência e assistência social**. Cortez: São Paulo, 1987, 5ª edição.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. In.: **Revista Direitos Humanos**. Brasília. n. 8. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Ferro/publication/328956937\\_Politica\\_Nacional\\_para\\_a\\_Populacao\\_em\\_Situacao\\_de\\_Rua\\_o\\_protagonismo\\_dos\\_invisibilizados/links/5bed3b39299bf1124fd3905e/Politica-Nacional-para-a-Populacao-em-Situacao-de-Rua-o-protagonismo-dos-invisibilizados.pdf?origin=publication\\_detail](https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Ferro/publication/328956937_Politica_Nacional_para_a_Populacao_em_Situacao_de_Rua_o_protagonismo_dos_invisibilizados/links/5bed3b39299bf1124fd3905e/Politica-Nacional-para-a-Populacao-em-Situacao-de-Rua-o-protagonismo-dos-invisibilizados.pdf?origin=publication_detail). Acesso em: 11 fev. 2022

FLEURY Sônia. **Cidadania, direitos sociais e estado**. In: **Conferência Nacional de Saúde, 8, 1986**. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/exposicoes/cns/pdf/8conf\\_nac\\_son.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/exposicoes/cns/pdf/8conf_nac_son.pdf) Acesso em: 5 jul. 2023.

FLEURY Sônia. **Estado sem cidadãos**. Seguridade Social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FLEURY Sônia. Seguridade social, um novo patamar civilizatório. In: DANTAS, B.; CRURÊN E.; SANTOS, F.; LAGO, G. Ponce de Leon. (Org.). A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, p. 178-212. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outraspublicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-cartacidade/seguridade-social-seguridade-social-um-novo-patamar-civilizatorio/view>

FORTI, Valéria. Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: o pluralismo em debate. In: CRESS. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon. O trabalho dos assistentes sociais, a categoria “processo de trabalho” e os desafios da atualidade. In: STAMPA, Inez et al. (org.). **Trabalho, regressão de direitos e serviço social**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020

FREITAS, Renata Martins de. População em situação de rua, Decreto 7053/09, políticas sociais e intersetorialidade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 4, 2016, Vitória, ES; e ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 11, 2016, Vitória, ES. **Anais eletrônicos...** Vitória, ES: UFES, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/download/12855/9425>. Acesso em: 22 nov. 2016.

GARAJAU, Narjara Incalado. **Reflexões sobre a intersetorialidade como estratégia de gestão social**. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 3, 2013, Belo Horizonte, MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, MG: CRESS, 2013. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2018/07/Reflex%C3%B5es-sobre-a-Intersetorialidade-como-Estrat%C3%A9gia-de-Gest%C3%A3o-Social.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HENRIQUES, Rafaela Barbosa de Oliveira. **A CIDADANIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**: uma análise da Política Nacional para População em Situação de Rua. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 17, 2022, Rio de Janeiro, RJ. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2022 Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00389.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 9-31, jan./jul.2001

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Revista Em Pauta*, n. 21, p. 117- 139, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/93/85>. Acesso em 25 maio 2023

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Vilela Iamamoto. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **As atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. p. 66-87

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e serviço Social no Brasil**. -25 ed. São Paulo: Cortez – CELATS, 2008.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 2, p. 35-48, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7698/6271>. Acesso em: 16 maio 2023

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez.2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/12173/8639>. Acesso em: 27 jul. 2016

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prattes; INOJOSA, Rose Marie; KOMATSU, Suely. **Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no brasil: a experiência de Fortaleza**. In: XI Concurso de Ensayos del CLAD “El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”. Caracas, 1997. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/7696/6269/0>. Acesso em: 21 abr. 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35811](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811). Acesso em: 11 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Ibge Cidades – Brasil, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro*. Brasília, DF: Ibge. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/>. Acesso em: 24/08/2022.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice Aparecida. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Revista Serviço Social e Saúde**: Campinas: Unicamp, v. 9, n. 9, Jul. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=46143>. Acesso em: 06 abr. 2017.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MACEDO, João Paulo; SOUSA, Adrielly Pereira de; CARVALHO, Andressa Veras de Carvalho. **População em Situação de Rua: Trabalho em Equipe e Intersetorial**. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 12, n. 4, p. 159-173, out./dez. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v12n4/v12n4a13.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MACHADO, Lourdes A. **Construindo a intersectorialidade**. In: IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL, 4, 2010, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: SES/SC, 2010. Disponível em: [http://portales.saude.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=3153&Itemid=85](http://portales.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3153&Itemid=85). Acesso em: 07 set.2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos**. *Revista Serviço Social e Saúde*, Campinas: Unicamp, v. X, n.12, dez. 2011.

MARTINS, Valter. Políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil. **Trabajo Social**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 71–89, 2022. DOI: 10.15446/ts.v24n1.94324. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/94324>. Acesso em: 18 may. 2023.

MARTINS, Valter. **O trabalho do assistente social no fio da navalha**: os desafios do cotidiano e a performatividade. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.

MARTINS, Valter. Precarização das condições de trabalho de assistentes sociais no norte fluminense. In: MORAES, C.; MENDES, J. T. N. (Orgs.). *A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos*. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2022, p. 260-277. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/18068/15618>. Acesso em: 26 maio 2023

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf). Acesso em: 20/10/2021

MEDEIROS, Jaqueline Dayane da Silva; LIRA, Izabel Cristina Dias. A Intersetorialidade na política de assistência social: desafios para a sua materialização a partir da realidade do CRAS Dom Aquino – Cuiabá-MT. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7, 2015, São Luís, MA. **Anais eletrônicos...** São Luís, MA: UFMA, 2015.

Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/a-intersectorialidade-na-politica-de-assistencia-social-desafios-para-a-sua-materializacao-a-partir-da-realidade-do-cras-dom-aquino-%E2%80%93-cuiaba-mt--1-.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

MEDEIROS, Jaqueline Dayane da Silva; LIRA, Izabel Cristina Dias. A Intersetorialidade na política de assistência social na concepção das profissionais da rede de serviços. In: Seminário Humanidades em Contexto: saberes e interpretações, 7, 2014, Cuiabá, MT. **Anais eletrônicos...** Cuiabá, MT: UFMT, 2014. Disponível em:

<https://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/seminarioiochs/seminarioiochs2014/paper/viewFile/1683/406>. Acesso em 10 abr. 2023

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014. Disponível em: <https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2022/04/O-DESAFIO-DO-CONHECIMENTO-ATUALIZADO.pdf> Acesso em 05 jul. 2023

MIOTO, Regina Célia Tamasso; SCHÜTZ, Fernanda. **Intersetorialidade na política social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais**. In: DIPROSUL, Pelotas, RS, 2011. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/storage/26/8464524/1683910377/4YIgoEOFuQLIUbjCxxuRrQ/8464524.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Intersetorialidade e políticas sociais: contribuições ao debate contemporâneo. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, I, 2015, 35., Londrina, PR. **Anais eletrônicos...** Londrina, PR: UEL, 2015. Disponível em:

[http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/35\\_intersetorialidade....pdf](http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/35_intersetorialidade....pdf). Acesso em: 22 nov. 2016.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, questão social e seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p.270-287, abr./jun. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 133-146.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura**. Serviço Social & Sociedade [online], n. 128, p.39-53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>.

NUNES, Renata. **A prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência: a desafiadora (re) construção de uma particularidade**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95619/288925.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27/09/2021.

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de. A participação social e a cidadania no Brasil: uma análise da luta dos movimentos da população em situação de rua e do CIAMP-Rua. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, IV, 2022,

Londrina, PR. **Anais eletrônicos...** Londrina, PR: UEL, 2022. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/sersocial/pages/arquivos/Congresso%202022/Movimentos%20Sociais%20e%20participacao%20social/6498-407623-56626-2022-04-04.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de; MARTINS, Valter. **A intersetorialidade nas políticas sociais: uma análise sobre a política nacional para população em situação de rua.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16, 2018, Vitória, ES. **Anais eletrônicos...** Vitória, ES: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22605/15099>. Acesso em: 16 dez. 2022

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de. A população em situação de rua e as violências estrutural e institucional: um desafio para o Serviço Social. In: Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, 5, 2021, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS: PUCRS, 2021. Disponível em: <http://https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//anais/sipinf/assets/edicoes/2021/artigo/41.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de; MARTINS, Valter. Intersetorialidade: um modelo de gestão necessário na implementação das políticas sociais. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, 2, 2017, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: UFSC, 2017: Disponível em: <http://https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180094>. Acesso em: 17 jun. 2022

OLIVEIRA, Rafaela Barbosa de; MARTINS, Valter. **O recorte racial como traço permanente da população em situação de rua no Brasil.** Revista Libertas, Juiz de Fora, MG, v. 22, n. 2, p.403-421, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38242/25284>. Acesso em 18 abr. 2023

PINHO, Roberta Justel do; ET AL. **População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva.** Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1842>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELES, Aline Espindola; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba (Org.). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre.** Belo Horizonte (MG): Didática Editora do Brasil, 2012. Disponível em: [http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/a\\_rua\\_em\\_movimento.pdf](http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_rua_em_movimento.pdf). Acesso em: 25/01/2022

PORFIRIO, Mariléa Venancio. **População em situação de Rua e direitos humanos na cidade do Rio de Janeiro: a invisibilidade no olhar dos meios de comunicação.** 2014. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3604>. Acesso em: 25 set. 2017

PRATA, Cleidiane de Souza; DELFINO, Maria de Fátima do N S; GOMES, Walquiria Alves. **A intersetorialidade na perspectiva do Serviço Social em um hospital de referência em**

**urgência e emergência.** Rev. Cien. Escol. Estad. Saud. Publ. Cândido, Santiago, Goiânia, GO: RESAP, 3(1), p. 23-35, 2017. Disponível em:  
<https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/download/43/58>. Acesso em: 6/06/2022

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011. Disponível em:  
<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/1387/1585>. Acesso em: 26 set. 2017.

QUERINO, Luciana. O Serviço Social e sua intervenção junto à população em situação de rua. **Cadernos Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, PR :UNINTER, v.3, n.2, Edição Especial, 2018. Disponível em:  
<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/810>. Acesso em: 05 mar.2021

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, n. Serv. Soc. Soc., 2010 (104), out. 2010.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2011, n. 107. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nWD4BRgixy4H54tJtXyxVst/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 4 maio 2023

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. p. 25-65

RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; MINAYO, Maria Cecília de Souza. As Comunidades Terapêuticas religiosas na recuperação de dependentes de drogas: o caso de Manguinhos, RJ, Brasil. *Interface*, v. 19, n. 54, p. 515-526, 2015. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/icse/a/6ZTtYPYL7dzPzZJvVDrBH4N/?format=pdf&lang=pt>

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., 14. reimpr., São Paulo: Atlas, 2012.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. Lei nº 6350, 4 de maio de 2018. **Institui a Política Municipal Para População em Situação de Rua**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:  
<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/98be3aae95e4480983258283006e66e7?OpenDocument>. Acesso em: 28 abr. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Censo de População em Situação De Rua no Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2022. Disponível em:  
<https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>. Acesso em: 14 abr. 2023

RIO DE JANEIRO. **Prefeitura inaugura quatro novos abrigos em Paciência.** Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 19 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6139397>. Acesso em: 18 abr. 2023.

RODRIGUES, Lidia Valesca Bonfim Pimentel. Políticas públicas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza. **CONHECER: DEBATE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, n. 20, p. 88-99, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/235715823.pdf>. Acesso em 16 maio 2023.

RODRIGUES, Cristiane Rosalia de Souza; FONSECA, Rosmary Fidelis Moreira da; FIGUEIREDO, Claudia Fernanda Galdino Delgado. Serviço Social e intersectorialidade para garantia de direitos dos usuários do CRAS do jardim potiguar. 2016. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Repositório Digital do UNIVAG, Várzea Grande, MT: UNIVAG, 2016. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/servsocial/article/download/439/439>. Acesso em: 07 jun. 2022

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263/11632>. Acesso em: 16 maio 2023

SANTOS, Anne Caroline de Almeida; et al. E a família como vai? Um olhar sobre os programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica da família. *Praia Vermelha*. 13. Segundo Semestre de 2005.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Gilmar Trindade dos. **Políticas Públicas Para a População em Situação de Rua.** 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011, Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3307/1/Gilmar%20Trindade%20dos%20Santos%20-%20Monografia%20vers%C3%A3o%20definitiva.pdf>. Acesso em 12 abr. 2023

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 178 – 196, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/21057/15716>. Acesso em 26 maio 2023.

SANTOS, Natália Navarro dos. **A intersectorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil: o caso do Programa Bolsa Família no município de Guarulhos.** 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8225/62090100009.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SEMZEZEM, Priscila; SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. O trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social – Suas. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 1, 2015, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: UFSC, 2015. Disponível em:

[https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_3\\_164.pdf](https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_164.pdf). Acesso em: 21 abr. 2023.

SENNA, Mônica de Castro Maia; REIS, Míriam Fátima. Intervenções públicas dirigidas à População em Situação de Rua no Brasil: continuidades e mudanças. In: NUNES, Nilza Rogéria de Andrade *et. al* (Orgs.) **População em Situação de Rua: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2022. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Livro-Populacao-em-situacao-de-rua-abordagens-interdisciplinares-e-perspectivas-intersetoriais.pdf>. Acesso em 20 set. 2022

SERAFINO, Irene. **População adulta e situação de rua no município do Rio de Janeiro: as políticas públicas e os serviços sociais**. Informe econômico, Piauí: Universidade Federal do Piauí, ano 16, n. 33, p. 55-61, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/1734/1542>. Acesso em: 15 abr. 2023

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/1414-4980-rk-18-01-00074.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SILVA, Kleylenda Linhares da; RAMOS; Sâmia Rodrigues. Desafios da classe trabalhadora: Serviço Social na luta por condições de trabalho. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 197 – 223, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/21058/15717>. Acesso em: 26 maio 2023

SILVA, Lucas Ambrozio Lopes da. Gestão de políticas sociais: desafios contemporâneos de cooperação e coordenação. **Revista Temas de Administração Pública**, Araraquara, SP, v. 4, n. 6, 2012. Disponível em:

<https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/artigoibitinga.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Mestrado em Política Social, Programa de Pós – Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006\\_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf). Acesso em 20 abr. 2023

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 10, jul./dez. 2007. Disponível em:

[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza\\_Sposati.pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf). Acesso em 23 maio 2023

SPOSATI, Aldaíza. Financiamento e política pública de assistência social. **Rev. Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 103-118, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/download/44/41>. Acesso em: 16 maio 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 4 maio 2023

TIENGO, Verônica Martins. **População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8768>. Acesso em: 20 out. 2022.

TRINDADE, Mably. **Violência Institucional e Transexualidade: desafios para o Serviço Social**. Rio de Janeiro: Revista Praia Vermelha, v. 25, n. 1, p. 209-233, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/5411/3986>. Acesso em: 27 set. 2021

VASCONCELOS, Ana Maria de. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosângela Diaz O. da. A intersectorialidade nas políticas públicas. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n137/0101-6628-sssoc-137-0007.pdf>. Acesso em: 09 fev.2021

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2/06/2022

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/article/view/39/24>. Acesso em: 15 set. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Significado sócio-histórico da profissão. In: Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jul.2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de Proteção Social, Intersectorialidade e Integração de Políticas Sociais. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho

Social, 2010. Disponível em:

[https://stream2.doceru.com/pdf\\_dummy/eyJpZCI6IjM0MDkyODYiLCJuYW11IjoiU01TVEV  
NQVMgREUgUFJPVEVcdTAwYzdcTAWYzNPIFNQ01BTCBNIEMgWUFaQkVLIiwZ  
Xh0ZW5zaW9uIjoicGRmIiwY2h1Y2tzdW1faWQiOiIiMTE2MzY2NiJ9?](https://stream2.doceru.com/pdf_dummy/eyJpZCI6IjM0MDkyODYiLCJuYW11IjoiU01TVEV<br/>NQVMgREUgUFJPVEVcdTAwYzdcTAWYzNPIFNQ01BTCBNIEMgWUFaQkVLIiwZ<br/>Xh0ZW5zaW9uIjoicGRmIiwY2h1Y2tzdW1faWQiOiIiMTE2MzY2NiJ9?) Acesso em 31 mar.  
2023.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### PERFIL PSICOGRÁFICO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

**1.1 Nome\pseudônimo:** \_\_\_\_\_

**1.2 Idade:**

De 20 a 29 anos

De 30 a 39 anos

De 40 a 49 anos

De 50 a 59 anos

60 anos ou mais

**1.3 Sexo:**

Feminino  Masculino

**1.4 Religião:**

Sem religião  Católica  Evangélica:  Tradicional  Pentecostal

Espírita  Afro-brasileira Outra: \_\_\_\_\_

### FORMAÇÃO ACADÊMICA

**1.5 Ano em que se graduou em Serviço Social:**

Até 1980

De 1981 a 1990

De 1991 a 2000

De 2001 a 2010

De 2011 a 2020

A partir de 2021

**1.6 Possui outro curso de nível superior?**  Sim  Não

**1.6.1 Em caso afirmativo, qual/is?**


---

**1.7 Possui pós-graduação?**
 Sim  Não
**1.8 Em caso afirmativo, você possui:**

	Área
Especialização	
Mestrado	
Doutorado	
Pós-doutorado	

**OBJETIVO 2: CONHECER COMO É REALIZADO O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A SUA IMPORTÂNCIA, NA INTERFACE COM A INTERSETORIALIDADE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.**

**TRABALHO PROFISSIONAL****2.1 Informe sobre o seu vínculo ocupacional como assistente social:****2.1.1 Carga horária:**
 Menor que 20 horas  20 horas  24 horas  30 horas  40 horas

Outra: \_\_\_\_\_

**2.1.2 Tipo de contrato:**
 CLT

 Estatutário

 Contrato temporário **sem** tempo determinado

 Contrato temporário **por** tempo determinado

 Outro: \_\_\_\_\_
**2.1.3 Tempo de trabalho com a população em situação de rua:**
 Até 1 ano de trabalho

 Mais que 1 ano até 5 anos

- Mais que 5 anos até 10 anos
- Mais que 10 anos até 15 anos
- Mais que 15 anos até 20 anos
- Acima de 20 anos de trabalho

#### **2.1.4 Faixa salarial/Salário bruto:**

- Até R\$ 1.212,00
- Entre R\$ 1.213,00 – R\$ 2.424,00
- Entre R\$ 2.425,00 – R\$ 3.636,00
- Entre R\$ 3.637,00 – R\$ 4.848,00
- Entre R\$ 4.849,00 – R\$6.060,00
- Acima de R\$ 6.061,00

### **CONDIÇÕES DE TRABALHO**

#### **2.2 Sobre a infraestrutura do local de trabalho, possui:**

- a. Sala geral para a equipe:  Sim  Não
- b. Sala individual para atendimento:  Sim  Não
- c. Iluminação adequada para atendimento diurno e noturno:  Sim  Não
- d. Recursos que garantam a privacidade do usuário e o sigilo profissional:  
 Sim  Não
- e. Ventilação adequada para atendimento com portas fechadas:  Sim  Não
- f. Espaço adequado para a guarda do material técnico, garantindo o seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais:  Sim  Não
- g. Computador:  Sim  Não
- h. Impressora:  Sim  Não
- h. Tem acesso à internet:  Sim  Não
- i. Recursos materiais:  Sim. Comentar: \_\_\_\_\_  Não.
- j. Telefone:  Sim  Não
- k. Copa\cozinha:  Sim  Não
- l. Tem autonomia para propor e desenvolver projetos?  Sim  Não
- m. Há apoio administrativo para execução do trabalho?  Sim  Não
- n. No seu trabalho tem alguma sala para atividades em grupo:  Sim  Não
- o. Oferece cursos de formação continuada:  Sim  Não

**2.3. Possui transporte disponível para a realização dos serviços:**

Sim

Não

**2.4 Em que medida a infraestrutura do seu espaço de trabalho interfere na realização da sua intervenção profissional?**

Interfere muito

Interfere pouco

Não interfere

Comente: \_\_\_\_\_

**2.5 A instituição oferta as condições de trabalho (carga horária, salário, espaço físico e recursos materiais) previstas pelas legislações que regulamentam o equipamento\serviço?**

Sim

Não

Comente: \_\_\_\_\_

**2.5.1 Caso ocorra a ausência de alguns serviços no seu espaço de trabalho, na sua opinião isso interfere na realização da sua intervenção profissional junto à população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**2.6 Quais são os serviços ofertados?**

R: \_\_\_\_\_

**2.6.1 Na sua opinião, qual é o impacto dos serviços ofertados para o atendimento das demandas da população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**2.6.2 Quais serviços\equipamentos\apoios você considera importante para a realização do seu trabalho, mas não estão disponibilizados? (Espaço de trabalho e a rede)**

R: \_\_\_\_\_

**2.7 Sobre a realização do trabalho profissional, aponte:**

a. Como se apresentam as requisições institucionais para a realização do trabalho profissional:

R: \_\_\_\_\_

b. Quais são as demandas mais recorrentes dos usuários dos serviços institucionais:

R: \_\_\_\_\_

c. Quais atividades são realizadas para atender essas demandas:

R: \_\_\_\_\_

d. É possível conciliar as requisições institucionais com as demandas dos usuários?

R: \_\_\_\_\_

## **2.8 Sobre o público-alvo dos serviços:**

2.8.1 Quais são as frações étnico-raciais da população em situação de rua que mais frequentam a instituição\serviço em que trabalha?

R: \_\_\_\_\_

2.8.2 Qual a sua percepção sobre a população em situação de rua?

R: \_\_\_\_\_

2.8.3 Você julga que o trabalho do/a assistente social é importante para o atendimento a esse público?

R: \_\_\_\_\_

## **2.9 Em relação ao planejamento técnico:**

**2.9.1 Fale sobre o planejamento das suas atividades profissionais.**

\_\_\_\_\_

**2.9.2 Comente sobre o projeto de intervenção profissional.**

\_\_\_\_\_

**2.10 Em que medida ocorre o trabalho interdisciplinar no seu espaço de trabalho?**

\_\_\_\_\_

**2.11 Como são discutidos os pareceres sobre as demandas cotidianas?**

\_\_\_\_\_

**2.12 Como você avalia as relações interpessoais no seu local de trabalho?**

---

**2. 13 Em que medida o seu trabalho profissional é influenciado por (informe o grau de importância de 0 a 5):**

	0	1	2	3	4	5
Projeto Ético Político Profissional						
Valores morais						
Religião						
Influência de outros profissionais						
Solidariedade/bondade						
Militância política						
Valores familiares						

#### **TRABALHO EM REDE – INTERSETORIALIDADE**

**2.14 Qual é a sua concepção sobre a intersectorialidade?**

R: \_\_\_\_\_

**2.15 Como está organizada a rede de serviços socioassistenciais para atender a população em situação de rua, no Rio de Janeiro?**

\_\_\_\_\_

**2.16 No trabalho com a rede (intersectorialidade) você encaminha usuários para outras instituições? [ ] Sim [ ] Não**

Comente: \_\_\_\_\_

**2.17 Em caso afirmativo, para quais instituições/políticas sociais você encaminha? (indique as principais por ordem de demanda)**

[ ] CREAS

[ ] Acolhimento institucional

[ ] Educação

[ ] Emprego

[ ] Habitação

Saúde

Defensoria Pública

Entidades sociais

Outras. Quais? \_\_\_\_\_

**2.18 Caso haja encaminhamentos de usuários para outras instituições, você faz acompanhamento dos atendimentos junto aos profissionais dessas outras instituições?**

Sim. Quais são as mais recorrentes? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Não. Comente: \_\_\_\_\_

**2.19 No desenvolvimento do seu trabalho são realizadas ações em parceria com outras instituições?**

Sim. Fale um pouco sobre as parcerias e como são realizadas?

\_\_\_\_\_

Não. Comente: \_\_\_\_\_

**2.20 Qual é o seu nível de conhecimento sobre a Política Nacional para População em situação de rua, instituída pelo decreto 7053/2009?**

\_\_\_\_\_

**2.21 Você conhece as legislações e orientações técnicas sobre os programas, serviços e benefícios que atendem a população em situação de rua, com os quais trabalha?**

Sim. Quais? \_\_\_\_\_

Não. Comente: \_\_\_\_\_

**2.22 Na sua opinião, qual é a relevância da intersetorialidade no trabalho do/a assistente social com a população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**2.22.1 Para você, com um atendimento fragmentado (sem articulação entre os serviços e acompanhamento dos encaminhamentos e demandas e do sujeito como um todo) é possível assistir de forma efetiva a população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**2.23 Qual é a sua percepção sobre o desenvolvimento da intersetorialidade no âmbito das políticas sociais que atendem a população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**2.24 Você julga que o/a assistente social pode contribuir para o fortalecimento da intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**2.25 Na sua concepção, qual é a relevância do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua – CIAMP – Rua, para a efetivação dessa política, enquanto uma política intersetorial?**

R: \_\_\_\_\_

**2.26 Para você, o que a não implementação do CIAMP-Rua no Rio de Janeiro, demonstra sobre a implantação de políticas e serviços para a população em situação de rua no município?**

R: \_\_\_\_\_

**OBJETIVO 3 – EXPLORAR OS IMPASSES E DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA INTERSETORIALIDADE NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.**

**3.1 Na sua percepção, como a forma de ver e pensar a população em situação de rua, interfere na realização de um trabalho intersetorial?**

R: \_\_\_\_\_

**3.2 De que forma a inexistência ou precarização dos serviços institucionais (redução da qualidade e da eficiência) é um desafio para a construção da intersetorialidade no seu trabalho com a população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**3.3 Na sua percepção, em que nível, a precarização do trabalho (flexibilização das relações trabalhistas – formas flexíveis de contratação, como por exemplo terceirização-**

**intensificação da jornada de trabalho, etc.) interfere na realização de um trabalho intersetorial no seu dia a dia?**

R: \_\_\_\_\_

**3.4 A forma como são organizadas (estruturadas, estabelecidas, implementadas e geridas) as políticas sociais, os programas e os serviços, na sua experiência profissional interfere de algum modo na realização de um trabalho intersetorial com a população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**3.5 Para você, o fato de em muitas situações a Assistência Social ser concebida como a política social responsável pelo atendimento à população em situação de rua, é de alguma forma, um desafio a ser enfrentado na construção da intersetorialidade no âmbito das políticas sociais que atendem/ou deveriam atender a esse segmento?**

R: \_\_\_\_\_

**3.6 Na sua percepção, quais são os impasses e desafios colocados pelo atual cenário macro e microssocial para a concretização de um trabalho intersetorial no atendimento à população em situação de rua?**

R: \_\_\_\_\_

**3.7 Quais são as ações que devem ser realizadas para enfrentar esses desafios, na sua concepção?**

R: \_\_\_\_\_

**3.8 Gostaria de acrescentar algo que considere importante:**

---

---

---

---

---

**APÊNDICE B – TCLE**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

PESQUISA: O TRABALHO INTERSETORIAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Pesquisadora Responsável: Rafaela Barbosa de Oliveira Henriques**

**Telefone, e-mail e endereço postal completo:** (21)99726-3117. rafaela\_barbosa@id.uff.br. Travessa Guajuvira, 25, casa 1, 21610-425, Marechal Hermes, Rio de Janeiro – RJ.

**Pesquisador Orientador: Dr. Valter Martins**

**Instituição Proponente:** Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, situado na Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis - Bloco E - 3º andar - Campus Universitário do Gragoatá - São Domingos - Niterói - CEP 24210-201. Telefone: (21) 2629-2752 - Email: pps.ess@id.uff.br

**Natureza da pesquisa:** o(a) Sr. (Sra.) está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: “**O trabalho intersetorial da/o assistente social no atendimento à população em situação de rua no município do rio de janeiro/RJ**”. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

Esta pesquisa pretende identificar de que modo ocorre a intersectorialidade no trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua. Acreditamos que ela seja importante, porque o trabalho intersectorial e articulado e a complementaridade dos serviços das políticas sociais, possuem o potencial de contribuir para a qualidade de vida, melhorando sensivelmente as condições de vida da população em situação

de rua. Além de contribuir para o atendimento integral das suas necessidades e para a garantia e a ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Para a sua realização será feito o seguinte: os dados serão coletados nas fontes escritas, que compreendem: legislações, normativas e bibliografias que versem sobre a temática da intersectorialidade, do trabalho do/a assistente social e da população em situação de rua. Também serão realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos assistentes sociais que atendem a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro. Para a realização das entrevistas será utilizado um roteiro com perguntas abertas e fechadas. Elas terão uma duração em média de uma hora e meia à duas horas e as respostas das perguntas abertas serão gravadas. Após a sua realização, as entrevistas serão transcritas e os dados coletados serão categorizados e analisados.

**1. Participantes da pesquisa:** os participantes da pesquisa são profissionais do Serviço Social que atuam no atendimento à população em situação de rua, na região central da cidade, há no mínimo um ano.

**2. Envolvimento na pesquisa:** ao participar da pesquisa, o Sr. (Sra.) precisa somente responder a algumas perguntas, sobre o seu perfil profissional, as suas condições de trabalho, o seu trabalho cotidiano com a população em situação de rua, e sobre como ocorre o trabalho com a rede de serviços socioassistenciais na cidade do Rio de Janeiro.

O(a) Sr. (Sra.) tem total liberdade de se recusar a participar da pesquisa, caso decida participar, você deverá assinar este Termo e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda pode retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações e sem nenhum problema ou prejuízo pela sua decisão.

A pesquisa só será realizada com o consentimento dos envolvidos. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com a pesquisadora responsável, Rafaela Barbosa de Oliveira Henriques, mestranda em política social, no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, situado na Rua Passos da Pátria, nº 156 – São Domingos – Niterói – Campus da Praia Vermelha da UFF – Instituto de Física (torre nova – 3º andar), Telefone: (21) 2629-5119 – Email: cephumanasuff@gmail.com.

**3. Confidencialidade e Riscos:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, ou seja, os entrevistados(as) não serão identificados, e poderão ser

divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

De acordo com as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Os eventuais riscos que o/a Sr. (Sra.) poderá vir a ter em decorrência da sua participação nessa pesquisa são mínimos, tais como: possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de anonimato.

Para remediar e evitar que tais riscos ocorram, serão adotadas as seguintes medidas: serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos envolvidos; os participantes não precisarão se identificar durante o preenchimento do questionário, será utilizada a adoção de um pseudônimo; as informações coletadas ficarão arquivadas no acervo pessoal do pesquisador responsável em local salvo do acesso por terceiros, durante a realização da pesquisa e ao término, elas serão descartadas de forma segura e responsável; será garantido: o acesso dos participantes aos resultados individuais; a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; que pesquisador responsável está habilitado ao método de coleta dos dados utilizado, e a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico.

Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme as Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

**4. Benefícios:** ao participar desta pesquisa o(a) Sr. (Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo produza informações importantes para a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais nas políticas sociais que atendem a população em situação de rua, na perspectiva da garantia do seu acesso aos direitos de cidadania. Além de contribuir para a ampliação do conhecimento e do debate acerca da temática da intersetorialidade no âmbito do trabalho do assistente social com o referido segmento, diante da lacuna bibliográfica existente sobre o tema. Os resultados obtidos pela pesquisa serão divulgados em um trabalho de conclusão de curso de mestrado, em congressos científicos e em revistas científicas reconhecidas.

**5. Pagamento:** o(a) Sr. (Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

6. O pesquisador responsável declara que as exigências que lhes são impostas pelas Resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016 serão cumpridas.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, se concordar, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu \_\_\_\_\_, manifesto, de forma livre e esclarecida, meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi uma versão original deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa, a gravação da entrevista em áudio e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Rio de Janeiro, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Voluntário da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Pesquisador(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Pesquisador(a) Orientador

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

UFF - UNIVERSIDADE  
FEDERAL FLUMINENSE -

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O TRABALHO INTERSETORIAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ

**Pesquisador:** RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 05452322.0.0000.8160

**Instituição Proponente:** Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.821.172

## Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa irá abordar o trabalho intersetorial dos/as assistentes sociais com a população em situação de rua. Ele tem como objeto de estudo identificar de que modo ocorre a prática intersetorial no trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ, a fim de fornecer subsídios para o aprimoramento do trabalho profissional.

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa

(PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO) e Projeto Detalhado (PROJETO\_DETALHADO).

## Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral

Identificar de que modo ocorre a prática intersetorial no trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ, com vistas a fornecer subsídios para o aprimoramento do trabalho profissional.

**Endereço:** Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha  
**Bairro:** GRAGOATA **CEP:** 24.210-346  
**UF:** RJ **Município:** NITEROI  
**Telefone:** (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 5.821.172

#### Objetivos específicos

- a) Levantar o debate atual sobre o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social na interface com a intersectorialidade, junto à população em situação de rua;
- b) Conhecer como é realizado o trabalho do/a assistente social e a sua importância, na interface com a intersectorialidade no atendimento à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ; e
- c) Explorar os impasses e desafios para o desenvolvimento de um trabalho intersectorial, no trabalho dos/as assistentes sociais com a população em situação de rua no município do Rio de Janeiro/RJ.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

Os eventuais riscos que os participantes poderão vir a ter em decorrência da sua participação nessa pesquisa são mínimos, tais como: possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; quebra de anonimato. Para remediar e evitar que tais riscos ocorram, serão adotadas as seguintes medidas: serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos dos envolvidos; os participantes não precisarão se identificar durante o preenchimento do questionário, será utilizada a adoção de um pseudônimo; as informações coletadas ficarão arquivadas no acervo pessoal do pesquisador responsável em local salvo do acesso por terceiros, durante a realização da pesquisa e ao término, elas serão descartadas de forma segura e responsável; será garantido: o acesso dos participantes aos resultados individuais; a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; que pesquisador responsável está habilitado ao método de coleta dos dados utilizado, e a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima.

Endereço: Rua Passo da Pádua, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha  
 Bairro: GRAGUATA CEP: 24.210-346  
 UF: RJ Município: NITERÓI  
 Telefone: (21)2620-0119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

UFF - UNIVERSIDADE  
FEDERAL FLUMINENSE -



Continuação do Parecer: 5.621.172

de prestígio e/ou econômico.

**Benefícios:**

A pesquisa não trará nenhum benefício direto aos participantes, mas é esperado que este estudo produza informações importantes para a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais nas políticas sociais que atendem a população em situação de rua, na perspectiva da garantia do seu acesso aos direitos de cidadania. Além de contribuir para a ampliação do conhecimento e do debate acerca da temática da intersectorialidade no âmbito do trabalho do assistente social com o referido segmento, diante da lacuna bibliográfica existente sobre o tema.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Protocolo aprovado.

Ressalta-se que, uma vez aprovado o protocolo de pesquisa, cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para serem devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº. 001/13, item XI.2.d.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2013777.pdf	29/09/2022 12:27:11		Aceito

**Endereço:** Rua Passo da Pátria, nº 158, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha  
**Bairro:** GRAGOATA **CEP:** 24.210-348  
**UF:** RJ **Município:** NITERÓI  
**Telefone:** (21)2629-5119 **E-mail:** efc@hummas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 5.621.172

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	29/09/2022 12:24:43	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	26/09/2022 13:29:35	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.docx	23/09/2022 10:34:48	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_FINANCEIRO.docx	22/09/2022 21:14:39	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.docx	22/09/2022 21:11:19	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	22/09/2022 20:55:13	RAFAELA BARBOSA DE OLIVEIRA HENRIQUES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

NITEROI, 16 de Dezembro de 2022

Assinado por:

---

**MONICA MARIA GUIMARAES SAVEDRA**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha  
 Bairro: GRAGUATA CEP: 24.210-346  
 UF: RJ Município: NITEROI  
 Telefone: (21)2629-5119 E-mail: etica@umanas.com.br@id.uff.br